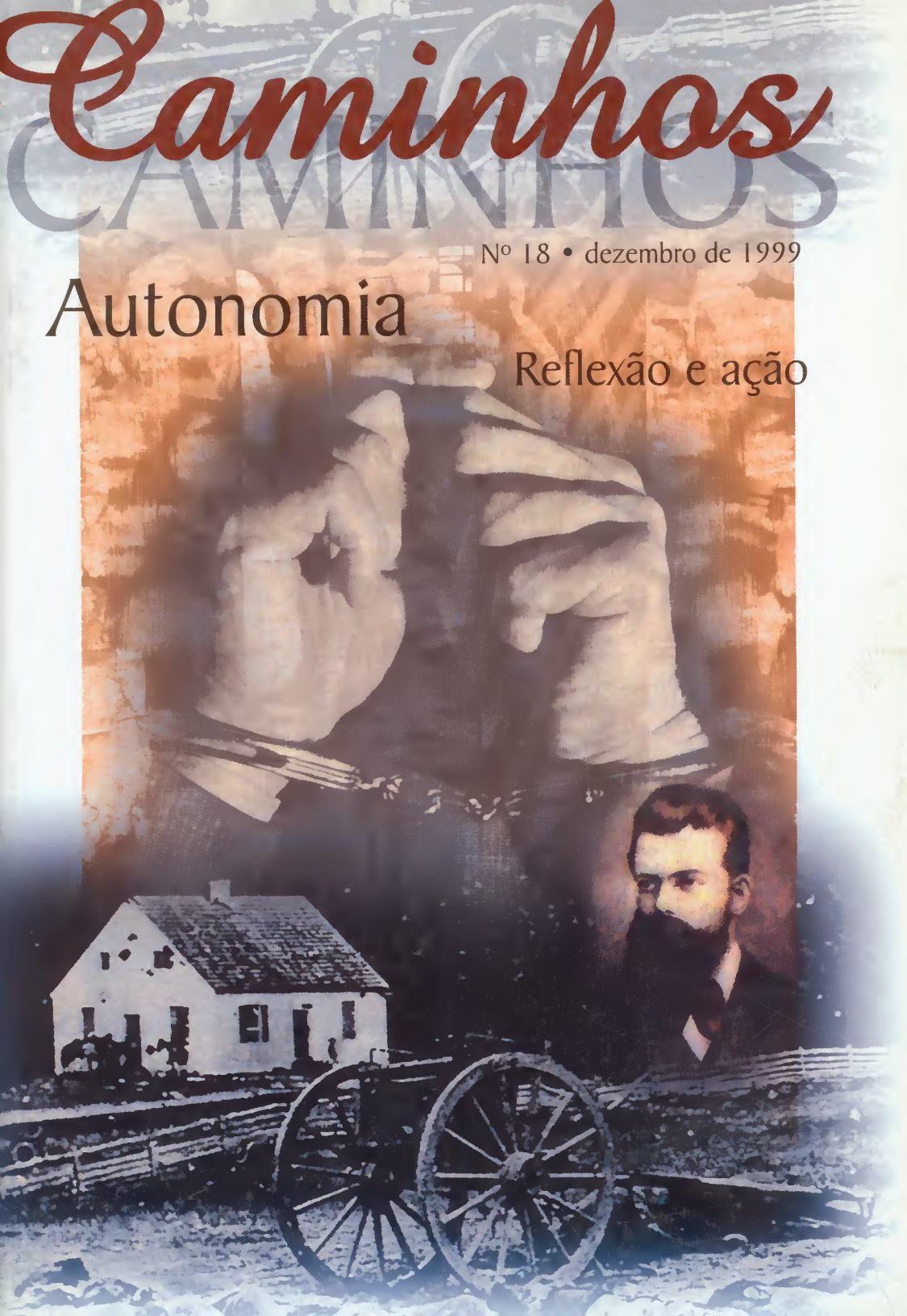
Caminhos

Nº 18 • dezembro de 1999

Autonomia

Reflexão e ação



Revista da Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da Andes-SN
Número 18 • dezembro de 1999.

APUBH - S. Sind.
Rua Artur Itabirano, 70 • São José/Pampulha • CEP 31275-020 • Belo Horizonte • MG
Tel: (0xx31) 441-7211 • Fax: (0xx31) 441-1303 • e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br

PRESIDENTE
Laura Stella Miccoli

1ª VICE-PRESIDENTE
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

2ª VICE-PRESIDENTE
Beatriz Alencar d'Araújo Couto

1ª SECRETÁRIA
Tânia Lúcia Hirochi

2ª SECRETÁRIA
Vera Lúcia Fernandes

1º TESOUREIRO
José Antônio Armanelli

2ª TESOUREIRA
Rosângela Carrusca Alvim

1ª SUPLENTE
Débora Torres Mendes de Oliveira

2º SUPLENTE
Túlio Jorge dos Santos

CONSELHO EDITORIAL
Délcio Vieira Salomon, Herzila Maria de Lima Bastos,
Hugo Mari, Ivana Versiani Galery, Nair Costa Muls e
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

APOIO
Fernanda Veloso Torres
Cleusa Ferreira dos Santos

DIGITAÇÃO
Mary Oliveira de Assis

EDITORAÇÃO
Nilson Ferreira Freitas

CAPA E ILUSTRAÇÕES
Keila Berbert

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ronaldo Solha - RMTb 2216/MG

IMPRESSÃO
SEGRAC

Opiniões expressas em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Colaborações podem ser enviadas à APUBH-S. Sind. no endereço acima. Os artigos deverão respeitar aos limites de 15 laudas de 20 linhas, com espaço 2 ou aproximadamente 15.000 caracteres, a serem enviados em disquete formato MAC ou PC, com identificação e endereço do autor para eventual contato, acompanhado de uma cópia impressa do artigo. O Conselho Editorial de Caminhos poderá propor modificações em títulos e passagens de texto para melhor adequá-los às exigências editoriais. A seu critério poderá, também, aceitar artigos que fujam às especificações acima, desde que resguardados os interesses editoriais.

Sumário

• Editorial 04

• A universidade e o neoliberalismo
Roberto Romano 11

• Autonomia: concessão ou reconhecimento?
Délcio Vieira Salomon 29

• A Autonomia das IFES: desafios e polêmicas
Nelson Cardoso Amaral 43

• Autonomia universitária
Dalton Melo Macambira 60

• Reflexões sobre a autonomia universitária na UFMG e a participação da comunidade
Laura Miccoli 67

• Um presente sem futuro
Fernando Massote 77

• Declaração
Délcio Vieira Salomon 92

• A crise nos hospitais universitários: estratégia de privatização
Antônio Luiz Caldas Júnior 95

• Saúde com economia não dá
José Ribeiro de Paiva Filho 111

• Charge
Fritz Utzeri 114

• Navegar é preciso 116

• Poema "Salve a Pampulha"
George Moraes 124



Editorial

> Chamei a atenção daquela juventude para o facto de o objectivo último da preparação universitária que estavam a receber ser servirem o "sistema" que lá fora os esperava. 'Quando terminarem os estudos', disse, 'entrarão num "sistema" que, para se manter, precisa das vossas capacidades profissionais, para isso é que estão aqui. Terminado o curso, de duas uma, ou vocês entram no "sistema" para o destruir e mudar, ou será ele a destruí-los a vocês. Não se conhecem outras alternativas, salvo se quiserem chamar alternativa a compromissos que só servirão para mascarar, aos vossos próprios olhos, a derrota. (José Saramago. *Cadernos de Lanzarote II*. São Paulo, *Companhia de Letras*, 1999, p.352 – 3)

CAMINHOS tardou, mas certamente valeu esperar. Este número começa com palestra convertida em artigo. De altíssima relevância e oportunidade. Seu autor é conhecido no meio acadêmico e respeitado em todo o território nacional. Autoridade no assunto abordado, honra-nos com reflexão sobre o neoliberalismo, para, ao fim, relacionar este sistema à Universidade. Mostra-nos que do liberalismo clássico tem tudo de perverso e injusto e apesar de ser "neo", na realidade não traz nenhuma novidade. Apenas a roupagem e o verniz. Desde Locke até nossos dias continua radicalizando os traços mais hediondos do movimento que lhe deu origem no século XVIII. Assim como justificou a escravidão, o racismo, a exploração da força de trabalho, a propriedade a qualquer preço, pouco importando o modo como foi adquirida, inclusive a rapina, hoje continua justificando o mercado soberano, "a liberdade como prerrogativa de alguns",

a competição sem ética, a ganância, o lucro desenfreado, a agiotagem. Em nome do neoliberalismo o Estado se excede a si mesmo em atos reveladores de seus monopólios: o político, o sócio-econômico e o jurídico. Aproveitando as revoluções científicas e tecnológicas, as conseqüências das guerras pelo próprio liberalismo provocadas, tendo como epicentro os países do Norte, o mundo contemporâneo, dominado pelas chamadas conquistas do capitalismo, assiste impotente a trágicas mudanças na quebra das barreiras nacionais. Novo tipo de colonização se faz sentir em escala jamais imaginada, através do controle das tecnologias, das informações, dos serviços. Os dominadores impõem aos países dominados a morte de toda espécie de nacionalismo, em nome de uma "transnacionalização" dos Estados não-hegemônicos. "Em cada país dominado temos elites tecnocráticas lideradas por elites localizadas nos EUA ou na Europa", mostra-o o analista e pensador em sua abordagem. São estas elites que se arrogam o direito e a competência de ditar o que deva ser a Universidade.

Ao mesmo tempo que a relação neoliberalismo e universidade serve de introdução à revista, funciona como patamar sobre o qual se desenvolvem os demais artigos aí plantados, sob a tônica dominante de temática que a todos os professores universitários preocupa: *a autonomia da Universidade*.

É preciso retomar, à moda de Foucault, em sua "arqueologia" conceitual e histórica, a prístina autonomia. A autêntica autonomia que caracterizou de tal modo a universidade, em seu nascedouro, no século XII, que passou a fazer parte de sua essência. Inconcebível Universidade sem autonomia. Mas a Universidade em sua natureza e razão de ser não é só autônoma. É também pública. Universidade autêntica tem de ser pública e autônoma. Ao Estado, pois, não cabe conceder ou deixar de conceder autonomia à universidade pública. Tem de reconhecê-la. E isso choca profundamente os defensores do neoliberalismo. Esta é a reflexão que caracteriza o segundo artigo de *CAMINHOS*.

Eis que de reflexões em reflexões, de discussões conceituais em discussões conceituais que caracterizaram os dois primeiros artigos, o leitor é contemplado com uma análise objetiva do problema mais complexo a desafiar o sistema público federal de ensino superior: a do como deverá ser definida operacionalmente a autonomia das instituições federais de ensino superior (Ifes). É o que mostra o terceiro artigo. Seu autor debruça-se sobre

as três grandes propostas existentes hoje: a do MEC, a da Andifes e a da Andes-SN. Sem a preocupação com o problema de poder ou não cogitar-se de autonomia da Universidade, tanto quanto das demais instituições de ensino superior que não são universidade, o artigo procura deter-se na organização estrutural das Ifes existentes, no sistema que funciona como suporte dessas instituições e no papel do Conselho responsável pelo funcionamento do sistema. Aborda as questões que envolvem na prática deste funcionamento a autonomia didático-pedagógica, a autonomia administrativa e a autonomia financeira (as três modalidades de autonomia já contempladas pela Constituição Brasileira).

Autonomia não é uma idéia hipostasiada a pairar solta e pendurada na abóbada dos arquétipos platônicos, como disse o autor do segundo artigo. Por isso a *CAMINHOS* não poderia faltar a análise histórica da Autonomia Universitária. O quarto artigo não só veio preencher esta possível lacuna como, sobretudo, brindou o leitor com colocações sólidas brotadas do terreno histórico onde se situa nossa verdadeira realidade de universidade brasileira. Logo de início deparamos com esta incisão: "a autonomia não pode ser vista como panacéia que irá resolver todos os problemas da universidade brasileira". O autor expõe à luz solar paradoxo de nossa história: o autoritarismo estatal impediu durante muito tempo o surgimento da universidade e, no entanto, hoje é necessário reconhecer que a univesidade pública é uma instituição integrante do Estado. A partir do pressuposto firmado e seu corolário – a necessidade do controle e avaliação por parte do Estado e da sociedade dos serviços prestados pela universidade, sem que isto implique ingerência -, o autor defende a legítima autonomia universitária.

Ao enfoque histórico haveria de suceder o político. Notadamente o político que impregna o próprio movimento docente, de que *CAMINHOS* é fruto. Este o espaço ocupado pelo quinto artigo, em que a autora se preocupa com o problema da autonomia da Universidade enquanto esta autonomia exige a participação da Comunidade. A autora, presidente da Apubh, dedica ao artigo, ao lado do relato de suas observações e vivências no dia-a-dia do movimento docente e das lutas sindicais, momentos curiosos de reflexão sobre a correlação entre o "pensar reflexivo" e a "ação". Parodiando pensador francês do século passado, dir-se-á que ela mostra ser vã a reflexão que não leva à ação, e inútil a ação a que não precede a reflexão. Como aconteceu com os

dois últimos artigos anteriores, aborda de maneira também objetiva a proposta do governo e a proposta do movimento docente, enquanto este reflete genuinamente o pensamento da comunidade universitária.

Um dos artigos chegou a preocupar o Conselho Editorial. Instigante. Provocante. Digno de um prestigiado intelectual, que consegue se equilibrar na corda bamba, entre a objetividade e a subjetividade, entre a crítica à instituição e à pessoa responsável por ela e a reflexão relevante sobre a Universidade de hoje e a do futuro. O leitor poderá compreender o sentido dessas palavras ao tomar conhecimento da declaração do coordenador do Conselho Editorial aposta ao referido artigo.

A crise nos hospitais universitários é sintomática. O sétimo artigo se ocupa com este problema. Ideal e objetivo primeiro do neoliberalismo em nossas plagas implantado pelo governo de FHC é a liberdade de mercado. Em nome dessa bandeira promove o processo de privatização. Se a universidade brasileira está ameaçada, muito mais o estão os hospitais universitários – braço estendido da universidade -, instituição necessária para a realização plena da formação dos profissionais da saúde, campo inconteste de integração de ensino, pesquisa e extensão, o que leva a universidade a direcionar-se para o atendimento à comunidade, desta necessidade básica por excelência: a saúde. Mas ao sistema neoliberal não interessam esses aspectos. Importam os recursos e o lucro que a prestação de serviços na referida área possa auferir. Prato convidativo às fauces gananciosas da iniciativa privada, sem dúvida agrada ao neoliberalismo oferecê-lo aos interessados em forma de privatização de todo serviço público da saúde. Tal qual vem promovendo no setor financeiro, no da seguridade social, no das comunicações e vários outros de igual relevância. Em breve se voltará para o da educação e o da saúde. Provável que este até preceda àquele numa trama maquiavélica de se enfatizarem para o público os prejuízos, defeitos e falhas dos serviços públicos ao mesmo tempo que se acena para os grupos empresariais internacionais com a potencialidade de faturamento contida nas instituições que concretizam os próprios serviços.

CAMINHOS encerra a série de artigos com abordagem relevante e oportuna. Apesar da dimensão diminuta, se comparado com os demais trabalhos apresentados, novamente o tratamento do tema da saúde aqui é

feito em termos de sua relação com a economia, enfocando, sobretudo, o descompromisso do governo e sua equipe econômica com a saúde pública. Merece ser lido, particularmente, porque é um convite à reflexão sobre nossa realidade brasileira hoje.

Oito artigos em torno de temática comum: *a autonomia universitária*. Fiel ao espírito que sempre a caracterizou, *CAMINHOS* provoca e respeita as divergências de pensamento. O leitor o perceberá. Embora haja confluência para um leito comum (talvez por ser a revista filha do Movimento Docente), aspectos ideológicos e conceituais distintos e muitas vezes conflitivos são sempre incentivados. Afinal, esta pluralidade é que sustenta a revista e se tornou sua razão de ser, desde o primeiro número. E podemos afirmar: pluralidade que a torna típica, diferenciada e, nos dias atuais, até certo ponto "destoante" para grande parte da elite intelectual brasileira, particularmente se confrontarmos os artigos de *CAMINHOS* com a ditadura do "pensamento único" hoje imposta ao país pelo governo que nele se instalou.

A sugestiva charge de Fritz Utzeri, de 1973 (época do ditador Médici) e só agora vinda à luz (JB-4/11/99), vem a talho para esses tempos da ditadura do pensamento único e do autoritarismo de FHC, que se investe contra o Congresso com mais de 4.000 MPs e contra o Judiciário, tentando legislar acima da Constituição. *CAMINHOS* agradece a generosidade de Fritz Utzeri por ter nos permitido publicá-la.

Neste número *CAMINHOS* retoma a seção interrompida, por falta de espaço, no último número: *Navegar é preciso*. Como se poderá perceber pelos fragmentos de discurso ali transcritos, o elo comum que os une é a preocupação com a natureza e a missão da Universidade, cuja condição de efetivação é a própria autonomia. Um dos maiores pensadores de nosso tempo sem dúvida é José Saramago. Sua presença em nossa revista do Movimento do Docente muito nos honra. Não poderia faltar, por todos os títulos mais um: é o único intelectual de língua portuguesa agraciado com o prêmio Nobel. Conferido justamente neste ano de 1999. Juntamente com a epígrafe deste editorial, seja esta uma forma de prestar ao notável escritor nossa homenagem modesta, mas sincera, e nosso reconhecimento.

Dispensa apresentação e comentário o poema do professor George Moraes sobre a Pampulha. A oportunidade é sua própria justificação.

Interesses escusos de um grupo de empresários e políticos, que só pensam em levar vantagem e no lucro fácil em seus atos e proposições, ameaçam a beleza arquitetônica e paisagística de Belo Horizonte. Famigerado projeto na Câmara dos Vereadores visa ao que se consagrou chamar de "verticalização" da construção civil na mais bela região urbanística da capital mineira. Não basta que o prefeito e o povo o rejeitem. Há necessidade de se lavrar o mais eloqüente protesto. A Apubh não poderia de forma alguma ficar omissa. Por razões óbvias. Por isso *Caminhos* abre espaço para receber com entusiasmo a colaboração poética que lhe é proporcionada.



A Universidade e o neoliberalismo*

Roberto Romano
Professor do Departamento de Filosofia
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
UNICAMP - SP

Infelizmente, os senhores convidaram, para falar sobre o tema A Universidade e o Neoliberalismo, um estudioso da Filosofia.

Num primeiro instante, enuncio certos conceitos fundamentais do próprio liberalismo e do Estado para, depois, me referir ao núcleo da questão. Um engano trazido pelo item "neo", aposto ao liberalismo, é o de fazer o espírito olvidar o significado mais duro do próprio liberalismo. Longe de ser um ideário simples e democrático, o conjunto de doutrinas que o termo "liberal" evoca é muito complexo. Ele pode encerrar atitudes libertárias e democratizantes, opostas ao poder absoluto do rei, por exemplo, mas pode também trazer em sim mesmo, como veneno escondido, teses contrárias à democracia. Não raro, ele traz alguns dogmas perfeitamente genocidas, justificando as atuais façanhas de seu filho, o suposto "neo" liberalismo. Não existe nenhuma correção de rumos, para pior, no que hoje apontamos sob "neo". Ele radicaliza os traços mais hediondos do movimento que o gerou nos séculos XVIII e XIX.

Tomemos alguns exemplos teóricos estratégicos. O liberalismo une-se, quase universalmente, ao pensamento de John Locke. Leiamos o que esse pensador afirma no *Segundo Tratado sobre o Governo*: "o maior e principal fim, pelo qual os homens reúnem-se em sociedade, e se colocam sob um governo, é a preservação da propriedade"(II, 124). Ser homem é ser

proprietário, o trabalho fundamentando essa antropologia. Quem não trabalha pode ser, inclusive, escravizado pelos homens "bons", os proprietários. Citemos Locke: um homem, "tendo cometido, por sua falta, um ato que merece a morte, aquele contra o qual foi cometida esta falta, o tem em seu poder, e pode usá-lo, para seu próprio serviço. E isso não é uma dano para ele, pois enquanto ele considera o peso de sua escravidão demasiado, diante de sua vida, ele pode, resistindo à vontade de seu senhor, trazer para si a morte que deseja". Comenta a Professora Maria Sylvia Carvalho Franco, em artigo sobre nosso liberal,

> "O desleixo no trabalho, atividade basicamente aquisitiva, fundamento da propriedade, justifica, na ordem lógica e ética, no sistema de Locke, o seu confisco e uso em favor dos operosos. Do mesmo modo, a quebra da paz e harmonia originárias, configurando crime, colocam o delinqüente à mercê do ofendido, cabendo-lhe apreender seus bens-trabalho, propriedades, vida"("All the world was America", Revista USP, Dossiê Liberalismo).

Desse modo,

> "a presença do escravo, no *Segundo Tratado*, nada apresenta de contraditório com o liberalismo: prática e teoricamente (...) a justificativa da escravidão é uma conseqüência última, que deriva dos seus pressupostos: o poder atribuído ao espécime perfeito de confiscar, de modo total, os predicados constitutivos da pessoa humana, naqueles considerados defeituosos e nocivos"(*Ibid.*).

Nessa tarefa de fundamentar a igualdade dos iguais, os proprietários operosos, Locke move todos os saberes de seu tempo, sobretudo a história natural, classificando os indivíduos segundo suas marcas exteriores. Quem trabalha coloca em operação uma força, oferecida por Deus, e adquire propriedade sobre as coisas exteriores, ao mesmo tempo em que assegura

a propriedade de si mesmo. Quem não trabalha não aceita o dom divino, ameaça as propriedades alheias, sobretudo a propriedade sobre o corpo. Desse modo, segundo Locke, os que não trabalham devem ser vistos como "bestas feras" contra as quais os piores castigos precisam ser aplicados e, dentre eles, a perda da existência ou a escravidão.

Quem estuda a história inglesa, desde o final da Idade Média até o século XVII, sabe que os "preguiçosos" compunham, na verdade, a massa de camponeses expulsos de suas terras, as quais passaram ao domínio da aristocracia e dos ricos mercadores. Desse modo, ao atribuir aos desapropriados a "culpa" de sua não propriedade, Locke universaliza argumentos que servem, até hoje, para definir uma desigualdade lógica, fruto de uma desigualdade histórica e economicamente estabelecida.

> "A série de argumentos sistematizados por Locke, em sua doutrina, é autoconcludente: o conceito de homem como espécie na ordem natural, a lógica e o entendimento classificatórios que o agrupam e distribuem por uma taxinomia, distinguindo os perfeitos e os degenerados; a atualização de sua potencialidade específica, concebida"(*Ibid.*).

Tudo isso conduz a "um inclemente domínio político e socio-econômico". Inspecionando as doutrinas liberais de Locke e comparando-as às falas "neoliberais", conclui a Professora Carvalho Franco:

> "Não há como tornar o chamado "neoliberalismo" distinto e menos agressivo que a doutrina clássica: os princípios que sustentam o seu desenvolvimento são os mesmos: propriedade seletiva, mercado soberano, liberdade como prerrogativa de alguns, diferenças, cada vez maiores, atribuídas aos que sucumbem nos processos competitivos"(*ibid.*).

Esse ponto é nuclear porque, não raro, quando se indicava, antes da onda neoliberal de hoje, certos traço imanentes ao liberalismo, como o perfeito convívio com a escravidão, sempre algum bem-pensante dizia não ser possível confundir racismo com liberalismo. Entretanto, o que notamos, nos argumentos de Locke, é a perfeita adequação do princípio da propriedade e liberdade de todos os proprietários. Quem não é proprietário é fera que pode e deve ser colocada a serviço dos que são iguais entre si. O escravo pode possuir qualquer pigmentação da pele: basta que ele tenha atentado, ou possa vir a atentar, em algum momento, contra a propriedade, a marca humana dos "homens bons", para ser reduzido aos *status* de não-homem.

Locke não é o único liberal prestigioso a proferir essas doutrinas terríveis. Os textos de doutrina jurídica cantam os louvores a I. Kant, o pai do liberalismo e da idéia moderna de autonomia.

Vamos conferir o que diz o teórico da *Crítica da Razão Pura:*

> "Os negros da África só receberam da natureza o gosto pelas tolices... Branco e negro, essas duas raças de homens, parecem tão diferentes em sensibilidade quanto na cor. O culto dos fetiches, muito honrado entre negros, é talvez uma espécie de idolatria tão miserável que parece contradizer a natureza humana. Uma pena de pássaro, um chifre de vaca, uma ostra ou qualquer outra coisa comum, desde que tenha sido consagrada por algumas palavras, torna-se objeto de veneração. Os negros são extremamente vadios e tão tagarelas que é preciso dispersá-los com golpes de bastão" (KANT. Observação sobre o Belo e o Sublime, Quarta Seção, "Sobre os caracteres nacionais").

No juízo negativo, é ressaltado o elemento valorizado no branco europeu: a sua capacidade intelectual, o seu gosto sensível, o seu trabalho. Nesse passo, Kant continua, de modo explícito, um herdeiro direto de Locke, David Hume. No seu ensaio sobre os caracteres nacionais, diz também o liberal Hume:

> "Suspeito que os negros, e em geral todas as espécies de homem (porque há quatro ou cinco tipos diferentes), são naturalmente inferiores aos brancos. Nunca houve uma nação civilizada de outra compleição, a não ser entre os brancos, nem indivíduo algum tanto nas ações quanto nas especulações. Não existem engenhosas manufaturas entre eles, nem arte, nem ciência". (HUME).

Poupo os senhores das teses "científicas" de Hume, um dos mais eminentes filósofos das Luzes, sobre os povos não-brancos.

Mesmo Hegel, o poderoso criador da moderna dialética, apresenta uma visão bem definida nesse assunto:

> "O negro representa o homem em toda a sua selvageria e petulância; é preciso abstrair todo o respeito e moralidade, o que chamamos sensibilidade, se desejarmos compreendê-lo; nada pode ser encontrado neste caráter que lembre o homem. Os prolixos relatos dos missionários confirmam isto plenamente"(HEGEL. *Lições sobre a Filosofia da História*).

Termino a inspeção indicando os liberais de nosso tempo. Segundo os patronos da USP, os Mesquita, donos do jornal *O Estado de São Paulo*, os pretos seriam, e cito diretamente suas frases, "uma toxina", definida pela "massa impura e formidável de dois milhões de negros subitamente investidos das prerrogativas constitucionais (...) fazendo descer o nível da nacionalidade na mesma proporção da mescla operada" (*apud:* CAPELLATO, 1993).

Com essa visão excludente, eles pensaram a Universidade de São Paulo, produtora de elite acima do povo "impuro". A universidade, para Mesquita Filho, cumpre no "organismo social" o papel do "sistema nervoso no organismo animal". Cabe-lhe, além disso, restaurar a disciplina na mente popular" (*apud:* CAPELLATO, 1993 e ROMANO, 1985). Não espanta, pois, se encontramos teses congruentes, nesse plano, mas agora universalizadas para todo o povo brasileiro, preto ou branco, no liberal, neoliberal e fascista Roberto Campos. A sua doutrina é a de que ainda impera, nos meios "realistas" do Estado e da

chamada sociedade civil, o eugenismo, sementeira permanente dos vários regimes deste século, de Mussolini a Pinochet. Os textos de Roberto Campos martelam a única solução para o Brasil: colocar-se de quatro diante dos Estados mais fortes e impedir a existência de novos brasileiros.

Comentando o pungente livro de Viviane Forrester (1997) sobre o cassino financeiro, que joga sempre mais desempregados na miséria, disse Roberto Campos: falar em "excluídos", cito suas palavras grosseiras, é "empulhação". Na verdade, arremata, muitos dos chamados "excluídos", no máximo, "poderiam ser ditos 'ainda não incluídos', fabricados pelo espermatozóide delirante. Aos 18 milhões que moravam nas cidades em 1950, foram acrescentados 100 milhões pela paternidade irresponsável". Desse modo, o economista faz as contas e decide o que deve ser feito com os filhos do esperma delirante. Soluções finais não precisam ser apenas as que usam campos de concentração. Pode-se transformar um país inteiro em imenso campo de morte. Somos, hoje, pouco mais de 160 milhões de habitantes. Se, como afirma Roberto Campos, 100 milhões, dentre nós, surgem apenas da loucura, o diagnóstico está pronto. O tratamento usado, por enquanto, reside nos confiscos de rendas, de empregos, de escolas, de hospitais.

Assim, quando nos referimos ao neoliberalismo, esquecendo o seu vínculo com o próprio liberalismo, perdemos uma continuidade histórica, que alicerçou, nas consciências nacionais e nas classes, "argumentos" que hoje servem para colocar nossos povos na passividade diante dos atentados à vida humana, feitos em nome do livre mercado. A consciência moderna está pavimentada por idéias de exclusão, que parecem o seu contrário, a igualdade e a liberdade de todos. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de recordar com os senhores.

O segundo gira ao redor de alguns conceitos importantes para entendermos o que se passa hoje, no plano do Estado, e quais as inovações trazidas pelo neoliberalismo. O Estado moderno, surgido das lutas contra o mando feudal e o poder discricionário da nobreza, pouco a pouco concentrou em si três monopólios essenciais, que definem a esfera pública. O primeiro monopólio é o da força física. Somente a instituição estatal possui o direito de polícia e de arregimentar exércitos. Ninguém, ou nenhuma instituição além do Estado, pode constranger corpos dos cidadãos e dos estrangeiros, em caso de grave ruptura com a vida comum, dentro dos limites do país e

fora dele. Desse modo, nenhum particular pode armar-se e constranger os outros particulares com a força física.

No Brasil, apenas para exemplo, temos o costume de tomar como fato corriqueiro a contratação de guardas para nossas casas, como os fazendeiros julgam normal contratar capangas e milícias para suas propriedades, matando cidadãos impunemente. Durante a ditadura, tivemos os esquadrões da morte, as organizações secretas de assassinato e tortura, lideradas e executadas por empregados estatais, como alguns militares, mas sem que esses atos fossem oficiais. A força física do Estado só é um monopólio porque, supostamente, é orientada para preservar a vida de todos os cidadãos. Sendo aquelas organizações dirigidas para a morte de alguns cidadãos e, idealmente, de todos os que se opunham ao governo, elas eram, rigorosamente, anti-estatais, embora semi-oficializadas.

O segundo monopólio é o da norma jurídica. Só o Estado tem a prerrogativa de editar leis com vigor universal, valendo para todos e para cada um dos cidadãos. Nesse sentindo, ninguém pode definir o que indivíduos, grupos, classes devem fazer obrigatoriamente. Tendo o Estado três faces, a Legislativa, a Executiva e a Judiciária, só em caso de uma ditadura, atingida por meio de golpe de Estado, um dos poderes, quase sempre o Executivo, se apropria ilegalmente desse monopólio, que deve ser repartido entre os três setores, suprimindo ou colocando o Parlamento e os tribunais sob tutela.

No caso da ditadura militar, os "Atos Institucionais" foram uma usurpação, pelo Executivo ocupado pelos castrenses, de prerrogativas que pertenceriam ao Estado na sua integridade. Em nossos dias, as Medidas Provisórias, embora sem a profundidade dos Atos Institucionais, porque supostamente devem ser ratificadas pelo Congresso, usurpam os plenos poderes do Parlamento e do Judiciário.

O terceiro monopólio é a gestão e alocação do excedente econômico. Só o Estado pode impor taxas, definir impostos obrigatórios para todos os cidadãos. Como só ele retira parte da riqueza produzida pela sociedade como um todo sob forma de impostos, só ele pode aplicar esses recursos. Ou seja, tendo o monopólio da força e da norma jurídica, somado ao monopólio da gestão do excedente econômico, só o Estado pode e deve gerir o que se chama de políticas públicas: saúde, educação, lazer, guerra, segurança interna, cultura, etc. Por mais privatizada e privatizadora que seja a instituição

estatal, só ela pode definir o que a sociedade como um todo deve fazer nesses setores.

Nossa tradição estatal se caracteriza, desde a Colônia até hoje, pelo excesso no uso centralizado, posto nas mãos de um só poder, o Executivo, desses monopólios que deveriam constituir a característica do Estado. Somos uma Federação regida pelo Executivo Federal e, nela, os poderes locais, os municípios, e regionais, os Estados, são entidades totalmente passivas e dependentes do que se passa no núcleo nacional.

Desde a Colônia, sim, mas também durante o Império, as Regências, a Velha República, as ditaduras Vargas e militar, o governo central abusou da força física. Nossa federação foi imposta através dos canhões, abafando tendências autonomistas e, no limite, separatistas de Norte a Sul. Os Farrapos, a Farroupilha, a República do Equador, os Mascates, etc., foram movimentações derrotadas com muito uso de força física. Isso criou o hábito de considerar "normal" que o governo de centro impusesse a sua vontades na ponta das baionetas ou, como ainda em 1932 em São Paulo, nas patas dos cavalos, amarrados no obelisco paulista. Desde então, os atos repressivos do governo, com ou sem golpes de Estado, foram uma constante.

O Executivo federativo também abusou da uniformização legal. Entre nós, as normas legais são ideais e impostas ao todo o país, sem nenhum respeito pelas particularidades regionais e pelos poderes dos Estados e municípios. É o oposto do que ocorreu na federação americana. Todos sabem que a constituição daquele país é centralista (KRAMNICK, 1993). Mesmo assim, ela mantém grande autonomia dos Estados, em todas as matérias, da educação à saúde e destas às leis penais.

Temos, também, excesso de centralização fiscal, em detrimento de nossos municípios e Estados. O Brasil é uma pirâmide fiscal invertida. Ao contrário de outras federações, onde o retorno dos impostos vai diretamente, em primeiro lugar, aos municípios e às províncias, e apenas a menor parte segue para o governo central, dado que as maiores despesas encontram-se na base, aqui a maior parcela, desde sempre, vai para o centro federativo, que "redistribui" os recursos de acordo com suas conveniências, ou seja, as do executivo. Certas normas fiscais são um verdadeiro atentado a qualquer autonomia regional ou municipal. A "lei Kandir", que arranca verbas dos Estados, prejudicando a saúde, a educação, a pesquisa, é uma dessas teratologias jurídicas.

Semelhantes excessos nos três monopólios do poder resultam na hiperbólica centralização das políticas públicas, produzindo a sua ineficiência. São exemplos disso os casos de Caruaru, da retomada das doenças de massa e outros.

Todo esse processo centralizador segue, com lógica férrea, até as últimas conseqüências. A centralização de força, norma jurídica, apropriação do excedente econômico desemboca não só na centralização de tudo no Executivo. No interior deste último, ela se concentra nas chamadas "áreas econômicas". Os seus ocupantes não foram eleitos, nem serão. Trata-se de um exercício irresponsável como o do rei absoluto. Um gabinete do Banco Central concentra maior poder do que todo o Parlamento e, não raro, do que todos os tribunais. Os planos econômicos, aplicados na calada da noite, preparados por "técnicos", do plano Cruzado ao Real, passando pelo confisco ocorrido no "governo" Collor, todos constituem verdadeiros golpes de Estado, sem que ninguém possa impedi-los, sem que os cidadãos tenham condições de recusá-los. Impostos como a CPMF são assumidos, desviados de sua finalidade propalada, e nenhuma autoridade responsável pode reverter essa situação.

Termino esse ponto com o seguinte elemento: a política nacional, em todos os níveis, não é federativa, não é democrática, não recolhe a iniciativa de todo o Estado, mas tem a hegemonia do Executivo e, dentro dele, da área econômica, decidindo com raciocínio tacanho a maior parte dos negócios públicos, como a educação, a saúde, a Ciência e Tecnologia, etc. Os gabinetes ministeriais desses setores são apenas servos sob comando de seus superiores, os econômicos. Isso tem sido confessado, clara e distintamente, pelo atuais ministros da Educação, da Ciência e Tecnologia, etc.

Temos, pois, que o neoliberalismo se ergue sobre um passado de justificativa de desigualdades, e que ele, no Brasil, teve representantes piores do que seus idealizadores europeus. Perto de Roberto Campos, o nosso "liberal", Locke, Hume e Kant são verdadeiras Madres Tereza de Calcutá. Nossa tradição política e jurídica é centralizadora, com base no abuso dos três monopólios, atributos de todo poder de Estado.

Passemos ao nosso problema. Assistimos, no mundo, sobretudo após a II Grande Guerra, a algumas revoluções científicas e tecnológicas. A primeira foi a aplicação intensiva de capitais em técnicas inovadoras (energia nuclear, automação, produtos sintéticos, computadores, eletrônica). A segunda ocorreu

nos anos 60, com uma segunda geração de computadores, eletrônicos, sintéticos e novas técnicas de comunicação. A primeira foi uma passagem do trabalho intensivo na indústria para o capital intensivo como o centro da acumulação, em escala mundial. A segunda foi do capital intensivo para a tecnologia e saber intensivos. Desse modo, surgem novas indústrias baseadas na tecnologia de ponta e com conteúdos científicos, como eletrônica e computação, telecomunicações, robótica, cibernética, ciência aeroespacial, biotecnologia. Esses fatos dão-se, não por acaso, nos países do Norte. Os efeitos dessas mudanças se fazem sentir, imediatamente, na quebra das barreiras nacionais. Os países do Norte aumentam em escala inusitada o controle das tecnologias, das informações, dos serviços (sobretudo as finanças), enquanto o trabalho intensivo domina os países do Sul, sem que ele passe para a outra fase, já atingida pelos países do Norte. Desse modo, ocorre uma uniformização econômica mundial, orientada segundo as opções dos Estados que possuem bases para acumular lucros, a partir de seu privilegiado *status* técnico e científico. Esses países concentram o controle financeiro, técnico, científico em benefício e sob gerência de elites nacionais, mas com impacto multinacional.

Com isso, medidas que antes e pouco depois da II Guerra tendiam ao aumento da potência de um país, em detrimento de outros, através imediatamente do uso externo do monopólio da força física (como a doutrina Monroe, com o *"big stick"*) ou como, durante a Guerra Fria, requisitavam o uso da força física unida aos esforços diplomáticos intensos, mais a espionagem, como ocorreu na maior parte dos países da América Central e do Sul, com os Estados Unidos patrocinando golpes de Estado militar para definir seu controle, passam a ser incômodas ou irrelevantes para a política dessas grandes potências. Claro, se preciso, elas apelam para a força física, como ocorre atualmente no embate entre o governo iraquiano e os Estados Unidos. Mas o eficaz mesmo, no domínio, vem das armas técnicas, de informação, de controle financeiro, etc.

Os capitais dos países do Norte são impostos aos dominados, criando-se elites locais transnacionalizadas, sob o comando das elites hegemônicas. Com esse dado, surgem as teses e as práticas de uma "transnacionalização" dos Estados não-hegemônicos. Em cada país dominado, temos elites tecnocráticas lideradas por elites localizadas nos EUA ou na Europa. Os

instrumentos dessa hegemonia (técnicas de ponta, serviços que empregam intensamente saberes científicos, finanças, etc.) permanecem nos países citados. As elites "locais", as dos países controlados, tendem a não operar mais na lógica do Estado nacional, como os três monopólios definidos acima. Elas abrem mão de conceitos e práticas tidos como "ultrapassados", como os que definem a idéia de "soberania nacional".

Ocorre que os países dominados não são terra apenas de elites. Eles contam com milhões de seres humanos, cujos padrões de vida diminuem em qualidade, em favor dos trabalhadores dos países que possuem os elementos da segunda revolução científica e tecnológica. Enquanto o desemprego diminui nos Estados Unidos, por exemplo, sendo o menor dos últimos 20 anos, ele aumenta nos países que abrem mão do incentivo às técnicas, à educação, às ciências em nível de massa. O Brasil é o quinto importador dos EUA, não por acaso. A massa de recursos drenados diretamente para a economia americana deixou de ser algo irrelevante no mercado interno daquele país. Acordos como o do Sivam, sabe-se, assegurariam empregos para americanos do Norte aos milhares. E nada aqui.

Tendo o recurso à força física bruta se revelado ineficaz, com o fracasso das ditaduras militares, e anacrônico em termos da comunicação em escala mundial, o "novo modelo" assumido nas relações de poder, assimétrico entre os países hegemônicos e os dominados, é o da "democracia política", cujo alvo precípuo é o de concentrar as atenções permanentes das massas em processos eletivos, afastando-as o mais possível de suas demandas e exigências sociais. Desse modo, governantes são eleitos, parlamentares idem e seus atos recebem holofotes, de modo a que não se discuta a ação das elites tecnocráticas, não eleitas mas unidas aos centros de decisão transnacionais. O foco principal cai sobre a corrupção dos governantes, no Executivo e nos Parlamentos ou Judiciário, de modo a enfraquecê-los ao máximo, mas sempre em nome da "democracia", ou seja, das eleições permanentes. Nenhuma palavra é permitida sobre os negócios bilionários entre os centros financeiros transnacionais e as elites subordinadas.

E chegamos ao campo neoliberal. O que significa mesmo esse vocábulo composto? Trata-se de um conjunto discursivo e de um *modus operandi* destinados, fundamentalmente, a definir condições ótimas para a mobilização total do capital. Por isso, e na lógica que vimos seguindo, o primeiro passo

dos seus adeptos e serviçais é o de eliminar, nos Estados submetidos, os três monopólios que indiquei acima. Trata-se de eliminar, ali, o monopólio da força, da norma jurídica e do excedente econômico. Para que o capital tenha certeza de não se perder naquelas terras, urge estabilizar a sua economia, segundo os parâmetros ideais para ele, capital transnacional. E isso deve ser feito no maior número possível de países para que, surgindo dificuldades em um deles, o capital possa dele sair e penetrar, com segurança mínima, nos outros. Se aparece uma zona de turbulência na Ásia, é preciso que o Brasil ofereça condições para o acolhimento desses capitais. Assim, estabilidade financeira, obtida à custa do retraimento das demandas sociais das massas, e juros altos são pólos de atração dos mencionados capitais.

É tempo de introduzirmos um complicador nesse panorama. Falamos dos três monopólios do Estado moderno. Mas esses monopólios, como vimos no caso brasileiro, variam de país para país. Em nosso caso, eles foram açambarcados pelo Executivo federal. Ocorre que, sendo capitalista, nosso Estado, com hegemonia absoluta do Executivo, ainda apresenta uma face dupla e contraditória. Ele, ao mesmo tempo, providencia, através de suas elites irresponsáveis, nos gabinetes econômicos, as condições para a acumulação transnacional dos capitais e ainda representa a nação que não é possível transnacionalizar, a maioria de milhões, marginalizados do movimento financeiro, técnico, científico, educacional, de saúde, etc. Como é evidente a contradição dessas duas faces, os Estados submetidos são claramente entidades *hamletianas*; para eles, "*to be, or not to be, that is the question*". Os governantes, não apenas enquanto demagogia, mas por uma contradição real, precisam, ao mesmo tempo, abrir os cinco dedos, indicando políticas sociais responsáveis, e fechá-los, para recolher impostos, definir normas jurídicas, aplicar a força física em proveito do capital transnacional.

Assim, no mesmo passo em que se anunciam programas retumbantes de "comunidades solidárias" e "universidades" idem, os governo devem, como prioridade absoluta, assumir medidas que reduzem os referidos programas à poeira. Eles devem adotar políticas fiscais e monetárias (usando o monopólio do excedente econômico) que assegurem a "estabilidade" para os capitais transnacionais. E precisam providenciar a estrutura básica para a atividade econômica global (aeroportos, portos marítimos, rede de comunicações, sistemas educacionais), de acordo com o que o capital internacional requer

de seu país. Eles devem, além disso, e ao mesmo tempo, prover a ordem social, ou seja, a estabilidade política, o que exige produzir ou manter instrumentos de coerção e controle das consciências.

Ou seja: ao contrário do que se afirma em muitas teses de "ciência política", "filosofia política", "história", "economia", não estamos assistindo ao fim do Estado nacional, com os três monopólios descritos. Existe, sim, a passagem dos Estados nacionais para o *status* de Estados neoliberais, onde os três monopólios são empregados para conciliar interesses contraditórios: os interesses das grandes massas dos excluídos pelo processo de acumulação de saberes e riquezas e os interesses dos capitais transnacionais.

Chegamos ao tema "A universidade e o neoliberalismo". A universidade reúne o que se chama o setor "intelectual". Nela, residem e operam os grupos e indivíduos que um autor italiano, Antonio Gramsci, indicou como "os técnicos em legitimação". Voltemos rapidamente aos três monopólios: eles só podem ser empregados por longo tempo se forem "legítimos". Quando ocorre o abuso deles, por exemplo, sem que a sociedade civil tenha delegado o seu uso a autoridades eleitas, como na ditadura, os intelectuais unidos ao regime de exceção (caso de Roberto Campos, Delfim Netto e outros) produzem "argumentos" para legitimar tal emprego. Também o Estado neoliberal possui semelhantes "*experts*" em legitimação. Eles "teorizam" as condições ideais de controle e mando, apresentando a política empírica, a que se faz sob o comando do capital transnacional, como a "única via possível".

Tanto nos países hegemônicos como nos subordinados, a "comunidade" formada pelos "*experts* em legitimação" produz mais do que simples nexos teóricos. Sem ela, a prática do controle político e econômico é impossível. É de seu interior que surgem os "técnicos" e "assessores" cujo fim, nos ministérios e demais organismo de governo, é a elaboração de políticas públicas que permitam reunir, num só ato, os traços contraditórios: responder às demandas de saúde, educação, etc., das grandes massas e as bases para expansão, sem demasiados sustos, do capital transnacional.

Hoje, como indica Robert Cox (1987),

> "a produção intelectual é organizada como a produção de bens ou de outros serviços. As bases materiais das redes são providas por organizações formais (usualmente

> não-governamentais) como agências mobilizadoras e coordenadoras com diretores de pesquisa e de fundos (de fontes às vezes mais, às vezes menos visíveis) para estudos dirigidos, conferências financiadas e simpósios ou discussões informais (...) A base material das redes responde pela seleção dos participantes, o que garante certa homogeneidade ao redor do centro da ortodoxia a ser implantada".

Ou seja, apesar da ortodoxia, tais redes não deixam de lado, absolutamente, idéias "aceitáveis" para o núcleo. A política dessas redes, continua Cox, e isto é importante para nós, que temos um governo de universitários, é "conseguir intelectuais que tenham influência política, ouvidos pelos que tomam as decisões nas cúpulas, ou mesmo se tornando, eles próprios, os que decidem, formando equipes decisórias em termos políticos". Essa missão foi definida, ampliada e garantida pelo governo dos Estados Unidos com o rótulo de "luta pela democracia" no mundo. Democracia, é claro, segundo os parâmetros norte-americanos. Termino minha fala mencionando o programa do ex-Secretário de Estado americano, George Schultz (1983), cujo objetivo é o de captar e treinar as elites universitárias do mundo inteiro, para que apliquem a "democracia", estilo USA, nas terras dominadas.

O primeiro item, diz Schultz, é o "treino das lideranças", o que envolve um amplo leque de atividades para selecionar e treinar uma base extensa de líderes intelectuais, em terras estrangeiras, através de seminários e outros meios, em programas das universidades estadunidenses.

O segundo item refere-se à "educação", ou seja, "inculcar os princípios e práticas da democracia e o caráter e valores dos Estados Unidos nos sistemas educacionais de outros países. Isso implica, adianta o político norte-americano, penetrar nos sistemas educacionais e na *mídia* dos países-alvos.

O terceiro item é o de "fortalecer a democracia", ou seja, organizar, fundar, aconselhar partidos, uniões, *mídia*, negócios e grupos civis nos países-alvos. "Aqui, novamente", diz o secretário, "devemos reunir organismos não-governamentais norte-americanos para a maior parte do trabalho".

O quarto item é o de "dirigir idéias e informações", organizando fóruns e publicações, todos destinados às elites, de um lado, e, através de campanha

na *mídia*, atingir consenso e influência nas massas, com a noção dos padrões americanos de vida.

Finalmente, o quinto item diz respeito ao desenvolvimento de laços pessoais e institucionais entre equipes americanas e dos países-alvos. Esses itens entram numa agenda completa de captação e cooptação de universitários dos países-alvos, para as "reformas" requeridas pela política econômica e social americana.

Nesse aspecto, William I. Robinson (1996) tem um trabalho estratégico, que deve ser lido, analisando o que se passa, hoje, nas relações entre Estados Unidos e Chile, Filipinas, Nicarágua, Haiti. O *modus operandi*, entretanto, é similar ao aplicado ao Brasil, cabendo nos itens estabelecidos por Schultz. Boa parte do que indiquei acima vem dessa análise.

Como os senhores constatam, não me detive, nesse quadro, nas "reformas" definidas para a Universidade brasileira. Em primeiro lugar, indiquei a ideologia que sustenta o neoliberalismo, a qual lança raízes no próprio liberalismo, ou seja, na idéia de que o centro antropológico fundamental é a propriedade e que este é o valor a ser protegido, acima de tudo. A propriedade e o mercado onde ela se movimenta. Em segundo lugar, sugeri que, longe de ser uma abolição do Estado, a prática e o ideário neoliberal consistem no uso do mesmo, com seus três monopólios, para servir ao capital transnacional, cuja sede reside nos países hegemônicos, em especial nos EUA.

No caso brasileiro, essa tarefa é facilitada, considerando-se a enorme concentração de poderio no governo federal, o que torna toda a máquina do Estado dócil para as diretivas transnacionais. Ao mesmo tempo, considerando-se as grandes massas urbanas brasileiras e sua pressão constante por serviços sociais, essa tarefa torna-se mais complicada. Daí, advêm a imensa propaganda, nos meios persuasivos na *mídia*, e a cooptação exacerbada das supostas elites acadêmicas, com programas como o Pronex, enquanto recursos são extraídos aos milhões da pesquisa e da formação acadêmica, nos *campi* e nos laboratórios de pesquisa. Uma excelente análise desse ponto encontra-se na coletânea *A quem pertence o amanhã?*, especialmente nos artigos de Malaguti (1997) e Carcanholo (1997).

Cabe insistir, entretanto, que não é fácil para o governo subordinado agradar ao mesmo tempo aos donos do capital e atender aos requisitos mínimos das massas, como a saúde, etc. Daí, a permanente exposição,

diante da *mídia*, de "salvadores da saúde", da "universidade", etc., mesmo que se trate de pessoas que, em curto prazo, desmintam seu papel soteriológico, transformando-se em coveiros daqueles setores, em proveito do livro caixa.

Em último lugar, sugeri que, não raro, lemos análises sobre o neoliberalismo como se ele fosse autônomo do fato bruto, antigamente chamado "imperialismo" na teoria política, o que torna as mesmas análises algo subjetivas (a "culpa' seria deste ou daquele governante, tomado isoladamente) e desligadas da política internacional.

Termino dizendo que os EUA receitam o Estado mínimo, para nós, com função definida de proteger os capitais dos países hegemônicos, garantindo para si o uso dos três monopólios, não só em plano interno aos EUA, mas sobretudo em plano externo. O monopólio da força eles exercem de modo imperial, inclusive com a adesão de países, como o Brasil, que até hoje mantinham certa autonomia nesse plano. O atual presidente da República brasileira, pressuroso, mostrou-se disposto a mandar soldados brasileiros ao Iraque, com a desculpa de "obter pontos", junto ao Grande Irmão do Norte, na disputa por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O monopólio da norma jurídica eles exercem inclusive com explícitos atentados ao direito internacional, como a "lei" que garante aos EUA invadir, com suas polícias e até exércitos, países onde criminosos estejam, mesmo que estes indivíduos não sejam cidadãos norte-americanos. Além disso, eles exercem esse monopólio do jurídico, em defesa da sua propriedade, através de pressões diretas ou indiretas sobre os países dominados, como no caso da lei de patentes.

O monopólio do excedente econômico eles exercem através de um protecionismo ímpar e sanções a produtos vindos de países subordinados, além de instituições de controle como a Alca, cujos fins colidem, em substância, com as tímidas tentativas dos governo sul-americanos de se protegerem minimamente nesse trato assimétrico, através de instrumentos como o Mercosul. Antes de discutir, portanto, as medidas tópicas que estão sendo tomadas contra as universidades públicas, os institutos de pesquisa, etc., pelo governo subordinado do Brasil, pareceu-me importante lembrar esses pontos lógicos, históricos, econômicos, para que não tombemos na luta contra os efeitos, sem considerar as causas. Estas são múltiplas e complexas. Enfatizei apenas algumas, para permitir nossa discussão. Se me excedi no tempo, abusando da vossa paciência, peço-vos desculpas e coloco-me ao dispor para as críticas e perguntas julgadas necessárias.

BIBLIOGRAFIA

CAPELLATO, Maria Helena. O bravo matutino. São Paulo. Alfa Ômega Ed., 1993.

CARCANHOLO, R. Contra a ofensiva neoliberal. A hipocrisia e a impotência. In: MALAGUTI, M. L. CARCANHOLO, R. (Org.) A quem pertence o amanhã? São Paulo: Loyola, 1997.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. All the world was America, Revista USP, Dossiê Liberalismo.

COX, Robert. Production, power, and world: social forces in the making of History. N.Y. Columbia University Press, 1987.

FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo. Unesp Ed. 1997.

HEGEL. Lições sobre a Filosofia da História.

KANT, I. Critica da Razão Pura.

KRAMNICK, Isaac (apresentador). James Madinson, Alexander Hamilton, John Jay. Os artigos Federalistas. 1787-1788. Trad. M. L. X. A. Borges, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Ed. 1993.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo (II, 124).

MALAGUTI, M. L. CARCANHOLO, M. D. e CARCANHOLO, R. (Org.) A quem pertence o amanhã? São Paulo: Loyola, 1997.

MALAGUTI. M. L. Globalização e fascismo. In: MALAGUTI, M. L. CARCANHOLO, M. D. e CARCANHOLO, R. (Org.). A quem pertence o amanhã? São Paulo: Loyola, 1997.

ROBINSON William I. Promoting polyarchy, globalisation, US intervention, and hegemony (Cambridge University Press, 1996).

ROMANO, Roberto. A Fantasmagoria Orgânica. In: Corpo e cristal, Marx SCHULTZ, George. Revista Current Policy, número 456, do Departamento de Estaado, Bureau of Public Affairs, Washington, fevereiro de 1983.

*** Palestra proferida em Campo Grande (MS), durante o Conselho de Biologia, realizado em agosto de 1998.**



Autonomia: concessão ou reconhecimento?

- uma reflexão *"quase inútil"*, embora oportuna -

Délcio Vieira Salomon
Professor aposentado do Departamento
de Sociologia e Antropologia - FAFICH - UFMG

Pretendo desenvolver idéia alimentada desde 1980 em relação à autonomia da universidade. De propósito exponho-a com a ingenuidade com que nasceu e cresceu, a ponto de atingir a força da convicção, mesmo sabendo tangenciar desde então os limites da utopia. Por isso faço-o dispensando a pesquisa nos autores e nos fatos históricos de qualquer espécie de argumento para defendê-la ou comprovar sua correção.

De início, julgo relevante estabelecer pressupostos e parâmetros que funcionem como suporte para seu entendimento e balizamento para sua contextualização.

pensando a autonomia aqui e agora

Para pensar a "*autonomia*", seja-me permitido recorrer à velha tática fenomenológica da "*epoqué*".

Esta técnica de reflexão leva-me, num primeiro momento, a colocar a "*autonomia*" entre parênteses, cortar-lhe todo e qualquer liame que possa ter com o tempo e a história, a não indagar de sua a origem, sua existência, sua possibilidade ou não, nem interessar-me pelo fato de haver mais de um sentido

para o termo. Nem vou neste momento inicial querer saber se é viável para uma instituição como a universidade, muito menos se sua efetivação está condicionada ou não a este ou àquele fator, seja ele endógeno ou exógeno. Apenas reflito sobre o que diz para mim "*aqui e agora*" o termo "*autonomia*".

Ocorrem-me logo idéias como independência, liberdade de agir, propriedade que tem o homem ou determinada instituição de escolher *forma* de *realizar seu ser*, de comportar-se, e até de viver. Tudo por si mesmo, sem precisar de recorrer a terceiros. Curioso (parênteses dentro do parênteses maior): o homem tem liberdade de viver, mas não de ser e de existir: "sou livre para viver e viver como quero, mas não sou livre para *ser* homem e não fui consultado para *existir*. Mas fechemos o parênteses interno, que tal reflexão nos conduziria a vôo metafísico.

Sei que etimologicamente a palavra se vincula à composição de duas outras: *autós* (por si mesmo) e *nomia* (lei, norma), portanto em sua raiz significa capacidade de autonormação, estendida a autogestão e auto-avaliação. Mas não é na procura desta origem, do desdobramento desta etimologia no tempo e no espaço que me esforço.

Foucaultianamente, desejo ir à *arqueologia* de seu significado em minha percepção, ao fundo do leito de meu conhecimento e de meu pensar. Procuro atrás do aparente o oculto ou simplesmente o que não está de pronto manifesto.

Avançando um pouco, percebo que autonomia pertence à categoria daqueles termos que hão de ser pensados filosófica, psicológica, sociológica, antropológica, ou juridicamente como *algo em relação a outra coisa*. Não pertence à categoria dos termos "absolutos" como homem, céu, terra, fogo, ar, água, nação, pátria... Quando penso em homem, vejo que o termo, ou melhor, a idéia de *homem* se esgota em si. Homem é homem e pronto. Céu é céu e ponto final. Idem para terra, para fogo, ar, água, nação, pátria... Ou seja, ao pensar em tais idéias, em tais termos, em tais palavras não me vejo obrigado a pensá-los *em relação a alguma coisa*.

Já quando falo em autonomia, quando penso em autonomia, vem-me logo a necessidade da referência, da relação, da intencionalidade. Enfim constato que autonomia é uma dessas palavras dinâmicas que trazem em seu bojo a idéia de *processo e de direção* e que pertencem, inclusive, à esfera da denotação e da conotação. Por serem dinâmicos, tais termos não são representativos de uma entidade estática. Se penso ou falo em autonomia,

imediatamente me pergunto: *"autonomia em relação a quê?"* - *"autonomia de quê?"*- *"autonomia para quê?"* Tal qual acontece ao pensar em amor, em consciência, em sentimento, em medo, em ódio... Amor *a quê, a quem*? Consciência *de quê* ? Sentimento *de quê*? Medo *de quê*? Ódio *a quem* ou *contra quem ou contra o quê?...*

Além de exigirem referencial e complemento, sempre sugerem para elucidação a presença de seu contrário. Assim amor evoca o desamor; consciência, a inconsciência; sentimento, a insensibilidade...

Quem pensa em autonomia é levado necessariamente a pensar no contrário de autonomia, ou seja, na dependência, na falta da capacidade de autonormação, de autogoverno e de auto-avaliação.

Autonomia pertence àquele grupo de palavras, de idéias, que para serem pensadas têm de o ser junto com seu referencial e face a seu contrário. O que equivale a dizer: não existe autonomia em si, como não existe consciência em si, amor em si, sentimento em si... Não são conceitos hipostasiados pairando isolados na abóbada do universo platônico dos arquétipos. Seja este universo o das idéias ou o da linguagem.

Prosseguindo, descubro que o principal referencial para a palavra autonomia é o *poder*. Autonomia, por sua vez, é ou implica *poder*. Mais precisamente: ao pensar em autonomia torna-se claro para mim que autonomia refere-se ao poder existente em si e ao poder existente fora da própria autonomia. É que para a entidade "autonomia" o referencial se duplica. Não basta "autonomia *em relação a*". Importa identificar também o *sujeito, o suporte* da autonomia. No fundo, há um emissor e um receptor - um termo de *procedência* e um de *chegada*. Autonomia *de* quem ou de quê *em relação a* quem ou *a* quê. Trata-se, pois, de u*m poder em relação a outro poder*. Tal qual acontece quando penso em poder legislativo, executivo e judiciário.

Esta relação entre poderes é simétrica e não assimétrica. Um poder não pode ser dominado ou dirigido por outro poder. Não basta, por exemplo, ao Legislativo, para ser autônomo, que tenha poder de legislar; é necessário que tenha independência do Executivo e do Judiciário para legislar. Por isso autonomia implica liberdade, independência. Todo Estado, toda Nação, por exemplo, se caracteriza por possuir autonomia, ou seja, independência em relação ao poder de outro Estado, de outra Nação. Em se tratando de Estado ou Nação o sentido de autonomia identifica-se com o de *soberania*. Mas

autonomia tem extensão maior. Tudo que é soberano é autônomo, mas nem tudo que é autônomo é soberano. Entre parênteses: talvez seja por isso que aqueles que têm o poder de decidir na política ou na educação, constantemente usam o argumento da "soberania", para negar à instituição "*universidade*" a autonomia. Dizem admitir a autonomia (como a concebem!), mas se recusam conceder a soberania. Argumentação duplamente falaciosa. Primeiro, se de fato e de direito aceitam a existência da universidade, haveriam de admitir ter esta instituição *poder* e *independência* para exercer *a autonomia*. Ou seja, em se tratando da universidade, a autonomia é prerrogativa inerente à sua essência: é sua propriedade. Ou a universidade é autônoma ou não é universidade. Levantar o argumento da soberania é escamotear a intenção de não reconhecer-lhe a autonomia. Segundo e conseqüentemente: se a universidade já existe, não cabe ao poder político *conceder* ou não, mas simplesmente *reconhecer* ou não sua autonomia. Neste caso, reconhecer equivale tanto atestar sua existência de fato e de direito como respeitá-la.

crise de autonomia é o mesmo que falta de identidade

Sabemos que psicologicamente a criança não tem autonomia. Já o adulto se caracteriza pela posse da autonomia. Entre a criança e o adulto situa-se o adolescente que tem justamente na adolescência a fase crítica entre ser e não ser autônomo. Entre ser livre no sentido de não aceitar o poder dos pais (que foi pleno e ilimitado enquanto ele, adolescente, era criança e assim o aceitou sem o saber) e ao mesmo tempo ter de depender dos pais em vários setores de sua vida. Afinal o adolescente não é mais criança, mas também não é adulto.... Eis aí em síntese a crise da adolescência: crise de identidade, crise de autonomia. No fundo a mesma coisa. Por isso, estendendo esta visão "psicológica" a outros tipos de visão, temos o poder de concluir: falta ou crise de autonomia é falta ou crise de identidade. Então, *falta ou crise de autonomia da universidade, em última instância, é falta ou crise de identidade da própria universidade.*

A Universidade está coagida, está encurralada, clama por autonomia, porque lhe *tiraram a identidade de ser universidade*. É instituição de ensino superior, é instituto, é conglomerado de faculdades, é centro superior de

ensino, pesquisa e extensão... é tudo isso e mais alguma coisa, mas não é *universidade*. Eis o cerne da questão.

Dentro dessa ótica, que não me parece estreita, nem preconcebida, sou levado a apontar que dentro da pseudomodernização há muito adotada por sucessivos governos brasileiros no exercício de políticas educacionais, principalmente pelo atual, sobretudo por ter feito opção pelo neoliberalismo, o fato de homogeneizarem-se universidades (sejam públicas - federais, estaduais e municipais - ou privadas,) e faculdades isoladas sob a sigla IES – instituições de ensino superior –,revela que ao governo, tanto ao atual como aos anteriores, *não interessa a identidade, nem a autonomia da Universidade*.

Assim, já tendo terminado este arremedo de *epoqué,* e entrado na reflexão sobre a autonomia da Universidade, de pronto identifico estar a autonomia da Universidade centrada na questão de ter esta *identidade* e *independência* em relação ao *poder político*. Não apenas no seu poder, na sua capacidade de autonormação e autogestão em termos administrativos, financeiros e didático-pedagógicos.

* * *

Se remontarmos à origem da universidade no século XII, veremos que foi esta identidade e esta independência em relação ao *poder político* da Igreja e do Estado que, em última instância, caracterizou a *universidade* como tal (*universitas* = *corporação* de professores e alunos). Porque se erigiu como instituição corporativa de ensino superior – mais tarde de ensino, pesquisa e extensão indissociavelmente vinculados – conseguiu firmar-se e afirmar-se como *instituição autônoma*. Autônoma, portanto independente do poder estatal e eclesiástico. *Autônoma*, sem jamais manifestar intenção ou atitude de ser *soberana*. Então a universidade pôde ser pensada como a instituição *autônoma* (sem coerção nem censura) para produzir conhecimento, por isso independente do poder político. Se dependesse, jamais conseguiria produzir conhecimento algum. Faltar-lhe-ia a condição básica: a liberdade de criar e pesquisar.

ao poder político não cabe conceder autonomia, mas reconhecê-la

E dentro de nossa realidade brasileira constatamos que a universidade perdeu sua identidade desde o momento em que passou a ser definida, regulada e dirigida pelo poder político, quer este tenha o nome de Ministério da Educação, quer de Conselho Federal de Educação ou outro órgão que não seja a própria Universidade ou dela derive como instância delegada. Tal qual acontece com o poder político de um governante, de um deputado: seu poder é recebido (delegado) do povo, através da representação a ele conferida. Não deriva nem é recebido de outro poder, seja o Executivo, seja o Judiciário, seja o Legislativo. Então se o ministério decide o que tem de ser a universidade e como deve comportar-se, por não ter sido, este ministério, eleito pela universidade para exercer tal poder, é de concluir-se que o ministério, por ser poder político e por assim agir, acaba descaracterizando a universidade, tirando-lhe a identidade e conseqüentemente castrando-lhe no nascedouro a autonomia.

De fato foi o que ocorreu no que tange à vida e à evolução da Universidade no Brasil. Isso fica muito claro ao tomarmos em consideração exemplo recente, ocorrido a partir da ditadura militar implantada através do golpe de 64. Sob o pretexto de *"purificar a universidade da ideologização marxista que nela havia penetrado"* propuseram, os militares no poder, reformar a universidade. Não recorreram aos reitores, aos professores, aos pesquisadores, aos alunos, aos técnico- administrativos que são a universidade viva, mas foram buscar nos Estados Unidos o modelo da reforma para a execução desta tarefa por eles considerada prioritária. Era uma atitude ironicamente coerente, pois foi o governo dos Estados Unidos que tinha dado suporte e condições para o golpe "revolucionário" e, segundo relatório secreto hoje revelado, identificara, através da CIA, nas universidades públicas o foco da subversão marxista-leninista. Surgiu o "plano Atcon", todo pensado e escrito dentro da *ideologia da "segurança nacional"* que balizou a lei 5.640, de 1968. Merece ser lembrado o fato (e cito um bem diminuto diante de tantos outros de maior envergadura!) da imposição feita pelo governo militar, através do Ministério da Educação, de inserir no currículo de todos os cursos superiores a disciplina EPB (Estudos de Problemas Brasileiros), com conteúdo programático e carga horária previamente determinados, tudo dentro do figurino da ideologia da "segurança nacional", obviamente sem ouvir a universidade. Para não ser acusado de aleivosia contra os militares, vamos a

mais alguns exemplos ilustrativos. Há alguns anos atrás tivemos a decisão do atual Ministro da Educação em implantar o "provão" - avaliação acadêmica feita por um órgão do poder executivo, sem consultar, nem ouvir a Universidade. Durante longos anos funcionou o Conselho Federal de Educação com poderes acima da própria universidade, ditando-lhe currículos para os cursos, normas de como ensinar, pesquisar e formar os profissionais de nível superior. Através do MARE (Ministério de Administração e Reforma do Estado) não foi criado o SIAPE (Sistema Integrado de Administração do Pessoal do Executivo - ou de Recursos Humanos) que centralizou a folha de pagamento de todo funcionalismo público, inclusive do pessoal docente e técnico-administrativo das universidades federais? Ao agir assim, o poder executivo ignora a autonomia da Universidade e sobre ela pisoteia.

São casos típicos entre centenas que confirmam não ter a Universidade Brasileira, notadamente a Universidade Federal, autonomia, embora ela esteja assegurada na Constituição. O que o Executivo define como universidade não é o que a própria Universidade se define. Este o motivo fundamental de desrespeito à Carta Magna. Para o poder político, hoje em mãos neoliberais, Universidade é uma instituição de educação superior como outra qualquer e que deve ser dirigida e controlada pelo Ministério da Educação, e este continuará sendo órgão político e administrativo do Poder Executivo. Aliás, o neoliberalismo no poder tudo fará para privatizar a universidade, uma vez que em sua cartilha o Estado deve ser enxugado para permanecer em suas mãos somente o que constitui *aparelho de Estado*, e a Universidade obviamente jamais foi nem será aparelho de Estado.

divergência entre o projeto do governo e os da ANDIFES e do ANDES-SN

No fundo esta é a questão crucial que separa o projeto de autonomia proposto pelo atual Ministério da Educação e o projeto de autonomia tanto o de autoria da ANDIFES como o do ANDES-SN. Tive oportunidade de comparar tais projetos e chego à conclusão que *três são os pontos capitais de divergência profunda* entre eles.

Em ordem crescente: *primeiro*, o Ministério de Educação quer autonomia controlada através de contrato temporário, a ser suspenso quando as metas

não forem cumpridas. Obviamente há de rejeitar-se este simulacro de autonomia, já castrada em seu nascedouro. A autonomia tem de implicar liberdade de gestão, válida igualmente para todas as universidades públicas, sem contrato algum. Além do mais o Ministério da Educação é incompetente para controlar a autonomia das universidades, com justiça e isenção. É o que defendem ambos os projetos da ANDIFES e do ANDES-SN. Ao chegar a este ponto de sua proposição evidencia-se toda a carga de preconceito e desconfiança contra as universidades federais, há muito já revelada pelo governo FHC, que tem no Ministro da Educação seu "*alter ego*" para assuntos educacionais. Para este governo a universidade federal de um modo geral é medíocre, irresponsável na administração do dinheiro público e ninho de marajás. As únicas universidades por ele reconhecidas como legítimas universidades são a USP e a UNICAMP... E todos sabemos por quê!

Segundo: financiamento. Para o Ministro da Educação: estabelecimento do valor de R$ 4 bilhões anuais, só reajustáveis de acordo com a receita e a critério do próprio Ministério. Para ANDIFES e ANDES: a União deve garantir pelo menos 75% do orçamento do Ministério de Educação, proveniente da receita de impostos, destinados anualmente às universidades. Em síntese propugnam pela observância da Lei Calmon e da LDBEN. Se pensarmos que a proposta do Ministério da Educação faz parte do ideário neoliberal, é de esperar-se que o projeto de autonomia por ele apresentado, no que tange à "autonomia financeira da universidade" terá como conseqüência, ao fim e ao cabo, pressionar as universidades a captarem recursos por conta própria, através de consórcios com as empresas nacionais e multinacionais, sobretudo estas com maior *know how* e capacidade, o que constituirá o primeiro passo na direção da privatização. É contra-senso que o programa neoliberal do atual governo defenda o ensino gratuito. Se o fazem, portanto, é por pura demagogia.

Terceiro: a natureza jurídica da Universidade. O Ministério de Educação quer que as federais continuem sendo autarquias ou fundações. ANDIFES e ANDES defendem para a universidade personalidade jurídica especial, dotada de autonormação e autogestão.

Creio estar na definição da personalidade jurídica da Universidade o principal motivo de não se reconhecer a autonomia da Universidade. Como já apontei, crise e falta de autonomia, no fundo, ocorrem por crise ou falta de identidade. Juridicamente a institucionalização da autonomia depende da definição da *personalidade jurídica* da Universidade.

Em 1980, quando o MEC tentou implantar o projeto de transformação das universidades federais em fundações, todos – professores, alunos e dirigentes – da UFMG fizemos um dos mais belos movimentos de protesto. Durante vários dias discutimos as pretensões do governo, para ao fim levantarmos a bandeira da autonomia, que nunca mais foi recolhida.

Lembro de episódio singular. Era diretor da Fafich e o Professor José de Oliveira Baracho diretor da Faculdade de Direito. Num debate levantei a tese até então jamais cogitada: em vez de colocar para a universidade o dilema "*autarquia ou fundação*", por que não defini-la com personalidade jurídica própria? Afinal é isto que ela é desde sua fundação no século XII: simplesmente "*Universidade*" - como o era a "Igreja" quando unida ao Estado. Ao que o Dr. Baracho retrucou que eu acabara de colocar o dedo na ferida, apesar de ser idéia inovadora, era a única maneira que via para garantir a autonomia plena, sem ser soberania (o que sempre se temeu). O tempo passou, hoje vejo que muitos já pensam da mesma forma. O projeto de autonomia proposto pelo Ministério da Educação é voltado para o Planalto, para FHC; não para a universidade pública. Somente os ingênuos, os bajuladores do governo e os grupos de interesse escuso o apoiam.

externando convicção

Certa vez deixei por escrito convicção que aqui vou repetir:

1. Não acredito em *concessão* de autonomia à Universidade. Como há pouco afirmei, poder político algum tem o dom de conceder autonomia. Autonomia se adquire. Historicamente a *universitas magistrorum ac discipulorum*, ao fazer-se Universidade, adquiriu a autonomia. Cabe ao poder político *reconhecer* a autonomia da Universidade. É um dever de ofício, contado entre os deveres do Estado, e uma prerrogativa da Universidade, brotada de sua própria constituição como universidade e sacramentada em pia batismal no século XII.

Se por este ou aquele motivo, por causa desta ou daquela circunstância histórica ou mesmo através de um processo de paulatina corrosão, a autonomia da Universidade foi retirada, mutilada ou desfigurada pelo poder político, cabe a este restituir-lhe a autonomia integralmente. Por outro lado cabe aos responsáveis diretos pela universidade (professores, alunos,

dirigentes, funcionários técnico-administrativos) lutar por sua recuperação: um direito e um dever. Seríamos irresponsáveis, nós os que constituímos a universidade viva, se não lutássemos por esta recuperação ou simplesmente ficássemos acomodados, esperando que o governo o faça. Realmente, no momento atual, no que concerne à autonomia da Univesidade, estamos diante de sério conflito entre o poder político exercido pelo atual governo e as forças que defendem a autêntica autonomia universitária. E este tipo de conflito não se resolve com acenos de boa vontade e boas intenções. Só se resolve com luta. A história está aí para o comprovar. Cabe a nós descobrir as formas de luta mais eficazes. O objetivo há de permanecer intocável como o ideal que o alimenta: *cabe ao Estado reconhecer a autonomia da Universidade e dar-lhe as condições para seu pleno exercício.*

2. Só acredito em concretização da autonomia da Universidade Brasileira no dia em que esta for realmente **a** Universidade Brasileira. Infelizmente temos "instituições de ensino superior", onde estão agrupadas as universidades públicas (federais, estaduais, municipais) e privadas, as faculdades e os institutos de ensino superior. Sei que esta colocação é complicada. Exige grande esforço de retomada conceitual e histórica do que é e do que deve ser a verdadeira universidade. Um esforço que certamente implica não só retomada, mas *revisão de teses* que vão da utopia ao empirismo realista terra a terra. Merece, porém, ser empreendido. Bom lembrar que esta revisão deveria ter sido feita quando da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Aliás desde a Constituinte. Tanto aqui como na LDBEN o legislador partiu do pressuposto de que '*universidade*' era um conceito unívoco e que ao colocá-lo todos o entenderiam como tal. Evitou defini-la através da unificação de suportes referenciais teóricos e históricos, a fim de se alcançar um denominador comum. Faz-me lembrar que por causa de atitudes como esta é que surgiu a fenomenologia. Até Husserl também a idéia de triângulo era óbvia e todos teriam a mesma noção ao pronunciar a palavra "*triângulo*". No entanto, ao solicitar aos alunos que desenhassem o triângulo, uns fizeram o equilátero; outros, o escaleno; outros, o isósceles; uns o triângulo retângulo, outros o obliquângulo. A idéia de triângulo não era tão universal assim, como se acreditava desde Platão... A própria ANDES tem sido vítima desse equívoco e confusão. Lembro o tempo que se ocupou

(ou perdeu?) tentando fazer um *Plano Único de Carreira Docente* para as atuais instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais, particulares... Impossível ou irreal. Poderia constar com todos os *designs* e projeções no papel (como consta até hoje, inclusive como parte do documento sobre a autonomia). Mas fica só no papel e para o papel.

Depois de minha tese de livre docência, alimento profunda convicção. Tomamos consciência de um *conflito*? De um *problema*? É nossa intenção resolvê-lo? Então antes de pensar na solução do problema ou conflito, temos de formulá-lo, e para tal temos de tomar previamente consciência de sua natureza. Mas para conseguir isso temos que estabelecer dentro de nós mesmos ou, se estamos trabalhando em equipe, coletivamente, o *suporte referencial de superação* do conflito.

No caso da autonomia da Universidade, temos de convir que não conseguiremos pensar nesta autonomia, muito menos defendê-la, sem antes estabelecermos como *suporte referencial de superação 'o que é Universidade' e que tipo de universidade queremos para o Brasil*. Só depois desta definição teremos condições de decidir se devemos continuar designando como universidade todas as atuais universidades públicas (federais, estaduais, municipais) e privadas. Não será a hora de acabar com esta homogeneização denominada "*instituições de ensino superior*", onde se englobam no mesmo nível universidades e não-universidades, verdadeiras universidades e pseudo-universidades, além de faculdades e institutos camuflados sob estes nomes, com fins e objetivos inteiramente divorciados das instituições do verdadeiro ensino, da autêntica pesquisa e da necessária extensão? Evidentemente: superada esta fase, teremos condições de pensar se é possível colocar sob o mesmo rótulo de *universidade brasileira* todas ou somente algumas; se somente algumas, quais. E se será elaborado um planejamento para as demais atingirem o *status* da autêntica universidade brasileira.

3. Há necessidade de defender para a Universidade Brasileira personalidade jurídica própria. A história está a mostrar que considerar a universidade pública como *autarquia* ou *fundação* é pensar numa dicotomia não correspondente à realidade e que torna inviável qualquer projeto de autonomia. Falo de autonomia autêntica, não de pseudo-autonomia. Há necessidade também de repensar se esta "nova" pessoa jurídica denominada

"universidade" se aplica tanto às públicas como às particulares. Já externei há pouco dúvida séria, levantada em 1980, quando expus esta problemática diante do projeto do governo da época em transformar todas as universidades federais em fundações.

Em síntese é condição necessária, embora não seja suficiente, para a implantação da autonomia da universidade brasileira que o poder político *reconheça* a autonomia da Universidade Brasileira e não venha a camuflar poder que não tem de *conceder* autonomia a esta ou àquela universidade.

Só depois de definida a Universidade como pessoa jurídica especial poder-se-á pensar na unificação das universidades brasileira numa entidade única: a *Universidade Brasileira.*

Vencida esta etapa, cogitar-se-á das seguintes providências:

1º. A de estabelecer uma classificação entre instituições públicas e privadas da Universidade Brasileira e subdivisões entre cada uma. A titulo de ilustração: entre as públicas: federais, estaduais e municipais; entre as privadas poder-se-ia adotar critérios como os inerentes ao tipo de mantenedoras das universidades (só à guisa de ilustração: confessionais e laicas – fundações – associações sem fins lucrativos – cooperativas, etc). Em minha utopia sonho com a *Universidade Brasileira como única e federal* a funcionar como o Exército: um só, mas tendo em cada Estado ou em cada região unidades. Assim *minha utópica univesidade brasileira seria uma só e teria em cada região uma unidade, de forma que todas fossem atendidas com a mesma eficiência e qualidade. A autonomia seria da Universidade Brasileira e não das unidades*. Ou então, à guisa da Universidade de Paris, onde há a Universidade de Paris e dezenas de "universidades": Paris 1, Paris 2 Paris 3... Paris 17... Mas todas são a Universidade de Paris.

2º. Sendo a educação e o ensino dever do Estado, só se concebe a universidade privada como *concessão*. A não ser no sistema socialista (que, infelizmente, não é nosso caso), não há como ser contra a existência da iniciativa privada na educação e no ensino. O que devemos combater é a transformação da universidade e de qualquer tipo de escola particular em agências que só visem ao lucro. Óbvio que o ideal seria que educação e ensino fossem fornecidos ao cidadão gratuitamente e a universidade particular recebesse do governo subvenção (bolsas?) para manter gratuitamente os alunos na universidade. Sei que dentro de nossa realidade já tão distorcida

ideologicamente por forças empresariais que transformaram a educação e o ensino em negócio, ou na linguagem eufemística do capitalismo: "prestação de serviço", esta visão não passa de utopia... Mas, em minha concepção, é o momento de negar-se não só a autonomia senão o credenciamento às universidades particulares que não se enquadrarem dentro da concepção de universidade e de autonomia aqui defendidos. Inconcebível chamar-se universidade a conglomerado de agências que em nome da educação são empresas que só visam ao lucro fácil, assentado na exploração da boa fé e da ingenuidade de quem a elas recorre.

4. Uma vez que as circunstâncias históricas estão mostrando que o governo ignora este seu dever de *reconhecer a autonomia* e se arroga o direito de *concedê-la ou não*, há necessidade de que se englobe o projeto da ANDIFES e o do ANDES-SN num só projeto e neste projeto unificado, além das reivindicações já apresentadas, se introduza uma *cláusula de legitimação*: - o reconhecimento da autonomia da Universidade Brasileira, mesmo que inicialmente seja apenas só da Universidade Pública, só deverá concretizar-se com a criação de um *Ministério de Educação Superior "sui generis"*, separado do atual Ministério da Educação, dirigido por um Conselho de Dirigentes Universitários eleito pelas universidades. Retomando velha tradição das primeiras universidades - do século XII ao XVIII - este Conselho seria presidido por um Chanceler, com "*status*" e função de Ministro, eleito por seus pares do Conselho. O mandato do Conselho, como o do Chanceler, seria de quatro anos, independente da sucessão e da mudança do Presidente da República. Ao Conselho de Dirigentes da Universidade caberia a cada mandato *a proposição de um plano quadrienal*, onde a forma de gestão da autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica da universidade seria prioritária.

Como terá percebido o leitor, estas considerações constituem reflexão "quase inútil", embora oportuna, como o alertei na soleira de entrada do artigo.



A Autonomia das IFES: desafios e polêmicas

Nelson Cardoso Amaral
Professor do Instituto de Física - UFG
Ex-Vice-Reitor da UFG

A definição de como será a autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) é, hoje, o problema mais complexo a ser enfrentado pelo sistema público federal de ensino superior. Os principais desafios que se apresentam são:

- Como deve ser a vinculação legal das IFES e quem define as regras para organização interna, funcionamento e estrutura de poder?
- Deve existir um Sistema Federal de Ensino Superior organizado e solidário?
- As IFES devem ser instituições que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão de forma articulada?
- Os servidores docentes e técnico-administrativos devem ter um regime jurídico próprio?
- Quais devem ser as regras para o financiamento?

Nesses itens estão os pontos polêmicos e o ônus pela conquista da autonomia. Se não existirem definições coerentes e adequadas ao desenvolvimento histórico das IFES, corremos o risco de existir uma desagregação total do sistema e, na prática, a autonomia não significar a garantia de liberdade de pensamento.

As preocupações presentes hoje no âmbito das Instituições foram muito bem explicitadas em 1988 e 1989 pelo Prof. Paulo Renato de Souza, então Reitor da Unicamp, em publicação da Unicamp "Série Documentos 2: Autonomia Universitária-Iniciando o Debate", quando se discutia o processo de autonomia das universidades estaduais paulistas:

Sobre a organização estrutural da universidade e sobre a existência de um Sistema e de um Conselho

"A autonomia tem o sentido de proporcionar a diversidade de organização, de estruturas acadêmicas e administrativas, de carreiras de professores e funcionários, o que já vem ocorrendo no sistema universitário de São Paulo. Composto por três universidades mais ou menos semelhantes, poderíamos ter algumas definições e diretrizes básicas comuns. O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (CRUESP) poderá, se ampliadas suas funções, definir os padrões comuns às três universidades....Deveríamos garantir que o sistema universitário fosse mais solidário do que é, que se implantasse uma maior vinculação entre as universidades, que se explorasse até o limite a idéia da diversidade de modelos, da diversidade de instituições, garantidas ao mesmo tempo a unidade e a convergência do sistema, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que hoje é apenas uma letra vergonhosa na legislação....Temos que garantir a vida de um sistema universitário efetivo."

Sobre a escolha de dirigentes

"A discussão da autonomia e da institucionalidade nos leva ao problema da escolha dos dirigentes. A autonomia significa que a universidade define o processo de escolha dos seus dirigentes, podendo cada universidade adotar um processo diferente e particular."

Sobre a vinculação ensino-pesquisa-extensão

"...gostaria de lembrar o que foi debatido em muitos fóruns no sentido de que a universidade deve procurar cumprir o seu objetivo através da integração de suas ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. De fato, não podemos conceber um ensino de qualidade sem pesquisa e sem extensão."

Sobre o financiamento

"Se, porém, passarmos ao exercício da autonomia universitária, a participação no orçamento definida para 1989 é claramente insuficiente e inaceitável. Corresponderia a um engodo e provocaria uma crise destrutiva no sistema universitário paulista, servindo apenas para, aparentemente, eximir o governo de sua responsabilidade social."

"Obviamente não teria muito sentido concebermos a autonomia financeira como se a universidade pudesse criar seus próprios recursos. Falamos de autonomia de gestão, um ponto pertinente onde poderemos de fato avançar."

"A autonomia sem clareza sobre os recursos significa apenas a desobrigação do governo. E se estamos chamando a atenção para a obrigação da universidade em relação à sociedade, temos também que chamar a atenção do governo para sua obrigação em relação à universidade."

"Talvez uma alternativa seja a fixação desses percentuais por um certo prazo, prevendo-se depois sua revisão, com base em novos estudos técnicos e na opinião do Conselho que acima propus."

Sobre o temor da desagregação

"Como vimos, porém, o caminho é árduo e fundamentais as definições para a vigência do novo sistema, sendo também altos os riscos de sua desagregação. É o momento para a transformação ou para um grande retrocesso. Este desafio está em nossas mãos, da universidade, do governo e da sociedade."

I. Como deve ser a vinculação legal das IFES e quem define as regras para organização interna, funcionamento e estrutura de poder?

Os dirigentes das IFES, através do documento "Lei Orgânica das Universidades: Proposta de um anteprojeto de lei", defendem que a vinculação legal das Instituições num ambiente autônomo deve se dar através da Constituição Federal, de uma Lei Orgânica das Universidades e de diplomas legais da Instituição. O Estatuto deve ser definido no âmbito da instituição, que também definirá a forma de escolha de seus dirigentes. Os Conselhos são majoritariamente constituídos pelos docentes das instituições. Em contraposição, o MEC defende que o Estatuto deve ser aprovado por órgão competente do sistema federal de ensino, que os dirigentes sejam escolhidos por lista tríplice e que os docentes constituam, no mínimo, 70% dos membros dos conselhos internos, fato que já se encontra estabelecido na LDB.

II. Deve existir um Sistema Federal de Ensino Superior organizado e solidário?

Com relação ao Conselho das IFES cremos que a sua existência é inquestionável, tendo em vista o quadro de instabilidade social e econômica do País e de indefinições e credibilidade nas relações entre a universidade pública brasileira e o Poder Executivo.

O Conselho deveria possuir representantes do Poder Executivo e da sociedade civil. A sua principal atribuição seria promover ações que organizassem e criassem um ambiente de solidariedade do Sistema.

III. As IFES devem ser instituições que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão de forma articulada?

A articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão é fundamental para que tenhamos um ensino de qualidade, como muito bem explicitou o então Reitor da Unicamp, Prof. Paulo Renato Souza.

IV. Os servidores docentes e técnico-administrativos devem ter um regime jurídico próprio?

Com a aprovação da reforma administrativa, a melhor resposta para essa pergunta é afirmativa; devemos implantar um regime jurídico próprio para as IFES que contemple (discutidos na XVIII Reunião do Conselho Pleno da Andifes em Goiânia, 6 e 7 de maio de 1996):

- estrutura dos cargos de provimento permanente com garantia de vencimentos isonômicos e de estabilidade;
- condições de investidura nos cargos de provimento permanente condicionadas à aprovação em concurso público de provas e títulos;
- critérios de desenvolvimento das carreiras de provimento permanente, em decorrência da conjugação de tempo de serviço com desempenho ou titulação;
- critérios de provimento temporário em cargos e funções destinadas ao exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- definição de direitos, deveres e vantagens dos servidores;
- disciplina das jornadas semanal e diária de trabalho;
- procedimento administrativo disciplinar;
- implantação de sistemática de desenvolvimento de recursos humanos, através de plano institucional de capacitação;
- contratação por tempo determinado de pessoal docente e técnico-administrativo para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público.

V. Quais devem ser as regras para o financiamento?

Com relação ao item relativo ao financiamento das IFES, a experiência das universidades estaduais paulistas nos leva a propor uma enorme cautela. Ali a implantação da autonomia se deu com um aumento dos percentuais de recursos que se destinavam, historicamente, às Universidades. Os valores totais, até 1986, ficavam em torno de 5% do ICMS; o valor de 1987 foi de 7,73% e o valor de 1989, quando da implantação da autonomia, foi de 8,4%.

Em 1992 ele passou para 9,0% e hoje é de 9,57%. É claro que esses aumentos em apenas 8 anos aconteceram depois de longas discussões que envolveram os dirigentes, a comunidade universitária, os Poderes Executivo e Legislativo e se justificaram pela necessidade tanto da melhoria das condições salariais e de trabalho, quanto de expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Admitido que o orçamento das IFES deve ser global, a experiência das universidades paulistas deixa claro que as perguntas básicas a serem respondidas num processo de gestão financeira das IFES são as seguintes:

1. Qual ou quais impostos federais devem servir de referência para a definição do montante de recursos financeiros?
2. Como é a regularidade na arrecadação dos impostos?
3. Como acompanhar a arrecadação de impostos?
4. Qual o percentual dos impostos a ser utilizado para constituir o montante de recursos para as IFES?
5. O montante de recursos é suficiente?
6. Como distribuir o montante de recursos entre as IFES?

Vamos analisar cada uma dessas questões:

1. Qual ou quais impostos federais devem servir de referência para a definição do montante de recursos financeiros?

A Constituição brasileira, em seu artigo 212, estipula que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% da receita resultante de impostos, excluída a parcela da arrecadação transferida aos estados, Distrito Federal e municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino. O artigo 211 estabelece que a União organizará e financiará o sistema federal de ensino e prestará assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

Então, é do montante da arrecadação de impostos e contribuições federais que se originam os recursos da União para a manutenção das IFES.

Temos que analisar, então, o "comportamento" dos seguintes impostos:

- Imposto sobre a Importação (II);
- Imposto sobre a Exportação (IE);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Imposto sobre a Renda (IR);
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- Imposto Territorial Rural (ITR).

2. Como é a regularidade na arrecadação de impostos?

Como podemos analisar da tabela abaixo, existe uma instabilidade na arrecadação de impostos onde notam-se flutuações, entre dois anos consecutivos, de quase 40% no seu montante. É claro que nos últimos anos houve uma estabilização dos valores arrecadados.

ARRECADAÇÃO DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS: PERÍODO 1984-1996*

ANO	IR	IPI	IOF	Cofins	CSLL	PIS/ PASEP	IPMF	Outros	TOTAL
1984	10.712	4.026	1.656	0	0	0	0	2.501	18.895
1985	12.030	4.800	1.154	0	0	0	0	2.977	20.961
1986	14.004	6.105	1.714	1.829	0	0	0	3.149	26.802
1987	12.397	7.451	1.609	1.895	0	0	0	3.380	26.732
1988	15.106	7.208	1.071	2.354	0	0	0	3.550	29.289
1989	16.907	8.523	712	3.394	912	2.505	0	2.680	35.633
1990	23.900	11.087	7.133	7.363	2.783	5.287	0	2.037	59.590
1991	14.639	8.819	2.247	5.796	1.411	4.426	0	1.898	39.235
1992	13.798	8.514	2.378	3.616	2.312	4.114	0	2.118	36.852
1993	16.902	10.061	3.111	5.321	3.635	4.753	0	2.563	46.345
1994	18.872	10.423	3.669	10.718	4.499	5.284	4.976	4.178	62.619
1995	28.969	13.635	3.224	15.226	5.852	6.123	162	10.814	84.005
1996	33.693	15.512	2.855	17.892	6.598	7.390	0	11.156	95.096

***Os valores de 1984 a 1993 estão em US$ milhões e os valores de 1994 a 1996 estão em R$ milhões.**

Fonte: Relatório de Informações Básicas do Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal, Coordenação Geral do Sistema de Arrecadação, Divisão de Programação e Acompanhamento da Receita.

IR-Imposto de Renda; IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados; IOF- Imposto sobre Operações Financeiras; Cofins- Contribuição para a Seguridade Social; CSLL- Contribuição sobre o Lucro Líquido; PIS/PASEP- Programa de Integração Social; IPMF- Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira.

Chamam a atenção as bruscas flutuações nos anos de 1989, 1991 e 1992 e, agora, um grande crescimento nos últimos anos.

Os valores dos impostos vinculados à educação, arrecadados nos últimos anos, são os da tabela abaixo, a preços de janeiro de 1998, atualizados pelo Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna-IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas-FGV:

ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS 1992-1998

Valores em R$ Milhões a preço de janeiro de 1998 (IGP-DI, FGV)

Imposto	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998*
II	3.273,6	3.144,6	3.548,2	6.101,7	4.709,7	5.318,8	6.428,3
IE	3,5	2,4	2,1	23,1	2,4	3,4	4,3
IPI	17.283,4	17.809,4	15.506,3	16.968,0	17.322,8	17.443,6	19.174,0
IR	28.128,2	29.960,7	28.280,8	36.033,8	37.710,0	37.824,1	33.850,9
IOF	4.837,7	5.485,1	5.596,9	3.975,1	3.194,9	3.920,2	5.287,9
ITR	36,6	54,3	24,1	1.117,00	289,6	214,7	438,8
TOTAL:	**53.562,8**	**56.456,6**	**52.958,5**	**64.218,8**	**63.229,4**	**64.724,8**	**65.184,2**

Fonte: Secretaria da Receita Federal; * Previsão para 1998

Houve, portanto, oscilações na arrecadação de impostos, mas, em relação a 1992, existiu um crescimento de 21,7%.

Ao definirmos um percentual desse montante de impostos, que deve se dirigir para as IFES, devemos tomar cuidado com as flutuações. As atividades educacionais e de pesquisa de um país devem ficar protegidas o máximo possível e, para tal, deve-se utilizar o limite da riqueza nacional para que as constantes crises econômicas e políticas não interfiram substancialmente nesse maior "patrimônio" de uma Nação.

3. Como acompanhar a arrecadação de impostos?

O acompanhamento da arrecadação de impostos depende de uma decisão política de Governo, montando um sistema que disponibilize, periodicamente, a arrecadação de impostos. A existência de um sistema com essas características é fundamental para a confiabilidade de uma metodologia que utiliza recursos financeiros vinculados às arrecadações.

4. Qual o percentual dos impostos a ser utilizado para constituir o montante de recursos para as IFES?

Os recursos financeiros do tesouro repassados às IFES para o pagamento de pessoal, custeio e capital, no período de 1984 a 1998, foram os da tabela que segue:

GASTOS COM PESSOAL E OCC (1984-1998)
Recursos do Tesouro

Ano*	Pessoal		OCC			Total
	Ativos	Inativos + Precatórios	Manutenção + Pasep	Benefícios	Professor Substituto	
1984	735	-	69	-	-	804
1985	935	-	87	-	-	1.022
1986	1.118	-	132	-	-	1.250
1987	1.739	-	174	-	-	1.913
1988	2.478	-	184	-	-	2.662
1989	3.773	-	158	-	-	3.931
1990	3.054	-	424	-	-	3.478
1991	2.014	-	243	-	-	2.257
1992	1.662	-	159	-	-	1821
1993	2.418	-	193	-	-	2.611
1994	2.709	715	175	168	-	3.767
1995	3.211	1.453	304	250	-	5.218
1996	3.162	1.410	383	259	-	5.214
1997	3.175	1.909	413	228	-	5.725
1998	2.781	2.229	352	302	96	5.760

Fonte: 1984-1991: BOLETIM DE DADOS FÍSICOS E ORÇAMENTÁRIOS IDES/MEC; 1992-1995: Dados da Sub-Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC; 1996, 1997, Execução Orçamentária e 1998 Dados da Lei Orçamentária de 1998.
*Os valores de 1984 a 1993 estão em US$ milhões e os valores de 1992 a 1998 estão em R$ milhões. Os valores de 1998 são os da Lei Orçamentária que se encontra em execução.

Examinando a arrecadação de impostos da União e os gastos percentuais com as IFES, encontramos os valores constantes da tabela (após 1988, ano da promulgação da nova Constituição):

GASTOS DOS IMPOSTOS DA UNIÃO COM AS IFES
Em R$ Milhões a preços de janeiro de 1998 (IGP-DI/FGV)

Ano	18% Dos Impostos da União (Após repasse para Estados e Municípios)	Gastos com as IFES	% dos recursos para as IFES
1992	5.390,2	3.612,0	67,01
1993	5.694,2	4.771,3	83,79
1994	5.451,4	5.747,5	105,43
1995	6.547,9	6.256,1	95,54
1996	6.260,4	5.625,9	89,86
1997	6.513,9	5.936,5	91,14
1998*	6.755,4	5.760,2	85,27

*Previsão na Lei Orçamentária de 1998

Para uma análise realista desse percentual é necessário retirar dos gastos com as IFES os valores relativos a inativos e pensionistas e pagamento de precatórios. Fazendo isso para o período de 1994 a 1998, os percentuais são os da tabela que segue:

GASTOS DOS IMPOSTOS DA UNIÃO COM AS IFES, SEM INATIVOS, PENSIONISTAS E PRECATÓRIOS

Em R$ Milhões, a preço de janeiro de 1998 (IGP-DI, FGV)

Ano	18% Dos Impostos da União (Após repasse para Estados e Municípios)	Gastos com as IFES	% dos recursos para as IFES
1994	5.451,4	4.134,0	75,8
1995	6.547,9	4.513,2	68,9
1996	6.260,4	4.104,8	65,6
1997	6.513,9	3.816,1	58,6
1998*	6.755,4	3.513,5	52,0

*Previsão na Lei Orçamentária de 1998

Verifica-se, portanto, que o processo inflacionário - relativamente pequeno, mas existente -, aliado a um congelamento salarial, levou o percentual de recursos que se dirigem para as IFES a se reduzir de 75,8% em 1994 para 52,0% em 1998, se retirarmos os gastos com inativos, pensionistas e precatórios. Se não retirarmos o FEF dos recursos da educação, o que se supõe acima, verifica-se que em 1997 a execução orçamentária da União alocou 58,6% dos recursos para as IFES, se descontarmos os inativos, pensionistas e precatórios.

Examinando essas tabelas e outras informações relacionadas à repartição dos recursos destinados aos diversos níveis da educação no Brasil, fazemos algumas observações:

1. Os valores mais elevados nos anos de 1994 a 1998, se comparados com os dos anos anteriores, se devem não a um aumento do aporte de recursos para as IFES, mas sim a um acréscimo de despesas relacionadas a benefícios e pagamentos de inativos que, a rigor, não acrescentam disponibilidade maior a ser aplicada no ensino, na pesquisa e na extensão.

2. Os benefícios como os do Vale-Alimentação, do Vale-Transporte e do Auxílio à Escolaridade Básica, são, na verdade, salários indiretos, e são

computados como OCC. Eles equivalem a um gasto anual de cerca de de R$ 270 milhões, cujas implantações se iniciaram em 1994 e foram concluídas em 1995.

3. As discussões sobre reforma do sistema previdenciário brasileiro que se realizam desde 1994 conduziram todos aqueles professores e servidores técnico-administrativos que possuíam as condições necessárias para a aposentadoria a fazê-lo, aumentando substancialmente os valores para pagamento da folha de pessoal das instituições. A rigor, esses valores não deveriam ser computados no total de gastos com o sistema educacional e já atingem cerca de 30% do total da folha de pagamento.

4. Devemos lembrar que a União é responsável, também, por apoiar financeira e tecnicamente os estados e municípios na gestão de seus sistemas de ensino. É claro que esse apoio é limitado, pois somente 22% dos recursos destinados à educação no Brasil são alocados em nome da União; o restante é alocado para os estados, Distrito Federal e municípios. Essa distribuição percentual de recursos deixa claro que não se pode creditar ao ensino superior público federal, que deve ser mantido pela União, a responsabilidade pela falta de recursos para os outros níveis de ensino, como vem sendo feito por várias autoridades e pela imprensa brasileira.

5. O volume de recursos financeiros que o Brasil destina à educação equivale a 3,76% do Produto Nacional Bruto (PNB), segundo publicação da Unesco no seu "Statistical Yearbook - 1997". A informação da Unesco nos indica a necessidade de aumentar o volume de recursos investidos em educação no Brasil. Isto pode ser conseguido pela efetiva aplicação, por parte do poder público, dos recursos estabelecidos constitucionalmente e, também, pelo aumento do "bolo" de arrecadação de impostos, eliminando-se a enorme evasão fiscal que reduz quase pela metade o total cobrado. Além da enorme evasão fiscal ainda há abusos na aplicação dos recursos educacionais: asfaltam e colocam água e esgoto em ruas de escolas, pagam programas suplementares de alimentação, promovem transporte de trabalhadores, prestam assistência médico-hospitalar e consideram como gastos educacionais.

NOTA: O FEF

Na análise que efetivamos aqui não consideramos a retirada dos recursos do Fundo de Estabilização Fiscal, ou seja, fizemos a suposição de que os recursos do FEF retornam para o MEC e se dirigem realmente para a educação. Se não fosse assim, os recursos de 1998 que ficariam no MEC se reduziriam de R$ 6.755,4 para R$ 3.942,6. Portanto, qualquer proposta de autonomia financeira deve prever que os recursos previstos na Constituição não sofrerão qualquer redução por Fundos como o FEF ou Fundo Social de Emergência, que também retirou recursos previstos constitucionalmente.

5. O montante de recursos é suficiente?

Essa é uma pergunta fundamental no contexto de uma autonomia de gestão financeira.

Podemos fazer as seguintes observações:

1. pudemos notar que apesar do aumento dos recursos de OCC, eles se dirigiram fortemente para o pagamento de benefícios e a experiência de gestão garante que eles são insuficientes para a manutenção das instituições, no que se refere ao pagamento de água, luz, vigilância, limpeza, computador, telefone, rede de teleprocessamento, conserto de equipamentos, passagens, hospedagens, etc;

2. existe, atualmente, uma defasagem salarial fruto de três anos sem reajustes, em um processo inflacionário que, apesar de ser um dos mais baixos dos últimos anos, encontra-se presente em nossa economia. Não podemos esquecer a defasagem cambial que já existe em nossa moeda e a fragilidade em que se sustentam os princípios da estabilidade econômica;

3. a heterogeneidade das várias regiões brasileiras, que se reflete no conjunto de instituições, faz com que cada uma delas se encontre em um determinado estágio de desenvolvimento e necessite das mais diversas ações, que significam expansão, como criação de novos cursos

de graduação, implantação de programas de pós-graduação, novos laboratórios, apoio à infra-estrutura para o desenvolvimento da pesquisa, recuperação e construção de edifícios, etc;

4. uma continuidade da questão apresentada anteriormente se refere ao estágio em que a instituição se encontra, quando se analisa a qualificação de seus recursos humanos e sua capacidade para disputar recursos das agências financiadoras que se direcionam especificamente ao desenvolvimento de projetos científicos e tecnológicos; é preciso que a instituição tenha recursos disponíveis para atender à demanda de seus grupos emergentes, que ainda não possuem as condições ideais para essa disputa;

Não podemos nos esquecer do crescimento natural da folha de pagamento, quando se anexam direitos trabalhistas: anuênios, incorporação de gratificações, promoções na carreira, etc.

V.1. O Fundo das IFES - Uma Simulação

Se 75% dos recursos da União estivessem constituindo um fundo para o financiamento das IFES, como se apresenta em algumas propostas de Emenda Constitucional, os seus valores seriam, a preços de janeiro de 1998, atualizados pelo IGP-DI da FGV, os seguintes:

RECURSOS FEDERAIS–75% dos 18% PARA A EDUCAÇÃO
Em R$ Milhões; a preço de janeiro de 1998 (IGP-DI, FGV)

Ano	Valor
1992	4.042,7
1993	4.270,7
1994	4.088,6
1995	4.910,9
1996	4.695,3
1997	4.885,4
1998*	5.066,6

*Previsão na Lei Orçamentária de 1998

Nesses mesmos anos os recursos aplicados nas IFES foram:

RECURSOS APLICADOS NAS IFES Em R$ milhões, a preço de janeiro de 1998 (IGP-DI, FGV)				
Ano	**Pessoal**	**Outros Custeios**	**Capital**	**Total**
1992	3.296,1	274,9	40,9	3.612,0
1993	4.421,9	298,0	51,5	4.771,3
1994	5.225,1	444,8	77,6	5.747,5
1995	5.592,0	618,0	46,2	6.256,1
1996	4.933,2	647,0	45,8	5.625,9
1997	5.271,4	639,2	25,9	5.936,5
1998*	5.010,3	745,7	4,2	5.760,2

Fonte: Execução Orçamentária de 1992 a 1997, MEC e Senado Federal; * previsão da Lei Orçamentária de 1998.

Comparando-se as tabelas que possuem valores a preços de janeiro de 1998, encontramos:

ANO	RECURSOS FEDERAIS-75% dos 18% para a Educação	VALORES APLICADOS NAS IFES Em R$ milhões, a preço de janeiro de 1998 (IGP-DI, FGV)	%
1992	4.042,7	3.612,0	89,3
1993	4.270,7	4.771,3	111,7
1994	4.088,6	5.747,5	140,6
1995	4.910,9	6.256,1	127,4
1996	4.695,3	5.625,9	119,8
1997	4.885,4	5.936,5	121,5
1998*	5.066,6	5.760,2	113,7

*Previsão na Lei Orçamentária de 1998

Um alerta está presente nessa tabela: os recursos do Fundo são insuficientes para pagar os gastos totais das IFES, como eles estão estruturados hoje.

O pagamento de inativos e pensionista e de precatórios é muito elevado. A implantação de uma autonomia universitária não pode se efetivar sem que essas despesas sejam transportadas para outra fonte do Tesouro, que não pode ser a que determina a manutenção e desenvolvimento do ensino. Essa mesma tabela, para os anos de 1994 a 1998, retirando-se os gastos com inativos, pensionistas e precatórios, seria a seguinte:

ANO	RECURSOS FEDERAIS-75% dos 18%-PARA A EDUCAÇÃO	VALORES APLICADOS NAS IFES EXCLUÍDOS INATIVOS, PENSIONISTAS E PRECATÓRIOS Em R$ milhões, a preço de janeiro de 1998 (IGP-DI, FGV)	%
1994	4.088,6	4.134,0	101,1
1995	4.910,9	4.513,2	91,9
1996	4.695,3	4.104,8	87,4
1997	4.885,4	3.816,1	78,1
1998*	5.066,6	3.513,5	69,3

*Previsão na Lei Orçamentária de 1998

Nesse caso, os 75% representariam menos que o valor médio desses cinco anos e, pode-se notar, seriam suficientes para as IFES implantarem seu processo de autonomia de gestão financeira, sem grande expansão da situação atualmente estabelecida. O achatamento de recursos aplicados nas IFES nos últimos três anos se deveu ao forte achatamento salarial ocorrido.

VI. A autonomia como um desafio

A complexidade da instituição universitária nos coloca desafios que são os de definir metodologias eficazes para planejar e avaliar, sistemática e continuamente, suas atividades, e o de estabelecer eficazes instrumentos de gestão.

As instituições universitárias brasileiras têm procurado nos últimos anos definir normas e critérios para a implantação de processos de planejamento e de avaliação institucionais, impulsionadas por uma maior democratização da gestão e pelo processo de implantação da autonomia prevista na Constituição.

A forma democrática de escolha dos reitores de universidades, em que participam professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, tem propiciado as condições básicas para se discutir os compromissos da universidade, as práticas a serem implementadas, os mecanismos de suas implementações e avaliação. Apesar da importância desse momento, é preciso que exista a sistematização de um processo de planejamento e de avaliação que ultrapasse esse instante singular, permeado pelos interesses individuais e de grupos.

Num ambiente de autonomia universitária, os atos administrativos existentes entre as etapas de planejamento e de avaliação devem se primar pela transparência e visibilidade, que só são possíveis pelo estabelecimento de políticas, pelos conselhos da universidade, que determinem instrumentos de gestão a serem implantados nas áreas acadêmica, administrativa e financeira.

Diretamente relacionados ao processo de implantação da autonomia estão a organização e estrutura da universidade, as relações de trabalho entre a instituição e seus servidores docentes e técnico-administrativos, o método utilizado para definir o ingresso dos estudantes nos cursos de graduação e o seu financiamento.

A primeira providência a ser tomada na gestão de uma universidade rumo à autonomia é instituir um eficiente sistema de informação, que é (SI-UFG)

"o instrumento... que disciplina a geração, o tratamento e a difusão das informações... com a finalidade de prover subsídios para o processo contínuo de avaliação e tomada de decisão".

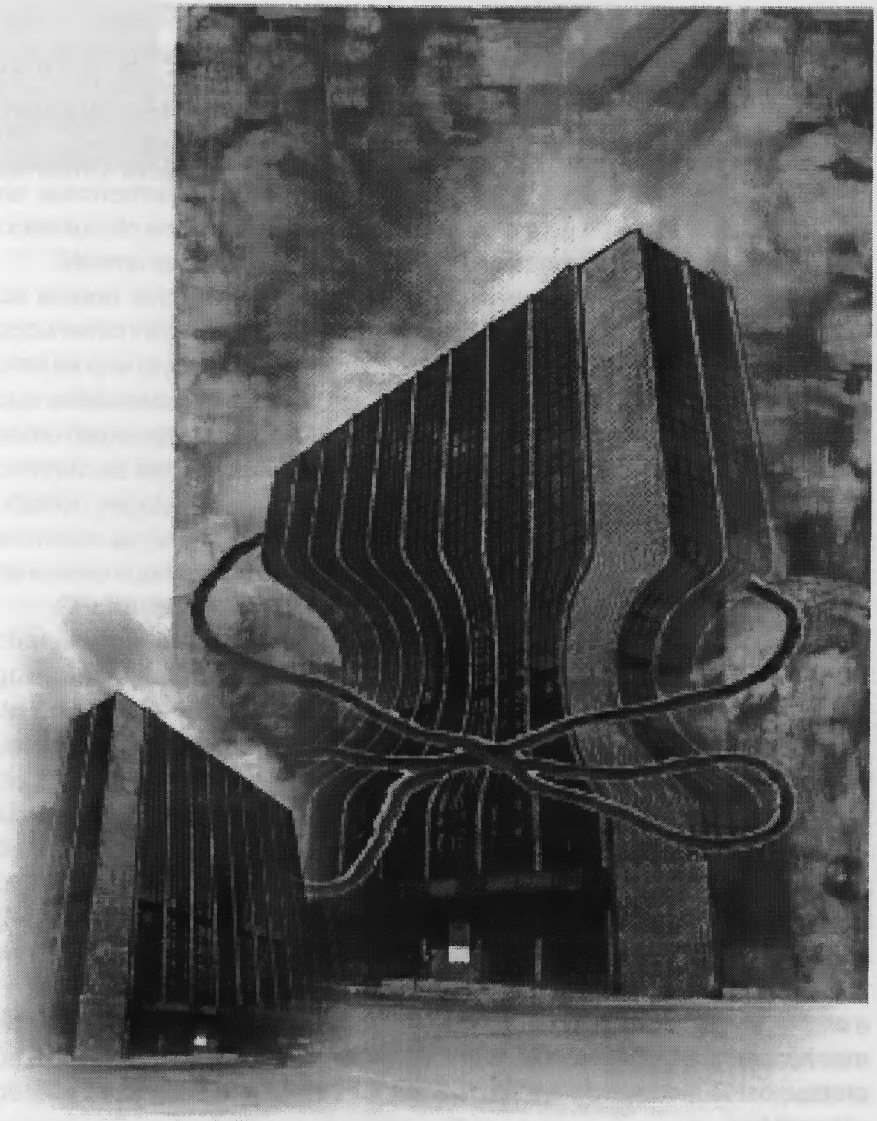
O sistema deve prover informações sobre o ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa, extensão e administração em seus aspectos relacionados ao pessoal, recursos patrimonial e financeiro e sobre os outros setores da instituição.

A confiabilidade do conjunto de dados da instituição é fundamental para a definição das metas a serem alcançadas e para a segurança do resultado do processo de avaliação que indicará mudanças a serem efetivadas.

O processo gerencial exigirá critérios muito claros sobre como fazer a alocação de vagas de docentes e de técnico-administrativos e como distribuir internamente os recursos financeiros da instituição. As instituições precisarão de desenvolver instrumentos gerenciais que explicitem claramente os critérios que são utilizados para cada um dos aportes internos que se efetivarão, tanto de recursos humanos quanto de recursos materiais .

Estamos, portanto, num momento crítico na definição dos rumos do Sistema Público Federal de ensino superior e o alerta do Prof. Paulo Renato Souza, então Reitor da Unicamp, é verdadeiro, hoje, para as IFES:

> *"Como vimos, porém, o caminho é árduo e fundamentais as definições para a vigência do novo sistema, sendo também altos os riscos de sua desagregação. É o momento para a transformação ou para um grande retrocesso. Este desafio está em nossas mãos, da universidade, do governo e da sociedade."*



Autonomia universitária

Dalton Melo Macambira
Professor do Departamento de História Comtemporânea - UFPI
1°. Vice-Presidente da ANDES-SN

O tema que deve polarizar as atenções na academia e de toda a comunidade científica neste ano é o debate sobre autonomia universitária. Todavia, compreendemos que a autonomia não pode ser vista como panacéia que irá resolver todos os problemas da universidade brasileira.

Desde o surgimento da universidade, na Idade Média, antes, portanto, do advento do Estado Moderno, a autonomia se constituiu em pressuposto básico da necessária liberdade para a produção plena do conhecimento, da produção científica e tecnológica. A universidade, portanto, não é criação, nem criatura do Estado. No Brasil, o autoritarismo estatal impediu, durante muito tempo, o surgimento da universidade. Atualmente, é necessário reconhecer, a universidade pública é uma instituição integrante do Estado, estando submetida às regras do Estado democrático de direito, mas não subordinada a quaisquer dos seus poderes. A natureza pública dos serviços prestados pela universidade exige alguma forma de controle e avaliação por parte do Estado e da sociedade, mas isto não implica ingerência. Com base nesses pressupostos, sempre defendemos a autonomia universitária.

A universidade brasileira surgiu por iniciativa do poder de Estado e se expandiu durante a

ditadura militar para atender projetos estratégicos que, sob influência da Guerra Fria, pretendiam fazer do Brasil uma "potência". Esse processo acabou transformando a universidade brasileira em uma instituição muito mais estatal que pública. Por esta razão, ela nunca foi autônoma. Mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, quando consagrou-se o princípio da autonomia universitária, as universidades públicas continuaram se constituindo em mera extensão administrativa do poder estatal.

Mesmo assim, o governo pretende impor mudanças no sistema público de ensino superior. A proposta foi apresentada pelo MEC através do documento intitulado **"AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA"** ("Fundamentos para uma lei que regule a autonomia das universidades federais, nos termos do que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim como disponha sobre a possibilidade de ampliação da autonomia, mediante contrato de desenvolvimento institucional"). A proposta do governo tem por objetivo regulamentar a autonomia apenas das universidades federais, eximindo-se de qualquer forma de controle sobre as instituições particulares de ensino superior.

O conteúdo da proposta do MEC é basicamente o mesmo consubstanciado na chamada PEC 370. O que mudou foi a tática governamental, que ao invés de propor ao Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional, que exigiria votação em dois turnos nas duas casas que formam o parlamento e maioria qualificada de três quintos, optou por um projeto de lei, que para ser aprovado tem uma tramitação muito mais simplificada. Para o MEC, a centralidade da autonomia passa pela questão do financiamento. Como a Constituição assegura o financiamento público, o governo pretende burlar a norma constitucional, negando o que a lei maior garante através de uma proposta de regulamentação da autonomia universitária.

O que está em curso é uma tentativa de comprometer o caráter público das universidades federais, cujos desdobramentos poderão atingir também os sistemas estaduais de ensino superior. A proposição do "contrato de gestão" é mais uma afronta ao princípio da autonomia universitária consagrado na Constituição brasileira. Tais contratos foram instituídos para conceder autonomia relativa a órgãos da administração direta e indireta do Estado, o que não é o caso da universidade, porque ela já é autônoma.

Na verdade, a proposta do MEC está baseada no modelo inglês, implantado pela reforma universitária promovida pelo governo neoliberal de Ms. Thatcher. Os pressupostos desse modelo são: expansão do sistema (leia-se aumentar o número de estudantes); flexibilização das relações de trabalho; redução dos recursos e mudança do sistema de financiamento (deve estar voltado para os resultados); e preocupação com a eficiência.

O modelo de autonomia proposto pelo MEC tem por finalidade transformar as universidades em instituições semipúblicas, tomando por base a legislação das organizações sociais. Aliás, esta formulação é muito próxima da proposta de Reforma do Estado apresentada pelo Mare, que apontava a possibilidade da transformação da universidade em instituição pública não-estatal.

Sobre a proposta de autonomia universitária do governo, a posição da diretoria da Andes-SN é absolutamente clara: "A concepção de Autonomia Universitária do MEC confronta-se com a concepção de Autonomia Universitária defendida pela Andes-SN".

"A proposta do MEC é uma tentativa do governo de desregulamentação do sistema federal de ensino superior, na qual pretende reduzir custos, desonerar o Estado de suas obrigações com a manutenção do ensino superior e implodir a carreira docente, ao instalar o "darwinismo social" nas universidades, privilegiando as regiões ricas em detrimento das pobres. Tal autonomia traduz-se em duas grandes metas e algumas mudanças que têm o objetivo de financiar as atividades e não as instituições. Trata-se de atrelar a questão da autonomia à reforma administrativa, através do contrato de gestão. O contrato de gestão proposto não é adequado, na medida em que cada instituição teria uma relação específica e particular com o MEC. A Andes-SN quer, ao contrário, a manutenção de um sistema federal de ensino superior, público e mantido pelo Estado.

"As metas e mudanças apresentadas pelo MEC, como o aumento do número de estudantes, sem investimento no patrimônio físico, infra-estrutura e em equipamentos das universidades e não-vinculado a um plano de capacitação docente e técnico-administrativo, sem a devida assistência aos estudantes carentes, implicam a renúncia definitiva da qualidade de ensino.

A implosão da carreira docente, na visão de autonomia do MEC, dar-se-ia pela quebra da isonomia salarial e de tratamento entre ativos,

aposentados e pensionistas. Para a Andes-SN, "os aposentados devem continuar a ser pagos pelo MEC, através de recursos do Tesouro Nacional, repassados diretamente ao ministério para este fim. Tais recursos teriam origem distinta da prevista no artigo 212 da Constituição Federal, não fazendo parte, portanto, dos 18% dos recursos orçamentários que cabe à União aplicar em educação" (Trecho da Nota da Diretoria da Andes-SN sobre documento do MEC que trata da autonomia das universidades federais, publicada em 08/05/99).

Entretanto, a forma como está redigido o artigo 207 da Constituição ("*As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*") tem revelado sua insuficiência para a defesa da autonomia universitária, o que permitiu ao governo normatizar, autoritariamente, a organização da universidade. Uma demonstração inequívoca desse processo foi a instituição da Lei nº 9192/95, que estabelece a composição dos órgãos colegiados e determina as regras para a eleição dos dirigentes das IFES, bem como a Lei nº 9131, que institui o exame nacional de cursos (provão). Um pressuposto básico para a implementação da autonomia é a revogação de toda a legislação infraconstitucional que trata da universidade. Da mesma forma é inadmissível que a universidade pública (federal ou estadual) seja atingida pelo projeto de reforma administrativa aprovado no Congresso Nacional.

A pura e simples auto-aplicabilidade do artigo 207 significa considerar, no limite, que cada instituição seja autônoma em si mesma. Dessa forma, além de quebrar a unidade do sistema federal de ensino superior, compromete-se o seu caráter público. A autonomia, como está prevista no artigo 207, permite às universidades particulares total liberdade para explorar professores, funcionários e estudantes ao seu bel prazer. O problema é muito complexo. A lei que assegurou a autonomia conseguiu ser suficientemente genérica para o "bem" e para o "mal", seja para os que defendem sua auto-aplicabilidade ou para aqueles que advogam a necessidade de sua regulamentação.

O 18º Congresso da Andes-SN reafirmou a defesa da auto-aplicabilidade do artigo 207, mas aprovou também a necessidade de abrir um amplo debate com a sociedade sobre o tema. Defendemos intransigentemente a manutenção do artigo 207 e sua auto-aplicabilidade, mas é fundamental que a lei ordinária

defina o quadro institucional e o ordenamento jurídico das universidades, quanto aos atributos da autonomia. Como o artigo 207 garante a autonomia não apenas para as universidades públicas, mas também para as particulares, pensamos que deva existir um Sistema Nacional de Universidades Autônomas, composto por universidades públicas (sistemas federal e estaduais) e pelas universidades privadas, com o objetivo de assegurar alguns pressupostos básicos, que ao nosso juízo são:

1. O financiamento público. Exclusivamente para as instituições públicas e majoritariamente estatal;

2. Definição do modelo jurídico da universidade autônoma. O novo ente seria uma pessoa jurídica completa, cujo regime jurídico seja a autarquia especial, com o fim da ingerência governamental na universidade pública e das mantenedoras nas universidades particulares. Manutenção do sistema federal de ensino superior com a garantia de carreira única, piso e teto salarial;

3. Processo de avaliação institucional interna e externa. Não podemos confundir autonomia com soberania. Nosso trabalho precisa ser avaliado. Precisamos prestar contas à sociedade que financia a universidade pública através dos impostos que paga;

4. A gestão democrática. Eleição para os dirigentes das instituições e dos órgãos colegiados, com regras definidas no âmbito de cada universidade. Ressalte-se que sobre essa questão o documento do MEC não se manifesta em momento algum;

5. O controle público e estatal das instituições particulares de ensino superior. As instituições privadas de ensino superior precisam de controle público e estatal porque a educação é um bem público e uma concessão do Estado.

Nesse sentido, a diretoria da Andes-SN entende que a autonomia universitária exige a constituição de um ente jurídico voltado para o exercício autônomo de uma função pública e não para o exercício descentralizado de uma função estatal, como é o caso das atuais autarquias universitárias. Um problema que precisamos aprofundar no debate é o fato de não existir na jurisprudência brasileira um ente jurídico que justifique a existência de uma instituição pública, financiada pelo Estado, mas não controlada pelo governo.

O exercício da autonomia universitária precisa ser garantido em relação a quem mantém a instituição. No caso da universidade pública, a mesma precisa ser autônoma em relação ao Poder Executivo. No caso da universidade particular, a autonomia precisa ser exercida em relação à mantenedora.

O exercício da autonomia universitária pressupõe o estabelecimento de uma nova relação da universidade com o Estado e com a sociedade. Ganhar o apoio da sociedade para impedir a destruição do sistema público de ciência e tecnologia vai exigir da comunidade universitária o rompimento com determinadas posturas corporativas e o estabelecimento de mecanismos que permitam à sociedade avaliar a quantidade e a qualidade do trabalho acadêmico.

As ameaças que pairam sobre o futuro do sistema público de ciência e tecnologia exigem a construção de um amplo movimento em defesa da universidade pública. Entendemos que esse movimento passa pela articulação, e unidade na ação, da Andes, Fasubra, Contee, UNE, Andifes, ABC e SBPC, na perspectiva da elaboração de uma proposta unitária de autonomia que contemple o conjunto das entidades universitárias, para podermos, fortalecidos pela unidade, enfrentar o governo e o seu projeto em melhores condições.

A universidade precisa estar inserida em projetos de desenvolvimento nacional e regional que legitimem a sua existência. O grande débito da universidade com a sociedade é com os filhos da classe trabalhadora, cuja imensa maioria não tem acesso ao ensino superior. Apenas pouco mais de 1% da população brasileira está na universidade e cerca de 65% das vagas pertencem ao ensino superior privado. A ampliação de vagas na universidade pública possibilitaria, mesmo que relativamente, uma maior mobilidade social e a colocação do espaço público a serviço do alargamento da cidadania.



Reflexões sobre a autonomia universitária na UFMG e a participação da comunidade

Laura Miccoli
Professora do Departamento de Letras Germânicas - FALE - UFMG
Presidente da Apubh

Introdução

Há um bom tempo meus colegas de diretoria na Apubh vêm me cobrando um artigo para a revista *Caminhos*. Resisti até agora. Essa história de que a voz da presidente tem de ser conhecida sempre me incomodou. Depois de ler Bahktin (1996), então, passou a incomodar-me ainda mais. Afinal, segundo o autor, a voz é socialmente construída.

Entretanto, desta vez acabei sucumbindo. Por quê? – pergunto-me, ao encarar a tela em branco do computador. Dessa resposta depende uma outra, afligente de todo aquele que ousa publicar um texto: por onde começar? Opto pelo primeiro motivo que me faz render-me à vontade de meus colegas de diretoria: ao escrever este artigo, faço-o do lugar que tenho com relação à autonomia, o de uma professora universitária que, acontece, é a atual presidente da Apubh. E não o de uma estudiosa do assunto[1].

Mas, antes de passar à autonomia propriamente dita, falta-me registrar que, como pesquisadora, trabalho com o *construto* reflexão como desenvolvido por Mezirow (1994). Toda reflexão, segundo Knowles (1986), leva a uma ação. É nessa relação entre reflexão

e ação que identifico o segundo motivo que me leva a deixar de resistir à idéia de escrever sobre autonomia universitária. Assim, espero que minha reflexão leve outros a refletir e, eventualmente, a agir em uma direção que altere um contexto onde apenas aceitar tem sido a tônica.

As conversas na diretoria sobre autonomia têm sido constantes desde o fim da greve, quando, por deliberação de suas últimas assembléias, a Apubh promoveu o primeiro debate sobre o assunto, em agosto de 1998. Naquela época, o interesse pelo tema, acredito, partiu da maneira como o nosso atual reitor, César Sá Barreto, falou de autonomia durante a greve – como uma forma de resolver a questão salarial dos docentes, sem reajuste desde 1994. Ao afirmar que a autonomia deveria ser buscada, e não apenas esperada, a questão tornou-se ordem do dia na UFMG.

Autonomia universitária

Acredito que todo professor concordará que as palavras 'autonomia universitária' fazem parte do vocabulário da academia há séculos. Quando, em Bologna, passou-se a prescindir do juramento ao papa para a concessão de uma licença docente, ou quando, em Paris, os professores insurgiram-se contra o poder da Igreja, estabeleceu-se a autonomia universitária. Esta não foi dada, mas sim conquistada pela excelência científica de grupos da universidade. A partir de momentos como esses, a tardia independência do poder da Igreja[2] promoveu o desenvolvimento do saber na sociedade ocidental como o conhecemos desde então: livre de toda e qualquer pressão. Em outras palavras, ao usar a palavra autonomia, referimo-nos ao *saber* e à *universidade*, esta comprometida com a promoção daquele, como um direito da sociedade em que a Universidade se insere.

No Brasil, durante os mais duros anos da ditadura, a autonomia universitária foi uma bandeira de resistência. Não fosse essa autonomia um conceito já sólido, a ingerência na vida universitária teria sido maior e a resistência tímida. Nos anos 80, as associações docentes aprovaram um projeto de universidade para a sociedade brasileira[3], registrando nele as palavras 'autonomia universitária'. Em 1988, esse conceito foi, pela primeira vez, incluído em uma Constituição federal, constituindo-se em conquista de todos os que defendem a universidade como uma instituição livre de quaisquer

poderes ou pressões. Nos anos 90, as relações entre sociedade e universidade no Brasil começam a mudar, seguindo uma tendência internacional, iniciada na Inglaterra durante os anos Tatcher. Essas mudanças refletiam um movimento de adaptação das universidades às demandas do capital, já presente nos anos 20 e revelado no discurso de Weber (Couto, 1999). A forma de produção típica do capital (separação do produtor dos meios de produção), tendo, no pós-modernismo, passado a depender do conhecimento e, conseqüentemente, do desenvolvimento de novas tecnologias, começa a entrar nas universidades para garantir os lucros do qual depende (Couto, 1999). Esta é a lógica que está por trás do discurso oficial. É claro que tal intenção é disfarçada, apresentando a autonomia como uma forma de transformar as universidades federais em instituições enxutas, competentes e mais próximas daquilo que a sociedade anseia. Na verdade, não poderíamos jamais ser contra instituições com essas qualidades.

Entretanto, é através da autonomia universitária, de cunho institucional, que a autonomia do professor e a própria liberdade acadêmica são colocadas em risco, com implicações para o desenvolvimento do saber. Por exemplo, há iniciativas que vêm modificando o perfil do intelectual clássico – aquele que desenvolvia sua pesquisa individualmente. Através das agências de fomento, encontramos indicadores de que esse tipo de intelectual é considerado ultrapassado, diante da maior facilidade de se obter um financiamento através de projetos integrados de pesquisa, em detrimento dos projetos individuais. Na própria pontuação da GED, duas mudanças que afetam a autonomia do professor corroboram os riscos da autonomia institucional. Em primeiro lugar, observa-se que é mais valorizada a figura do coordenador de pesquisa do que a do pesquisador que ainda trabalha individualmente. Depois, nota-se que quanto às publicações não há distinção na pontuação entre autoria e co-autoria, em decorrência das mudanças nas relações de trabalho na academia – não mais de indivíduos, mas de grupos. Conseqüentemente, os professores e pesquisadores, buscando adaptar-se às exigências do momento, acabam por colocar em risco a própria promoção do saber – que passa a ser regulado externamente, atendendo a exigências que escapam à sua esfera de autonomia.

Autonomia universitária sob a ótica do governo

Chegamos aos fins dos anos 90, quando a palavra autonomia passa a ser usada pelo ministro da Educação. Como poderíamos não nos preocupar com isso? Afinal, a bandeira da autonomia sempre pertenceu à comunidade universitária. Quais seriam os interesses do governo ao levantar uma bandeira que nunca foi sua? No momento em que essa iniciativa é apresentada, assistimos ao mais violento ataque frontal às instituições federais de ensino superior. Cotidianamente, lemos matérias nos jornais que adjetivam as universidades públicas como ineficientes, ociosas, isoladas e caras. Encontramo-nos, em contrapartida, cerceados na ação. O ataque é orquestrado, vindo de todos os lados, e nossa reação é inócua frente a tamanha difamação e à ausência de um conjunto de vozes que se contraponha eficientemente ao discurso oficial. Por mais que saibamos e que tenha sido divulgado que as universidades, apesar da não-contratação de docentes e de pessoal técnico-administrativo, aumentaram o número de vagas para o vestibular, criaram novos cursos e cresceram na pós-graduação, esses dados não encontram a devida ressonância.

Além disso, a universidade pública vem, desde 1994, sendo sufocada pela falta de recursos, reduzidos ano após ano. Aos poucos, estamos sendo privatizados[4], sem que percebamos. A cada dia dependemos mais dos cursos de extensão que promovemos ou de taxas cobradas para processar este ou aquele serviço. E, assim, também pouco a pouco, deixamos, como instituição, de reivindicar com a veemência necessária o cumprimento do preceito constitucional que atribui ao governo federal a responsabilidade pela educação superior.

Nesse momento, de aparente fragilidade, a autonomia é apresentada como um mecanismo de superação dos problemas vividos pela universidade. Há muitos anos, as políticas governamentais vêm buscando inserir o Brasil no que se entende por uma economia globalizada. Sabemos que, por trás da política governamental, encontram-se as exigências do FMI e a política do Banco Mundial para a educação superior na América Latina. São estas as responsáveis pelo entendimento de que em uma economia globalizada a tecnologia não precisa ser desenvolvida pelos países periféricos, mas apenas importada. Entretanto, é responsabilidade do governo brasileiro tomar a

iniciativa da reação, tornando-se porta voz[5] da defesa dos interesses verdadeiramente nacionais. E, de certa forma, responsabilidade também dos professores, individualmente, na medida em que aceitamos novidades danosas no cotidiano, como, por exemplo, a transformação da GED, uma conquista de greve, em instrumento de avaliação - sem refletirmos sobre suas implicações, imediatas ou não. Lamentavelmente, estamos permitindo que as circunstâncias nos tornem mais preocupados com a própria sobrevivência do que com as conseqüências dessa forma de avaliação na produção do conhecimento e na nossa autonomia como professores[6].

A autonomia universitária, no contexto que vivemos hoje, passa a ter um outro papel. Em vez de representar a necessária e desejada independência de poderes ocasionais, ela impõe os desejos do capital multinacional, que cada vez mais domina os rumos de nosso país. Hoje pagamos cerca de US$ 100 milhões por mês em juros da dívida (Jorge, Castro e Henriques, 1999)[7]. Esses dados indicam que, ao contrário de solidificar-se a independência da universidade de poderes ocasionais, a autonomia deve servir para que ela contribua na consecução do projeto em implantação – o de uma universidade que venha servir ao interesse do capital financeiro. Sob essa ótica, a autonomia é qualificada como instrumento seguro de gestão financeira e patrimonial, acenando-se o orçamento global como sua maior vantagem. Em última instância, busca-se transformar as universidades em instituições que assumam para si a responsabilidade sobre pelo menos parte de seu próprio custeio. O MEC traduz essa intenção ao reduzir seu compromisso com o custeio da universidade a uma mera subvenção econômica, expressão indisfarçadamente utilizada no anteprojeto de autonomia que elaborou. Por tudo que já li[8] e ouvi[9] sobre o assunto, é difícil acreditar na idéia de que a autonomia universitária , como apresentada, venha para resolver problemas. Talvez resolva alguns, mas, certamente, trará outros, que podem ser muito maiores. Corremos o risco de repetir o mesmo raciocínio da aceitação da GED. Pressionados pelas finanças, a autonomia passa a ser uma forma de sair da situação de asfixia em que as próprias políticas educacionais colocaram as universidades federais. Corremos o risco de sucumbir à sedução do discurso sobre as vantagens da autonomia – agilidade administrativa e eficiência de gestão. Talvez elas até possam vir a existir, mas qual será o preço que pagaremos pelas conseqüências? Por mais que sejamos otimistas,

não podemos deixar de considerar com quem estamos lidando – um governo mais compromissado com o capital do que com a sociedade que representa. Sem nos esquecer de que, quando sucumbimos às seduções individualmente, em pouco ameaçamos o conjunto da sociedade, mas, ao se tratar da universidade, estamos lidando com um bem público. Nesse caso, a responsabilidade para com a sociedade é infinitamente maior.

Pontos polêmicos na discussão da autonomia universitária

Várias questões estão em pauta na discussão sobre autonomia – auto-aplicável ou não; autarquia, fundação ou um ente jurídico próprio; adesão ou não; contrato de desenvolvimento institucional ou não; autonomia acadêmica, em que termos; carreira única ou não; aposentados na folha ou não; avaliação institucional interna e externa, em que termos; regras de transição - quais? As respostas a essas perguntas vão alterar radicalmente o funcionamento das universidades, além de seu relacionamento com o governo federal. Essas são questões que deveriam estar no centro das discussões cotidianas sobre os rumos da universidade. Entretanto, pouco se fala sobre elas. Depois da reunião do Conselho Universitário de 26 de agosto, quando aprovou-se que a UFMG proporia um substitutivo à proposta do MEC, a discussão institucional em direção a respostas para todas as questões envolvidas na autonomia não avançou. Seria necessário que a instituição mantivesse a liderança na condução de debates que promoveriam o conhecimento sobre os problemas que a proposta do MEC apresenta, comprometendo-se a abrir uma ampla agenda de discussões, que culminariam em seminários temáticos sobre cada um dos pontos acima, assegurando-se, assim, uma verdadeira reflexão sobre os pontos positivos e negativos da proposta da instituição para a autonomia universitária. Mas, pela distância entre uma e outra reunião da Comissão Institucional sobre a Autonomia, convocada quase sempre em conseqüência de alguma novidade vinda do MEC, e poucas vezes para realizar um debate sobre as implicações das diferentes propostas que já chegaram a ser analisadas por ela, acredito que não haja espaço para uma discussão verdadeiramente reflexiva e um debate que vá fundo nos problemas de curto e longo prazos. Afinal, quanto mais a comunidade se inteirar do que está por

vir em um quadro de autonomia, mais o lado nocivo de sua implementação ficará exposto, visto que suas vantagens são as do discurso oficial, limitadas às questões financeiras. Sem esquecer que já temos exemplos e análises acadêmicas sobre os efeitos de políticas similares. Como as instituições canadenses[10] e inglesas, que, ao se depararem com a implementação de iniciativas visando mais autonomia, viram-se frente a frente com cortes de pessoal e financeiros. Dessa forma, para que haja avanço, é preciso ter a coragem de expor claramente todas as informações sobre os múltiplos aspectos da autonomia. E negociar muito para chegar a um consenso.

A questão da participação da comunidade no debate

Participar de decisões sobre assuntos polêmicos parece não atrair mais as pessoas. Pelo menos é o que demonstra a baixa freqüência aos debates promovidos nas unidades, dentro do projeto *A Apubh mais perto do professor*. O que será que essa baixa freqüência demonstra? Se me coubesse lançar uma hipótese sobre o porquê dessa omissão frente aos rumos da Universidade, diria que ela é resultado de uma certa consciência de que, seja lá qual for o posicionamento individual, ou de um grupo, pouca chance há de que ele venha a ser o vencedor. No cotidiano, as mudanças surgem em doses homeopáticas, e, há muito, professores já vêm se rendendo a elas. Por exemplo, dentro da UFMG: o estágio probatório para professores titulares, os cursos para os recém- chegados, que, mesmo com anos de experiência, são tratados como noviços na docência, e a própria GED – práticas que estão se consolidando com nosso consentimento. Estamos deixando-nos ser convencidos pela voz impessoal que nos diz que é através de rotinas como essas que teremos uma instituição mais eficiente. E, como a maior parte dos docentes desta instituição quer uma UFMG forte, deixamos que mudanças potencialmente nocivas se instalem em nome dessa suposta eficiência.

Outro problema facilmente identificável é uma certa transferência da ação individual para a ação virtual. Explico: em vez de agir também individualmente e assumir a condição de co-construtor dos rumos da instituição, muitos escondem seu comodismo, para não dizer omissão, manifestando a confiança de que a representação sindical cumprirá

plenamente esse papel. De qualquer maneira, os poucos que participam contribuem e muito nesse processo. Tanto que a Apubh vem centrando suas discussões sobre autonomia nas questões relativas a autonomia acadêmica, avaliação e carreira docente, por decisão daqueles poucos que comparecem às assembléias e imprimem a direção que o trabalho da diretoria deve tomar.

E assim vamos, ouvindo o que se diz e se escreve sobre autonomia, escutando e refletindo sobre aquilo que está por trás dos diferentes posicionamentos a respeito dela. Discutimos suas implicações e, dado o papel independente que a universidade deve manter, alertamos ser arriscado aceitá-la em nome de uma eficiência de questionável propósito. Seja lá como for, preocupa-nos sobremaneira a postura da comunidade universitária, que sabe desses riscos, por constituir um segmento bem-informado da sociedade, mas parece intocável ao conteúdo das falas de alerta. Se o futuro do que entendemos por uma universidade plural, verdadeiramente democrática e independente não estivesse em risco, talvez fôssemos mais otimistas. Entretanto, não é essa a realidade. Todos sabemos o que pode vir por aí. Afinal, há exemplos – as universidades do México e do Chile, visitadas por nossos colegas e ex-dirigentes[11], que foram seduzidas pelo discurso da autonomia e, agora, sofrem a penúria de verem sua grandeza exaurindo-se pouco a pouco, estando privadas da manutenção de sua tradição. Temos conhecimento acumulado sobre as mudanças sofridas nas universidades inglesas e de teses defendidas que investigam o papel do capital nessas mudanças, como estas afetam a construção do saber (Couto, 1999). Sabemos que a reflexão sobre essas questões levaria a uma ação mais contundente. Mas, poucos se dispõem a enfrentá-la e assumi-la.

Conclusão

Autonomia está na ordem do dia. Sua concepção e sua necessidade são questões que se apresentam como centrais. Apesar de todos os problemas identificados com relação à pouca transparência na discussão do tema por seus proponentes e defensores, e da reduzida participação do conjunto dos professores na discussão dos rumos da instituição em um quadro de autonomia, os poucos membros da comunidade que assumem a discussão vêm sendo ouvidos – a voz da instituição tem refletido sua

preocupação com o saber e uma universidade socialmente referenciada, como as manifestações do Conselho Universitário demonstram. A UFMG vem sustentando sua posição em defesa da construção do saber como um bem social e de uma universidade verdadeiramente comprometida com a sociedade em que se insere. Ela deve manter-se firme na defesa do que já construiu até hoje – uma instituição forte e pronta para a autonomia, no seu sentido mais amplo, mas sempre atenta aos princípios políticos que devem norteá-la. Quanto à Apubh, nosso trabalho deve ser o de garantir esses princípios no primeiro plano da discussão. Mais ainda, devemos buscar a universidade autônoma, no sentido em que a expressão foi primeiramente usada nas tradicionais universidades do século XII, resguardando o direito à autonomia e à liberdade acadêmica do professor. Tais ações, mais que direcionadas ao aqui e ao agora, são condizentes com o papel que a Universidade representa para as gerações futuras, para as quais deve ser preservada.

NOTAS

1. Apesar de que o papel de presidente me fez ouvir mais do que jamais imaginei sobre o assunto.
2. Não podemos nos esquecer de Giordano Bruno.
3. Caderno 2 da Andes-SN (versão atualizada de 1996).
4. Privatização entendida como a entrada de recursos não-públicos para a manutenção dos serviços prestados pela Universidade.
5. Ministro Paulo Renato, em entrevista à Revista Exame, em junho de 1996.
6. Ver "Boletim" da Apubh de novembro de 1998.
7. Projeto "Veritas Quae Sera Tamen" - Pesquisa sobre a Seguridade Social dos Servidores Públicos Federais Civis.
8. Desde as declarações do ministro, de reitores, do presidente da Andes-SN, em numerosas matérias em jornais, à Cartilha da Banco Mundial sobre Educação e relatórios como Our Universities, Our Future (1999).
9. Falas do reitor da UFMG, do presidente da Andes-SN e de diversos especialistas, em seminários promovidos pela Apubh, Andes-SN e MEC.
10. Em doutoramento na Universidade de Toronto, o OISE, Ontario Institute of Studies in Education, sofreu um corte de 40% em pessoal, e a educação perdeu, no primeiro dia do governo Harris, cerca de 200 milhões de dólares canadenses. Nas, universidades inglesas, os cortes não foram diferentes. Docentes ingleses chegaram a optar pela transferência para o Brasil.
11. Fala do Presidente da Comissão de Autonomia da Fale e de uma representante de um dos seus departamentos.



Um presente sem futuro

Fernando Massote*
Professor do Departamento de
Ciência Política - FAFICH - UFMG

Os temas e conceitos desenvolvidos neste artigo contemplam exigências do nosso quotidiano espiritual em sala de aula ou em qualquer outro setor ou relação da vida acadêmica, como uma necessidade que nada deixa a desejar à do "pão nosso de cada dia". Os nossos debates, assim como a nossa prática mais geral, parecem, entretanto, desconhecê-los. Eles são mesmo importantes? O leitor, obviamente, dirá. O meu papel foi o de acreditar nisto e escrever o texto que aí está, a partir de circunstâncias vividas na Fafich e que se repetem, certamente com maior ou menor grau de intensidade e extensão, em toda a Universidade.

Cansaço político e "política pelo alto"

Antes da última eleição para a diretoria da Fafich procurei alguns colegas para adverti-los da situação de risco em que se encontrava a Faculdade, na medida em que continuasse o estreito desenrolar político em curso há algum tempo. A *candidata única* a diretora personificava uma visão diminuída do processo administrativo e das exigências da vida profissional, cultural e política da faculdade. Como seu colega de departamento, já conhecia sua *forma mentis,* afeiçoada a pontos-de-vista e atitudes mecânicos, maniqueístas, autoritários. "Eleita", ela seria gerente e nunca liderança. Faltava-lhe preparação e, sobretudo, iluminação, para conduzir uma faculdade que precisava e precisa ser escutada, articulada e dirigida democraticamente.

A Fafich, vivendo os influxos das grandes

transformações da atualidade, necessitava reformar seu passo, fazendo face a novas e profundas exigências. Isto só seria possível com um *vis a vis* político diverso da Universidade com a sociedade e com a implementação de planejamento político-administrativo isento, aberto, criativo e mobilizador das energias internas. Essas medidas contribuiriam para criar, também, um clima saudável, transformando a concorrência em emulação e orientando cada um de forma a que pudesse sentir-se motivado a colaborar de forma mais solidária para um empreendimento de natureza comum.

A candidata, além de inadequada para as exigências de um tempo de grandes reformas como é o atual, era resultado de articulações políticas estreitas do passado e prometia, assim, constranger ainda mais a situação para o futuro. Essas últimas afirmações realizaram plenamente seu sentido no processo que a "elegeu": os votantes representaram algo em torno de 11% do colégio eleitoral total da Fafich (professores, estudantes e funcionários).

A situação de *cansaço político* impediu uma ampliação da discussão: todos reconheciam a fraqueza da candidata, mas ninguém se dispunha à contraposição. E sem disputa não haveria debate. E sem debate... A nova diretora foi, assim, "*eleita*", numa situação geral de completa desmobilização.

O *cansaço político* tem suas raízes na crise da política brasileira – e mesmo internacional -, onde a esquerda não conseguia, e não consegue ainda - formando um "*bloco democrático*" - afirmar as linhas de um projeto capaz de mobilizar a sociedade e dar-lhe a esperança de poder construir, com a participação política, um futuro mais aberto; bem como na existência de processo político centrado numa hegemonia governamental de centro-direita, que se impõe de cima para baixo graças, fundamentalmente, à defasagem da esquerda. No plano internacional, o mesmo processo é muito vistoso diante da crise dos paradigmas alternativos tradicionais e da hegemonia – também em crise - dos processos neoliberais.

Esse *cansaço político* atinge a situação interna da Universidade em razão da encruzilhada em que ela se encontra: como a sociedade, a universidade sofre as conseqüências de um projeto que a atropela e que, ao invés de abrir-lhe novos espaços, limita e fecha, finalmente, o existente.

O clima de desmobilização era, ao mesmo tempo, causa e efeito de um projeto no qual o processo político interno previa ***intencionalmente***

candidato único. Esse método - que corresponde ao conceito do desenvolvimento político da *articulação pelo alto* - já havia eleito a ex-diretora que realizou, na Fafich, um *acordão* político de cima para baixo. O *cansaço político* fazia, portanto, bloco com um projeto de mesmo sentido, ou seja, de *política pelo alto*.

As disputas espontâneas pelas quais os diversos grupos se organizavam, com base nos interesses e nas preferências ideológicas, e disputavam a eleição dos dirigentes acadêmicos ficaram relegadas ao passado. Essas disputas foram expressão das lutas docentes dos anos 80, no sentido de resgatar a autonomia relativa de que devem dispor os diversos níveis administrativos da Universidade.

Naquela época, as *consultas* se ampliavam até incluir os integrantes dos três segmentos como votantes, geralmente com pesos diferenciados, para compor as listas tríplices ou sêxtuplas nos diversos níveis administrativos. Essas *eleições-consultas* aumentaram notadamente, a partir da greve docente de 1988, a influência da comunidade acadêmica na escolha de seus dirigentes, que antes era feita de forma restrita, tendo como protagonistas unicamente as instâncias administrativas institucionalizadas – câmara de departamento, congregação, conselho universitário..

De algum tempo para cá, com o impor-se do *cansaço político*, que parece hoje tomar conta da Universidade, as conquistas dos anos 80 perderam força, ao mesmo tempo que começou a afirmar-se o movimento da *política da articulação pelo alto*. Com o refluxo do movimento das *consultas,* a eleição do reitor parece ter-se tornado o eixo central de todo o processo político da Universidade. O reitor é o árbitro político-institucional maior e essa arbitragem, que nos anos 80 se horizontalizava, hoje se recentraliza e intermedia diretamente as disputas nos diversos níveis administrativos.

Essa mudança se deu porque grande parte dos que sustentavam a autonomia política relativa, crescente dos diversos níveis administrativos, abandonaram esta posição e passaram a agir ***"pelo alto"***. Muitos, no passado, não aceitavam a democratização do processo político interno, mas o seguiram como as clássicas minorias pacientes e resignadas na expectativa de uma reviravolta da história. E a reviravolta chegou, mesmo, com a conversão dos progressistas aos métodos que antes combatiam. Não há dúvida de que fenômenos como o da aposentadoria de tantos *antigos* e a chegada dos *novos* contribuíram para esta reviravolta que "*esvaziou*" o movimento progressista dentro da universidade.

A conversão dos antigos progressistas é um aspecto interessante, cuja análise não poderá, entretanto, ser feita no espaço de que dispomos. Ela é, aliás, ao que parece, até um fenômeno mundial. Mas, de uma forma simplificada, podemos interpretar seu desenvolvimento. Os que se converteram à centralização e abandonaram a militância democratizante no interior da Universidade imaginaram o quadro da seguinte forma: " ora, para quê tanto trabalho - eleitoral e outro -, já que, como elites democráticas e iluminadas que somos, podemos elaborar, implementar, ou seja, interpretar as exigências do processo democrático? Afinal, não foi para isto que lutamos contra a ditadura, ou seja, para tomar o poder!?" O curioso é que, tomando a reflexão acima por verdade ou por mito, o fato é que as "eleições de candidatura única" se multiplicam. Estaremos "normalizando" esse processo? Não estará, portanto, acontecendo uma verdadeira ***restauração***? É essa a via da "***revolução passiva***" indicada pela reflexão gramsciana e lampedusiana (1).

O resultado geral na Fafich, com menos de dois anos de gestão, não pode surpreender quem já conhecia certos ensaios do novo planejamento político: a diretoria conta hoje com uma oposição generalizada da liderança estudantil e toma atitudes francamente antipáticas à massa dos estudantes. Foi o que aconteceu com as calouradas e as festas estudantis, *disciplinadas* de forma rígida depois de numerosos atritos. O caso dos gatos, que foram recolhidos e entregues à prefeitura para serem sacrificados, sem nenhum cuidado de dialogar com a opinião da faculdade, seguindo obediente e mecanicamente as disposições da Reitoria, gerou um amplo movimento de protesto, capaz de mobilizar os principais veículos de comunicação. Seus conflitos com pessoas, grupos e segmentos acadêmicos multiplicam-se, implicando até mesmo medidas judiciais: uma em que já foi condenada, outra em que está sendo processada por desacato à ordens judiciais e ainda outra por abuso de autoridade e outros crimes. A faculdade fechou-se em lugar de se abrir e as previsões pessimistas se realizaram: o cansaço continua gerando retrocesso. Enquanto isso, o movimento estudantil caracteriza a atual gestão político-administrativa da Fafich como orgânica à linha programática neoliberal de subordinação da Universidade à lógica privatizante.(2) Cabe, aqui, o célebre juízo de Gramsci: ***"Enquanto o novo não nasce e o velho não morre, dá-se todo tipo de aberrações".***

Nesse clima de refluxo - dominado por incertezas, desorientação e

desesperança -, as melhores figuras se retraem, juntamente com as grandes forças da coletividade, abrindo, na Universidade, espaço para uma gestão acadêmica diminuída, que explica as peripécias de que nos ocuparemos nesse texto

Pluralismo e democracia

Esse contexto explica o continuado conflito que tenho vivido com a diretoria da Fafich e seus aliados, desde que ela foi ocupada pela profa. Magda de Almeida Neves. Entre o meu pensamento e o do grupo por ela representado há diferenças de linhas conceituais, de reflexão política, de filosofia e política administrativas, assim como de concepções pedagógicas.

A este propósito, aliás, há anos que venho lembrando Sócrates, quando no *Teeteto* de Platão ele declara: ***"Minha mãe era parteira de homens; eu sou parteiro de idéias; ambos os partos são doloridos"***.(3) Ou seja, a atividade intelectual, e assim sua extensão, a atividade de ensino, é conflituosa. É no mesmo sentido que Gramsci, em novos desenvolvimentos da reflexão pedagógica, esboça indicações preciosas sobre os conflitos da escola.(4) Trata-se do que se pode chamar de *choque pedagógico* e que constitui a experiência geral por que passam os estudantes que saem da escola primária e secundária para a escola superior. A escola do primeiro e segundo graus é diretiva, dogmática, autoritária; já a escola do terceiro grau exige do aluno maior criticidade, autonomia, participação, dialogicidade, acabando por mexer, assim, em graus variáveis, na sua visão de mundo. Entre Sócrates e Gramsci estão, portanto, evidenciados alguns motivos fundamentais dos conflitos inerentes à atividade intelectual, e assim, de ensino, principalmente no ciclo básico e nos primeiros semestres da graduação.

São esses alguns elementos iluminantes que a reflexão pedagógica coloca à disposição dos professores, bem como dos estudantes, para o monitoramento do processo pedagógico que se desenvolve com a participação de ambos. É essa mais uma ilustração de como penso que uma faculdade deve ser conduzida: com reflexões, com idéias e/ou debates, pedagógicos e/ou de qualquer outra natureza, segundo as exigências da vida acadêmica.(5) E tudo isso voltado não só para os aspectos ou problemas macros, que são numerosos e urgentes, mas atendendo com igual solicitude, constância e

inteligência o desenrolar efetivo do nosso quotidiano de relações e de trabalho. É, para mim, o caso da reflexão e do monitoramento pedagógico que a sala de aula e outras manifestações da vida da faculdade exigem. É o caso, também, das calouradas e manifestações festivas dos estudantes e/ou outros segmentos, que são manifestações espontâneas, sadias e necessárias, da vida coletiva, com repercussões incalculavelmente positivas para o relacionamento das pessoas e o desenvolvimento do trabalho na instituição. O tratamento disciplinar regido pelos nossos códigos legais, aí incluindo a Lei 8.112/90, que disciplina as relações internas dos entes públicos, não constitui instrumento capaz de regular todos os aspectos da vida acadêmica. A reciclagem cultural e profissional, assim como em todos os níveis, o exercício da persuasão, são sempre insubstituíveis na vida de uma instituição de ensino como a Fafich ou de qualquer outra faculdade. O desenvolvimento cívico, que constitui um dos eixos essenciais da vida intelectual e moral, não só se apóia nestas manifestações, mas as exige.

Nos deparamos freqüentemente, na Universidade, com iniciativas, métodos e atitudes fechadas, exclusivistas. O resultado que se obtém com essa maneira de agir é tão pequeno que chega a não valer o esforço despendido. Lembro-me, a este respeito, de reunião ocorrida em 1996, no Departamento de Ciência Política, cujo objetivo era abrir o debate sobre a questão pedagógica. Em nenhum momento a discussão foi acadêmica, mas largamente intuitiva, artesanal, improvisada, já que não tematizou minimamente nenhum dos conceitos que discutiu. É claro que num tal contexto os personalismos afloram e, considerando que o ambiente não garantia uma verdadeira discussão intelectual politicamente profícua, limitei-me a balbuciar a sugestão de que o escolanovismo não era solução para os problemas assinalados. Bastou isso para notar imediatas reações escandalizadas, resmungos incisivos de quem negava, até mesmo com acentos enérgicos, a possibilidade de haver alguém, ali, com posições escolanovistas!... Como era freqüente em certos ambientes da Fafich da época, os debates ou não aconteciam ou eram muito pouco serenos, já que superaquecidos por razões pessoais e/ou ideológicas.

O escolanovismo genuíno já carrega a perversidade intrínseca à Escola Nova, que faz a crítica ao autoritarismo da Escola Tradicional sem, no entanto, superá-lo, já que se orienta, fundamentalmente, por uma inspiração-visão

paternalista das relações sociais e pedagógicas. O escolanovismo da Fafich é pior, já que não se confessa e se imanta de um democratismo instrumental e defensivo. O pior dos escolanovismos é o que funciona como "filosofia espontânea", prática, não confessada, dos que ignoram totalmente os termos do debate pedagógico. É o que dominava ontem e continua a imperar na Fafich hoje.

Universidade e pós-modernidade

Sabemos, com efeito, que a Universidade Federal tem uma dupla natureza: é um ente publico que deve ser regido por normas administrativas e ao mesmo tempo é uma escola, uma instituição de cultura cuja atividade é, *lato sensu*, espiritual no sentido de exercício da razão. A atividade-fim, precípua, da Universidade não pode ser administrada com os métodos mecânicos que são inerentes às normas administrativas.

Faço aqui uma breve parada para ilustrar este ponto com alguns termos da reflexão de Boaventura de Souza Santos (6) sobre a Universidade. Afirma, com efeito, o autor português que *estamos numa fase de transição paradigmática, da ciência moderna para uma ciência pós-moderna".* Isso vai implicar a superação, pela Universidade, de uma hegemonia baseada na racionalidade cognitivo-instrumental (das ciências da natureza) sobre a racionalidade moral-prática (das ciências jurídicas e sociais) e a racionalidade estético-expressiva (das artes e a literatura).

Essa hegemonia *expropriou a pessoa humana da capacidade de participar, enquanto atividade cívica, no desvendamento do mundo e na construção de regras práticas para viver sabiamente.* A universidade assim concebida deve se tornar *um ponto privilegiado de encontro de saberes.(...) A hegemonia da universidade deixa de residir no caráter único e exclusivo do saber que produz e transmite para passar a residir no caráter único e exclusivo da configuração de saberes que proporciona.* A universidade deve, assim, abandonar a preponderância das ciências naturais em favor de uma precedência - e não preponderância - *das ciências sociais e atuar numa direção nova que (...) subordine o know-how técnico ao know-how ético (...) congregando os cidadãos e os universitários em autênticas comunidades interpretativas que superem as usuais interações em que os cidadãos são*

sempre forçados a renunciar àinterpretação da realidade social que lhes diz respeito (...) A diluição da universidade em tudo o que no presente aponta para o futuro da sociedade exige que a universidade reivindique a autonomia institucional e a especificidade organizacional. É nesse contexto que a universidade, *ao aumentar a sua capacidade de resposta, não pode perder a sua capacidade de questionamento...* . A universidade, entretanto, *não poderá promover a criação de comunidades interpretativas na sociedade se não as souber criar no seu interior, entre docentes, estudantes e funcionários. Para isso é necessário submeter as barreiras disciplinares e organizativas (hierarquizadas) a uma pressão constante.* A universidade só resolverá a sua crise se se basear em ***hierarquias suaves e nunca sobrepostas*** (grifo meu).

(...) As comunidades interpretativas internas só são possíveis mediante o reconhecimento de múltiplos "curricula" em circulação no interior da universidade.(...) Um tal reconhecimento obriga a reconceptualizar a identidade dos docentes, dos estudantes e dos funcionários no seio da Universidade. Eles formam um conjunto de saberes diferentes. As hierarquias entre eles devem ser estabelecidas num contexto argumentativo". Friso*: argumentativo, e não repressivo!*

Esses novos termos, com os quais um crescente número de autores precisam suas preocupações com o quadro atual da crise da Universidade e propõem uma saída para ela, são de fundamental importância. Não é uma saída neoliberal, mas, por excelência, democrática! É utópica? Mas... se o for, a utopia, então, como sempre, não é necessária?

Intolerância

As recomendações propostas por Santos nas linhas acima se chocam, evidentemente, com o quadro de concepções e preferências repressivas que marcam a Fafich atual, onde se desconhece a interdependência entre pluralismo e democracia e Universidade. A gestão administrativa da Faculdade a confunde com uma ***delegacia de polícia*** e impõe à sua vida, aos departamentos, à congregação e aos colegiados linhas intimidatórias de comportamento (7). Para quem não estiver de acordo e não se calar a receita já está pronta: uma portaria instituindo comissão de sindicância ou de inquérito.

A impressão de muitos é que o clima fechado e tenso da Fafich atual é,

também, o resultado do grande número de aposentadorias que privaram a faculdade de consciências respeitadas e provadas nos duros decênios passados. Em todo caso, os recém-chegados não têm os mesmos compromissos com o espírito das lutas do passado. Estão mais preocupados com a implementação de projetos de curto prazo do que com a definição de tarefas ou processos globais. As decisões que definem a vida coletiva da faculdade se dão num clima de menos tensão moral e mais abertura aos ventos peremptórios da globalização e do neoliberalismo. Nessa situação, duvidar, discutir, questionar, debater são atitudes tomadas como ociosas. Mas esse espírito questionador não é natural à própria lógica de uma faculdade de humanidades? Sem crítica ela será capaz de sobreviver? O que está acontecendo com a Fafich não são, assim, manifestações agônicas de uma transição conduzida de roldão, sem o governo de uma própria estratégia? Os aposentados se foram sem deixá-la; e os novos, se darão conta de que precisamos sempre de uma?

A linha autoritária que a Fafich adotou com o *nuovo corso* inaugurado pela ex-diretora vem impedindo o debate aberto dessas questões. Assim, no lugar dos debates, a Fafich passou a instaurar comissões disciplinares (8). Fica claro, portanto, que o *nuovo corso* repressivo impresso à Fafich não é fortuito ou ocasional, mas orgânico a uma orientação política neoliberal que se apóia em clivagens, comandos e métodos hierarquizados, piramidais e piramidalizantes, dentro da faculdade.

Nesse contexto, ao simples manifestar-se de um conflito em sala de aula, a fonte de inspiração indicada pelos olhares ansiosos dos dirigentes da Fafich não é certamente a meditação intelectual e moral que se pode e se deve fazer tomando como referência a obra de Platão, Comenius, Herbart, Dewey, Gramsci e tantos outros pilares da reflexão pedagógica, mas, sim, o bastão da repressão e da intimidação sistemáticas.

Se não houver uma correção desse curso perverso, as práticas administrativas da Fafich irão se sobrepondo não só às exigências propriamente intelectuais, mas se distanciarão, também, dos preceitos cívicos e legais da transparência, publicidade, impessoalidade, tão essenciais para qualquer instituição que se respeite.

Esse desenrolar agride, catastroficamente, o *sens de la mésure* e joga o carro da administração da Faculdade em atitudes grotescas: o processo

indefinido de comissões de sindicância ou inquérito – sem justa causa! - contra o professor subscrito e que encontrou sucessivas derrotas; a ordem de prisão dada à Vigilância Interna da UFMG – que não tem poder de polícia! – para que me prendessem na biblioteca da Fafich!...**(9)** Tudo isso revela um desvio continuado da direção da faculdade em contradição com sua natureza de instituição de ensino. Não duvidam, não questionam e não refletem: agem simplesmente segundo disposições e/ou inclinações imediatas e autoritárias (10). Preferem, desde logo, a via repressiva *tout court*, já que desprezam completamente as normas constitucionais e de outros códigos legais que definem o tratamento disciplinar em campo administrativo (11).

Nessa reflexão procuro esboçar horizontes de experiência alternativos, para superar este outro, agonizante, que nos é indicado pelo caso da Fafich atual. Espero que os leitores deste texto possam concluir comigo que o desenvolvimento perverso que contamina as relações internas da Fafich tocou o fundo do poço, e que dessa constatação possa partir uma dinâmica nova que retome a tradição da faculdade como sede de um pensamento crítico, capaz de definir a sua atividade num projeto de diálogo construtivo com a sociedade e seus problemas. Este renascimento da universalidade dentro da universidade é condição para uma outra retomada, a das relações espirituais e humanas nas dimensões que lhe são próprias. Só assim poderemos ver renascer, na Fafich, o futuro como dimensão incindível do presente.

NOTAS:

(1) - Lampedusa, Tomasi di - Il Gattopardo, Feltrinelli Editore, 33'. Edição, Milão, 1981.
Na reflexão desses estudiosos esta passou a ser a concepção e prática política dos grupos dirigentes tardocapitalistas das últimas décadas do século passado para cá. Atropelados por um processo político amplo e complexo, pelo qual o proletariado emergente assaltava o poder pela via legal, a elite dirigente, que já fora revolucionária, acertou o passo e pisou no freio do transformismo político: eles se chamaram Bismarck, Cavour, Getulio Vargas... Gramsci chama isso de guerra de posição e/ou/ com revolução passiva.

(2) - Ver o manifesto do Centro de Estudos de História, CAHIS, de junho de 1999;

(3) - Platão. Teeteto. 149a-151d. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém, PA: Ed. Universidade Federal do Pará, s/d, pp. 11-15.

(4) - "Entre o liceu e a Universidade, de fato, ou seja, entre a escola ***vera e propria*** e a vida dá-se um salto, uma verdadeira solução de continuidade, não uma passagem racional da quantidade (idade) à qualidade (maturidade intelectual e moral). Do ensino quase puramente dogmático, em que a memória joga um papel de destaque, passa-se à fase criativa ou de trabalho autônomo e independente; da escola com disciplina de estudo imposto e controlado autoritariamente passa-se a uma fase de estudo ou de trabalho profissional, no qual a autodisciplina intelectual e a autonomia moral é teoricamente ilimitada." Gramsci, Antonio – Quaderni del Carceri, vol. III, pag. 1536, Einaudi Ed. 1975, Torino.

(5) - Fiz, em dezembro de 1997, nas *Palestras DCP das 6ª Feiras,* conferência com o titulo: *Pedagogia e Política na Fafich,* onde ressaltei vários pontos da rica reflexão gramsciana sobre a escola. Aliás, a pouca familiaridade, para não falar de ignorância ***cout court,*** com a questão pedagógica era e é tal no DCP e na Fafich que se expõe facilmente ao anedótico: depois da exposição que fiz na Câmara do DCP sobre o *choque pedagógico* discutido por Gramsci (ver nota anterior), a atual diretora da Fafich orientou a secretária do DCP a escrever na ata da reunião que eu havia dito que ***"era preciso dar um choque nos estudantes"!*** É o que consta da ata da reunião do dia 13/10/1997, da Câmara do DCP. Essa interpretação da diretora é, também, um instrumento destinado a comprovar a tese – sustentada por ela e outros - do caráter agressivo da minha presença em sala de aula.

(6) - Souza Santos, Boaventura - **Pela Mão de Alice**, Cortez Editora, São Paulo, 1995, pg. 187-233.

(7) - A diretora atual da Fafich investiu contra a existência das fotocopiadoras que funcionam no DA e no Cacs (Centro Acadêmico de Ciências Sociais) de forma tão abusiva que mandou cortar, literalmente, os cabos elétricos que alimentavam a energia de um dos cômodos ocupados! O Oficial de Justiça e o advogado do DA puderam

constatar, perplexos, o fato pessoalmente. Ver jornal do DA-Fafich, n. 1, julho de 1999. Diante do mandado de segurança com liminar que o juiz assinou a pedido do DA, a diretora resolveu resistir à Justiça mantendo a energia desligada nas salas ocupados pelas copiadoras!

(8) - A ***1a. Comissão de Sindicância*** aconteceu em 1992, envolvendo o ex-diretor da FAE/UFMG, Luiz Pompeu de Campos, e a Secretaria de Educação do Município de Contagem, dirigida pelo Sr. João Batista dos Mares Guia, num projeto que *pretendia matricular 750 professores daquele município na Faculdade de Educação da UFMG, sem vestibular*. O caso envolvia projetos políticos pessoais dos maiores responsáveis pela proposta: o diretor da FAE, por exemplo, tinha a intenção de disputar a Reitoria da UFMG. Fui esdruxulamente acusado de "*publicar documentos sigilosos*" da FAE! Os responsáveis pelo caso inventaram uma categoria de documentos até então inexistente na Universidade: a de documentos sigilosos ou secretos!... E, ao que parece, o documento que sustentava o projeto devia mesmo, na intenção de seus mentores, tramitar sigilosamente até que os obstáculos institucionais para a sua aceitação fossem removidos. Isso era, para mim, uma vã esperança, já que considerava que mesmo com muito e delicado trabalho diplomático e político um tal intento nunca seria aprovado, pela sua flagrante ilegalidade. A Comissão de Sindicância isentou-me totalmente das acusações políticas que me foram feitas pelo ex-diretor da FAE.

A ***2.ª Comissão de Sindicância*** foi instaurada pela ex-diretora da Fafich Magda de Almeida Neves, para apurar denúncias de alunos que cursavam então o segundo mês de faculdade e se encontravam, portanto, em fase de adaptação ao regime pedagógico do terceiro grau. Uma das denúncias feitas por uma estudante pretendia dar conta de que o professor havia dito que ela "tinha o QI inferior"! Tomaram por boas esta e outras alegações dos estudantes, sem nem mesmo escutar o professor, que poderia encurtar-lhes o caminho explicando que aquelas eram reações mais que normais de estudantes recém-egressos da escola secundária. Os termos ***usados pelos alunos*** tinham que ser interpretados e não, logicamente, tomados por imediata expressão da verdade! A expressão "QI", por exemplo, não indica o que o professor disse, mas o nome que uma estudante do primeiro mês de universidade conhece, do senso comum, para dar o nome aos bois que lhe aparecem!... É esta uma demissão pedagógica grave que transforma os alunos em *bucha de canhão* em prol de disputas oportunistas contra colegas. A comissão, escutando o professor, foi capaz de entender e mesmo assimilar, na linguagem de seus autos, o conceito do "choque pedagógico", e, assim, absolveu o mesmo de todas as acusações, mas, ao mesmo tempo e ainda no espaço do Relatório Final, abriu outro documento, uma Representação, e pediu a abertura de uma outra Comissão, desta vez de Inquérito (!) contra o professor, com acusações gravíssimas: "desídia e improbidade administrativa"!... com base nos termos com os quais eu havia exercitado minha defesa!!! A Comissão não sabia o que era *direito de*

defesa! Ela foi, sem dúvida, inteligente ao assimilar a questão de fundo em debate – imperceptível para os que assinaram a portaria que a gerou!... -, mas pecou por desconhecimento das leis e excesso de zelo na compreensão do direito de defesa.

A ***3.ª Comissão - de Inquérito!*** - presidida pelo ex-procurador geral da UFMG, prof. José Luiz Quadros, e, portanto, advogado, enfiou os pés pelas mãos, multiplicando de tal forma as arbitrariedades e os indícios de que queria perseguir o professor subscrito, que foi trancada por Mandado de Segurança! O ex-vice-Reitor, Prof. Jacynto Brandão, da Faculdade de Letras, integrava esta Comissão, que, como a maioria das outras, sucumbiu sem apelo.

A ***4.ª Comissão de Sindicância*** foi instituída para examinar, pasmem: *se o prof. subscrito realizou ou não o programa da disciplina de política IV do curso de ciências sociais*! Esta comissão foi pedida por alguns professores do DCP e integrantes do colegiado de ciências sociais, juntamente com a sempre presente diretora da Fafich. Pediram a abertura da comissão no início do semestre em que o curso *seria* dado e foram atendidos por uma portaria da diretora da Fafich dois *meses antes que o curso terminasse*!!! Não esperaram nem mesmo a metade do curso para denunciar o professor de não estar realizando o programa! A comissão, que foi presidida pela profa. Veronika Benn Ibler, vice-diretora da Faculdade de Letras, seguiu o mesmo caminho arbitrário e persecutório das anteriores, o que levou à *arguição de suspeição* da diretora da Fafich, que assinou atos ilegais do professor Ronaldo de Noronha, que havia feito comentários impertinentes sobre a pessoa do sindicado e assinara a ata da reunião que pedira a comissão, e integrava a mesma como membro, e do funcionário nomeado arbitrariamente pela diretora da Fafich. Diante da derrocada da 4ª comissão, a vice-diretora da Fafich assinou, como diretora em exercício, pedido de nova comissão, dirigido à reitora em exercício, Ana Lúcia Gazzola. O curso de Política IV terminou prazerosamente seus trabalhos, para satisfação do professor e dos alunos que o seguiram.

A 5.ª Comissão de Sindicância- A vice-reitora, no lugar de, judiciosamente, colocar ponto final na trapalhada da Fafich, editou outra portaria nomeando nova Comissão, a 5ª! Na pressa injustificada de realizar este ato, a reitora em exercício acabou assumindo, na prática, a suspeição da diretora da Fafich, como havia sido pedido. A profa Benn Ibler foi mantida como presidente, assim como o professor José Francisco, do Icex, enquanto os membros suspeitos foram substituídos. Tudo isso, entretanto, não bastava para normalizar o novo *pasticcio* criado pela diretora da Fafich com essa comissão: a presidente, Veronika Benn Ibler, havia feito, na última reunião da comissão anterior, grave declaração contra o sindicado, quando este, no exercício do seu direito de defesa, arguiu a suspeição já relatada: "***agora é que sou mesmo favorável à***

privatização: se esta fosse uma universidade particular este professor já teria sido demitido!". Por essa declaração inusitada e pela concordância do professor José Francisco com as alegações clamorosas da presidente, foi feito novamente recurso ao instituto da Suspeição, desta vez contra ambos. Eles reagiram o quanto puderam mas, vendo-se finalmente sem saída, a profa. Benn Ibler acabou pedindo demissão do cargo de membro da comissão, dizendo-se tão ocupada com um projeto do MEC que não tinha mais tempo para se ocupar da comissão da qual era presidente! E a comissão, assim como a sua presidente, afundou ingloriamente!

A *6.ª **Comissão de Sindicância,*** presidida pelo diretor da Faculdade de Engenharia, prof. Leo Heller, foi alertada, num primeiro encontro, pelo professor subscrito, sobre a situação de plano inclinado em que fora colocada pelos projetos de vingança pessoal da diretoria da Fafich. Essa comissão corrigiu alguns erros jurídicos graves das anteriores, mas não escapou de outros igualmente sérios e acabou sucumbindo pela ação de um mandado de segurança e, ainda, por decurso de prazo. Como as anteriores, essa comissão não tinha ***justa causa.*** Ela foi concebida e realizada no mesmo espírito das outras: queria perseguir e punir, por razões pessoais e políticas. Uma funcionária, de quem discordei por ter fechado a porta da sala de ponto do Ciclo Básico de Ciências Sociais fora da hora, sabendo do clima de conflito instaurado contra mim pela diretoria, foi pedir medidas repressivas contra a minha pessoa. Mais do que depressa, a funcionária foi atendida pela vice-diretora, que assinou, como diretora em exercício, a nova portaria, criando a comissão de sindicância acima referida.

*(9) - **O último episódio*** da série fecha, por ora, de forma tragicômica, este ciclo inacreditável de perseguições da Fafich. No dia 19 de outubro p. passado fui surpreendido na biblioteca da Faculdade - enquanto fazia consultas bibliográficas - por um grupo de 5 a 6 vigilantes da UFMG, que me deram ***ordem de prisão*** *em nome da diretora da Faculdade*! Este episódio, que choca todos quantos dele tomam conhecimento, só não teve desdobramentos mais graves por causa da resistência enérgica que opus aos esbirros comandados pela diretora. Os guardas alegaram que a "*ordem de prisão*" - que eles não têm autoridade para realizar, já que não detêm poder de polícia! - foi dada em razão de denúncia de agressão exercida por mim: contra quem esta agressão foi realizada eles não souberam esclarecer! Como nem eles nem a diretora esclarecerão o fato na Justiça, é de se esperar que sofram as penalidades da lei!...

(10) - Como o leitor deve ter observado ao longo deste artigo, os desenvolvimentos da Fafich de que estamos tratando foram e são objeto de um tratamento judicial (na Justiça Federal) e administrativo. Uma professora, então chefe do Departamento de Ciência Política, que fez declarações difamatórias contra o professor subscrito, foi por mim denunciada à Justiça com uma queixa-crime, e se retratou. A diretora da

Fafich e seu secretário geral foram denunciados à Justiça Federal por diversos crimes, entre os quais o de abuso de poder, e as ações contra eles estão começando a tramitar. Protocolei, além do mais, junto à Reitoria, uma representação pedindo medidas administrativas contra 5 professores e o secretario da Fafich. As minhas atitudes acima, configuradas nas ações judiciais expostas, não pretendem centrar as suas atenções em pessoas, mas em atitudes que desgastam a vida civilizada onde elas se manifestam. Com elas não busco a represália, que pode acalentar imediatamente os sentimentos que as agressões desencadeiam, mas é um procedimento infecundo e mesmo perverso, já que não remove as causas, mas até mesmo as recalca e agrava. O debate civilizado, democrático, desenvolvendo idéias e buscando condições de sobrevivência superiores às que geraram os conflitos, é, no meu entendimento, o meio mais idôneo, sadio, próprio, de recompor a unidade.

(11) – Na última hora, já enviando o artigo para a gráfica, deram-me uma notícia francamente surpreendente: que o reitor abriu, contra mim, outra comissão de sindicância! E' a **7.ª !!!** O objeto da nova comissão é o mesmo da 5ª. E da 6ª., que já foram trancadas, uma por mandado de segurança e outra por arguição de suspeição de sua presidente, e ainda pela demissão desta última. O presidente desta última comissão, a 7ª, é já figura conhecida nossa: a sua história está na nota **6ª.** Ele participou das arbitrariedades cometidas pela profa. Veronika Benn Ibler e por isto foi arguida a sua suspeição. O reitor da UFMG ou está muito e muito mal informado ou está querendo bancar demasiado os seus homens... contra a lei! Está faltando juízo ao reitor: próprio ou dos seus assessores, o que é mais ou menos a mesma coisa! Nós vamos buscar a explicação para mais esta arbitrariedade, e desta vez da autoridade máxima da UFMG!... Além do mais, essa comissão que o reitor está ressuscitando não só não tem objeto, mas foi já arquivada por decurso de prazo, além de numerosas outras irregularidades.

* A professora Carmen Dulce Diniz Vieira, chefe do colegiado do curso de Comunicação da Fafich, colaborou na elaboração deste artigo..

Declaração

Ao tomar conhecimento, como coordenador do Conselho Editorial de *CAMINHOS,* do artigo *Um presente sem futuro,* do professor Fernando Massote, confesso que fui tomado de perplexidade e dúvida. Publicar ou não? Esta era a questão. Pesavam, como pesam até o momento, argumentos a favor e contra a publicação.

Resumindo os principais contrários, temos:

1. A natureza do artigo, visto sob determinada ótica, fica de certo modo desfigurada pelo cunho fortemente personalizado do discurso. Ao mesmo tempo que se revela oportuna e relevante reflexão sobre o momento atual por que passa a Universidade brasileira, notadamente a UFMG, surpreende-nos o tom de diatribe e de crítica, sobretudo, à atual diretora da Fafich, com assertivas bastante subjetivas.

2. Se compararmos o discurso do artigo a um quadro, nesta analogia a pintura ou conteúdo do quadro, identificada com a oportuna e relevante reflexão do próprio texto, fica obnubilada pela dimensão da moldura, constituída pela enorme quantidade de críticas e referências à pessoa e ao comportamento, como dirigente, da diretora da Fafich. Gastou-se muita tinta para o desabafo, ainda que justo e compreensível, se visto sob a ótica do articulista ou da empatia do leitor com ele, uma vez que a este são apresentados fatos e versões de fatos produzidos pelo autor do texto, mas negadas, obviamente, as versões feitas pelas pessoas atingidas.

Resumidamente esssas são as principais contra-indicações à publicação do artigo.

Em contraposição podem ser arrolados em número e qualidade argumentos favoráveis. Como:

1. *CAMINHOS* é uma revista do movimento docente que tem na Apubh – UFMG sua institucionalização. Uma revista feita pelos associados e para os associados. Sob a mais democrática diretriz, estampada na contracapa de todos seus números, onde se lê: "(revista) voltada à reflexão dos mais variados temas atinentes à vida universitária, estimulando o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias". Negar espaço a um colega que tem algo a dizer é contrariar a razão de ser da própria revista.

2. O autor está usando o direito de criticar, ainda que o objeto dessa crítica seja mais a pessoa do que a instituição. Mas não se lê uma linha no artigo que extrapole o exercício da crítica, uma vez que o ali dito em momento

algum reflete ofensa moral ou ataque à honra e à moral do criticado. Ademais, o criticado tem o mesmo espaço para defender-se, se o julgar necessário, no próximo número da revista. Direito extensivo a todos quantos se julgarem atingidos pelo mesmo discurso.

Basta o confronto dessas razões favoráveis e contrárias à publicação para mostrar ao leitor quanto sofreu de dúvida e perplexidade o coordenador do Conselho Editorial de *CAMINHOS*. Ao chegar a este ponto, após pesar os prós e os contras, lembrei-me do método da *teoria da decisão* denominado "*análise da decisão*", que tanto utilizei em minhas aulas de Metodologia, quando professor em atividade do Departamento de Sociologia e Antropologia da própria Fafich*. Exercitei-a mais de uma vez na vida, embora desta vez fosse apenas um arremedo daquela teoria quantitativa. Estabeleci as seguintes categorias para atribuir-lhes valores num quadro de dupla entrada e ao fim atingir, através da fórmula a ser empregada, "o critério de maximização do valor esperado": *oportunidade ou não da publicação do artigo – conveniência ou não da publicação – relevância ou não da publicação – repercussão positiva ou negativa da publicação ou da não-publicação – resultados provavelmente positivos ou negativos da publicação ou da não-publicação*.

Feitos os devidos cálculos, concluí pela tomada de decisão em publicar o artigo. Afinal, diante do problema gerador da dúvida – por que publicar?, e por que publicar logo em *CAMINHOS?*-, senti naquele momento que tinha a resposta a justificar a decisão, também ela em forma de problematização: por que não publicar? Por que não em *CAMINHOS*, se é justamente o espaço apropriado ao debate, à controvérsia, à crítica, à liberdade de pensamento?

Apesar do sofrimento por que passei, resta-me uma justificativa que a muitos poderá parecer pura racionalização. O que, entretanto, não me impede de expô-la: quem sabe se a publicação do artigo não servirá de estímulo, ainda que sob a forma de provocação, para que muitos de nossos colegas e associados da Apubh venham a superar a apatia e a contribuir com muito mais artigos do que até agora tem acontecido?

Belo Horizonte, 26 de novembro de 1999

Délcio Vieira Salomon

* Refiro-me ao livro de Otto R. Bekman e Pedro Luiz O. Costa Neto – *Análise estatística da decisão,* São Paulo, Edgard Blücher, 1980.



A crise nos hospitais universitários: estratégia de privatização

Antônio Luiz Caldas Júnior
Professor do Departamento de Saúde Pública - Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP
Diretor da ANDES-SN

1. Histórico

No Brasil, a existência do Hospital Universitário (HU), como serviço de saúde próprio e subordinado ao comando acadêmico, ganha expressão nos anos 40 e 50. Até então, as poucas faculdades de Medicina existentes no país desenvolviam suas atividades práticas em instituições outras, em geral hospitais filantrópicos, que cediam seus espaços e pacientes ao ensino da Medicina.

Nos anos 60 e 70, ao lado da expansão do número de escolas médicas, acelera-se a instalação de HUs, chegando-se a mais de uma centena, nas esferas pública (federal, estadual e municipal) e privada. Esse conjunto de hospitais passa a constituir não apenas a base do sistema de formação de médicos e outros profissionais de saúde, como também a espinha dorsal do sistema de atenção terciária especializada do país.

Uma visão histórica diversificada sobre os HUs encontra-se em edição especial do boletim InformANDES (1998), inteiramente dedicado ao assunto.

2. Situação institucional

A conformação jurídico-administrativa dos HUs é muito diversa. Alguns, os federais especialmente, estão sob administração direta das universidades. Outros são hospitais públicos vinculados a secretarias estaduais ou municipais de saúde, sob variadas formas de gestão (este é, por exemplo, o caso dos Hospitais das Clínicas de São Paulo e Ribeirão Preto, ambos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, subordinados academicamente a cada uma das faculdades de Medicina da Universidade de São Paulo). Outros são, ainda, hospitais privados e fundações sob variadas formas de gestão e relação com as escolas médicas (caso, por exemplo, do Hospital São Paulo, mantido pela Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e vinculado academicamente à Escola Paulista de Medicina / Universidade Federal de São Paulo).

Na maioria dos casos, se estabelece um ervaçal de relações jurídicas, institucionais e administrativas, no qual interagem a instituição de ensino, a unidade hospitalar e um número variado de entes jurídicos públicos e privados (fundações de apoio, em sua maioria), sendo que, a despeito da existência e respeito às normas legais, prevalecem as relações e entendimentos informais e tradicionais, configurando-se situações de difícil entendimento para aqueles que olham este complexo de fora.

Igualmente complexos e de difícil compreensão são a composição e a execução orçamentárias dos HUs. Este processo guarda obviamente relação com a formatação jurídico-administrativa de cada HU, conforme descrito no parágrafo anterior. Deve-se destacar que, ao longo das últimas quatro décadas, os HUs, especialmente os públicos, buscaram garantir recursos financeiros dentro dos orçamentos próprios das universidades, por acreditá-los mais estáveis. Igualmente importante é referir que, nos anos 70, o Convênio "MEC-MPAS" abre uma importante alternativa de captação de recursos advindos do orçamento da Previdência Social, a título de pagamento dos serviços prestados pelos HUs, mais tarde acrescidos de "índice de valorização" que os diferenciava dos demais serviços conveniados/contratados.

3. Identidade dos HUs

Dentro desta diversidade institucional e orçamentária, os HUs guardam características que configuram sua identidade dual:

a. Por um lado, são unidades de saúde, de internação e ambulatoriais, altamente especializadas; em geral, a referência terciária única (numérica ou funcionalmente) de estados ou regiões de saúde; quase sempre a única alternativa de acesso gratuito da população a atendimento de qualidade e sofisticação técnica. Em anos recentes, com a crise imposta ao SUS, são os HUs, muitas vezes também, a única via de acesso a serviços de média ou baixa complexidade que deixam de ser ou não podem ser executados pela rede primária.

b. Ao mesmo tempo são centros de formação de profissionais de saúde e de investigação científica. Aliás, acertadamente ou não, os HUs são hoje o cenário principal da formação de médicos e enfermeiros. Integram-se assim, neste espaço, ensino, pesquisa e prestação de serviços como atividades indissociáveis e simultâneas, uma vez que, a um só tempo, se desenvolvem e complementam. Isto não significa que os HUs devam ser os únicos ou os principais cenários de ensino, pesquisa e prestação de serviços na área da saúde; ao contrário, há muito o que discutir, fazer e reformular no âmbito da formação dos profissionais de saúde.

Os HUs constituem, assim, unidades complexas não apenas do ponto de vista organizacional, administrativo e jurídico, mas uma intrincada confluência de espaços acadêmicos e de serviços de saúde. Submete-se portanto este complexo a ditames constitucionais e legais de natureza e conteúdo distintos e, às vezes, conflitantes.

A título de exemplo, cabe mencionar que o "polo acadêmico" dos HUs subordina-se à legislação universitária e, em especial, ao ditame máximo da autonomia prevista no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, assim expressa: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". (BRASIL, 1988).

Sendo simultaneamente serviço de saúde, o HU deve também submeter-se aos princípios constitucionais que tratam da matéria, cabendo destacar as seguintes passagens da Carta de 1988: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado (...); Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (...); Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; (...); III - participação da comunidade." (BRASIL, 1988).

De sua parte, a Lei nº. 8.080/90, conhecida como Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1991), estabelece, no Artigo 4º., que "o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS)". E prossegue, em seu Parágrafo 2º.: "A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar." Portanto, a lei é clara ao incluir no SUS, de maneira irrestrita, o conjunto de serviços de saúde da administração pública, incluindo-se obviamente os HUs.

A este conjunto de instituições públicas ou privadas, contratadas ou conveniadas, integrantes do SUS, aplicam-se os princípios previstos no Artigo 7º. da Lei nº. 8080, dos quais destacam-se: **a.** universalidade de acesso; **b.** integralidade de assistência; **c.** igualdade de assistência, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; **d.** divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário; **e.** participação da comunidade; **f.** descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo e ênfase na municipalização, regionalização e hierarquização.

Assim, os HUs, respeitada sua autonomia, devem submeter-se a esses princípios em sua relação com o SUS, partícipes e usuários. Neste sentido, a fim de ressalvar suas peculiaridades de unidades de ensino e assistência, a Lei Orgânica da Saúde determina, em seu Artigo 45, que "os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde (SUS), mediante convênio, preservada a sua autonomia administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros,

ensino, pesquisa e extensão, nos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados".

A despeito de todas essas determinações legais e dos avanços observados na relação HU-SUS, ainda persistem imensas dificuldades, especialmente no que se refere a: programação pactuada e integrada de atividades, prevista na vigente Norma Operacional Básica 01/96 (BRASIL, 1996); definição de competências dentro do sistema regionalizado e hierarquizado; fluxo interinstitucional de informações e pacientes, etc.

Mais incipientes são as iniciativas de controle social, democraticamente exercido pelas instituições, trabalhadores de saúde e, de maneira especial, pelos usuários desses hospitais. As deliberações sobre as políticas assistenciais dos HUs quase sempre passam à margem das instâncias legalmente constituídas pelo SUS para este fim, qual sejam as Conferências e Conselhos de Saúde que, dentre outras, têm a prerrogativa de formular as estratégias e o controle da execução das políticas de saúde nas diferentes instâncias de governo (federal, estadual e municipal), inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, conforme determina a Lei nº. 8142/90. (BRASIL, 1991).

Ainda mais, os HUs têm se colocado à margem das produtivas experiências de constituição e funcionamento de conselhos gestores de unidades de saúde, compostos de representantes da administração, de trabalhadores e, paritariamente, de usuários dos serviços.

4. A inserção dos HUs na crise geral da sociedade brasileira

De serviços modelares, "menina dos olhos", "vitrine", interface entre universidades e comunidades, os HUs ganham hoje a mídia e as mesas de debate como elemento central de um fogo cruzado entre as crises do SUS e da Universidade. Na verdade, crises impostas pela crise geral do capitalismo e pelo projeto econômico e político do governo FHC e de seus congêneres políticos estaduais.

Ao abordar este tema, estamos discutindo a aplicação, no Brasil, do receituário neoliberal do capitalismo internacional e de seus agentes financeiros, FMI e Banco Mundial, para saúde e educação. Aplicação de certa forma "tardia", por motivos diversos que não cabe aqui comentar, pois já vivida em outros países como Argentina, Chile e México. Países em que

os sistemas públicos de educação e, especialmente, de saúde foram submetidos a um processo de desmonte deliberado, metódico, permanente e racional. Desmonte que teve como aríete principal o desfinanciamento e o sucateamento do patrimônio humano e material, exemplarmente materializado no desmantelamento do *Instituto Mexicano de Seguridad Social* - IMSS, como referido por LAURELL (1997): "Foi necessário erodir o papel preponderante das instituições públicas e desprestigiá-las para tornar social e politicamente aceitável a reforma neoliberal. Isto se deu por meio de um prolongado desfinanciamento - provocado pelos cortes orçamentários e a queda de salários e dos empregos - e a conseqüente deterioração institucional que, por sua vez, impulsionou um crescimento acelerado dos seguros e dos serviços privados". O que há de distinto entre este relato e o que se passa nas instituições de ensino e saúde de nosso país nos dias atuais?

4.1. Crise na Saúde

Antes de tudo é absolutamente necessário não fazer eco aos inimigos do SUS que insistem em afirmar ser este um modelo anacrônico, incompatível com o atual grau de desenvolvimento da sociedade brasileira; que não é possível, quando não injusto, se construir um sistema universal, integral, público, gratuito e de qualidade, em um país como o nosso. Ao contrário, quando praticado segundo as diretrizes e princípios que o conceberam, o SUS mostra que é viável e atende às necessidades de saúde da população.

Não se trata portanto da "crise do SUS", mas da crise imposta pela política de saúde do governo FHC, que é a negação do SUS. Não se trata também de uma mera crise de financiamento. É verdade que há um grave processo de desfinanciamento do setor, mas este fenômeno não é, em si, uma política de governo, mas sim um dos instrumento promotores desta política, talvez o principal deles. Se, por razões reais ou imaginárias, dispusesse o governo federal de mais recursos para aplicar em saúde, nada nos leva a supor que isto se passaria. Basta dizer que o estabelecimento da CPMF, criada para financiar a saúde, com uma arrecadação anual estimada de 8 bilhões de reais, nada acrescentou ao orçamento do setor, uma vez que recursos equivalentes (ou superiores, em termos reais) foram suprimidos.

O que assistimos é, pois, à aplicação, pelo governo FHC e a maioria dos governos estaduais, da política estabelecida pelo Banco Mundial (COSTA, 1996; MELLO & COSTA, 1994) para o setor saúde, que contempla:

a. Delimitação econômica de duas clientelas: aqueles que "não podem pagar" restam sob responsabilidade do Estado (política de "focalização" nos estratos mais pobres); aqueles que "podem pagar" devem buscar o setor privado (especialmente os convênios e seguros-saúde).

Ressalte-se que o "poder ou não poder pagar" é construído pela adesão compulsória de alguns milhões de clientes ao setor privado, premidos que são pela desqualificação dos serviços públicos, dentro de um processo que se tem chamado de "universalização excludente" (FARAVEST F. & OLIVEIRA, 1990), em que, a despeito dos mecanismos formais de universalidade e livre acesso, se cria toda sorte de procedimentos, especialmente a desqualificação, para levar a população a pagar parte ou todo seu consumo de serviços de saúde; muitas vezes, com sacrifícios desmedidos de seu padrão de vida ou do consumo de todos os bens acumulados durante esta.

b. Estabelecimento de um "pacote de benefícios padrão" ou "cesta básica de saúde" para a população de baixa renda. (WORLD BANK, 1995).
c. Privatização do atendimento secundário e terciário, não apenas nos setores tipicamente privados (planos e seguro de saúde, medicina de grupo, etc.), o que seria óbvio, como também no atendimento da clientela de baixa renda, por meio de contratos e convênios entre o Estado e o setor privado.
d. Privatização e submissão dos serviços públicos às chamadas "leis do mercado", por meio de contratos de gestão e de "organizações sociais". (BRASIL, 1999).

Não caberia aqui aprofundarmos a análise sobre a "crise do SUS", e vamos nos restringir a algumas de suas conseqüências sobre os HUs.

Inicialmente, ressaltar que a "falência" do atendimento dos setores secundário e terciário, público e privado, faz desaguar nos hospitais universitários uma legião de desassistidos que não têm outra alternativa de atendimento que não esta. Muitas vezes, mesmo em procedimentos de baixa complexidade, observa-se este fenômeno. Trata-se não apenas de pacientes de baixa renda, "pacientes SUS", como costumam ser (incorretamente) chamados. São também os pacientes que só conseguem consumir serviços

privados seletivamente, por limitação financeira, ou aqueles que o próprio setor privado "encaminha" aos serviços públicos, como forma de se eximir de procedimentos de alto custo. São ainda os milhões de desempregados e aposentados que perderam o "direito" de acesso aos convênios que os assistiam enquanto força de trabalho ativa.

No passado, já tivemos momentos em que prestar serviços ao "sistema público de saúde" (INAMPS, especialmente) foi não só economicamente viável para os HUs, como permitiu a remodelação e ampliação de seus serviços assistenciais e o desenvolvimento de atividades "tipicamente" de ensino (graduação, residência médica, pós graduação) e mesmo de pesquisa. Hoje, os procedimentos dos HUs, em grande medida de alto custo, são pagos com valores irrisórios ou simplesmente não são pagos, pois excedem tetos físico-financeiros impostos pelo Ministério e secretarias de Saúde. Ou seja, avoluma-se o contingente de pacientes atendidos e se retraem os recursos *per capita* e globais para atendê-los.

Neste quadro, em que os recursos escasseiam, setores acadêmicos (até então beneficiados) querem rediscutir modelos assistenciais, as responsabilidades dos HUs, o estabelecimento de barreiras ao atendimento dos "pacientes SUS", etc. Cabe perguntar se exatamente neste momento é legitimo voltar as costas ao sistema público de saúde, reforçando a estratégia de desmantelamento de políticas públicas promovida pelo governo federal e governos estaduais.

4.2. Crise na Universidade

A diminuição dos recursos dentro das universidades, mais uma vez decorrência da crise imposta pelo estado neoliberal, fez com que a comunidade acadêmica lançasse seus olhares sobre a composição dos orçamentos, como aliás era de se esperar. Rapidamente se observou aquilo que sempre ocorrera e que os tempos de uma certa folga de recursos não obrigavam ser explicitado: os HUs consomem uma parte considerável dos orçamento das universidades. Em decorrência, análises simplistas e imediatistas transformaram os HUs em "bodes expiatórios" da crise financeira das universidades. Simplismo de raciocínios tais como: "Se tirarmos os HUs do orçamento das universidades, muitos problemas estarão resolvidos". De fato,

se os HUs deixassem de onerar os orçamentos universitários e os recursos ficassem à disposição para uso em outras atividades, "tudo" estaria resolvido. Há que se perguntar, porém, qual a evidência de que isto poderia remotamente acontecer? Estes são apenas reflexos dos tempos de crise em que se buscam explicações e soluções fáceis para problemas complexos.

E quem defende estas propostas "revisionistas" da relação Universidade-HU? De um lado, os organismos internacionais e o governo. Mas não apenas eles. Uma parte expressiva dos dirigentes e de outros membros da comunidade universitária também vem trilhando esses perigosos caminhos, com múltiplas alternativas, tais como:

a. Passagem dos HUs para o Ministério e secretarias estaduais e municipais de Saúde;
b. Passagem do orçamento dos HUs a estas mesmas instituições;
c. Transferência dos HUs a "organizações sociais";
d. "Privatização" dos HUs, mediante: venda de serviços privados individuais; convênios com planos e seguros de saúde e outras entidades privadas; criação de planos médicos próprios, etc.

Deve-se observar que estas alternativas não são excludentes, podendo mesmo ser seqüenciais: por exemplo, transferência dos HUs a uma secretaria estadual de saúde e desta a uma "organização social" com o estabelecimento ou aprofundamento da relação com o setor privado. Tudo dentro da lógica de reorganização do "setor saúde", conforme o receituário do Banco Mundial.

Tais alternativas refletem, no campo específico do ensino médico, o propósito neoliberal de reintegração das políticas sociais à órbita do mercado e apontam a privatização como meio e fim para adequar a vida universitária à chamada sociedade globalizada e pós-moderna, por meio de medidas tais como:

a. expansão desmedida do setor privado
b. contenção orçamentária (orçamento direto, financiamento à pesquisa, bolsas, etc.)
c. Estímulo às políticas de "auto-financiamento" das universidades, incluindo:
- ensino pago;
- estabelecimento de "parcerias" com o setor privado;

- transformação da produção universitária (conhecimento, profissionais, assistência) em mercadorias;
- flexibilização da dedicação exclusiva;
- individualização da vida universitária, das estratégias de sobrevivência e da relação docente-universidade (fim da carreira única, avaliação e pagamento por produtividade, etc.)

5. Para onde nos encaminham as propostas privatistas?

Como estamos tratando de uma política de Estado devemos abordar essa questão numa perspectiva ampla, que considere a viabilidade de sua implementação e o alcance de resultados em âmbito geral. Não cabe tratarmos o assunto a partir da análise de casos isolados, cujos sucesso, ou insucesso, possam não ser reprodutíveis ou generalizáveis."(CALDAS JR, 1998).

O principal argumento de práticas privatistas, como a venda de serviços a convênios/seguradoras e clientes particulares, tem sido o "sucesso" deste ou daquele HU que, com tais procedimentos, teria conseguido financiar e ampliar o atendimento de "pacientes SUS" e elevar seu nível acadêmico, inclusive com a dedicação integral ou exclusiva de seu corpo médico e docente. (JATENE, 1999). Este é, por exemplo, o caso do Instituto do Coração (Incor), pertencente ao complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Saúde cujos serviços privados são administrados por fundações; no caso do Incor, a Fundação E. J. Zerbini.

Desconsidera-se, porém, que este alegado sucesso decorre exatamente do fato de serem experiências isoladas em instituições de excelência. Ou seja, só são possíveis porque são exatamente a exceção. Assim, sua possibilidade de sucesso é inversamente proporcional a sua extensão. A evidência deste raciocínio pode ser encontrada no próprio HC-USP. A extensão do atendimento privado para o Instituto Central e outros do complexo HC não resultou, após cinco anos, nem em aumento significativo do orçamento, nem na fixação do corpo docente no regime tempo integral e dedicação exclusiva. (EVENTO, 1999).

Devemos, pois, tratar a crise dos HUs em uma perspectiva histórica, estratégica e estrutural, e não submetê-los a manobras conjunturais,

imediatistas ou protelatórias, de resultados duvidosos e lesivas aos interesses mais gerais da sociedade.

Em primeiro lugar, abandonar a expectativa de que a saída dos HUs do âmbito da responsabilidade administrativa e financeira das universidades poderá significar algum desafogo em seus orçamentos. A recente experiência da CPMF mostra que isto será um engodo, já que mecanismos compensatórios conduzirão os "possíveis ganhos" para outros setores da economia, como ocorrido com a citada contribuição.

O Ministério da Saúde tem reiterado seu intento de controlar os HUs. Que interesses teria o Ministério, se seus próprios hospitais estão sucateados e o governo aponta como única saída para estes os contratos de gestão e as organizações sociais. Não seria o Ministério da Saúde apenas uma ponte para que os HUs pudessem transitar mais livremente para a privatização, em especial para a venda de serviços a pessoas e empresas médicas e seguradoras?

De imediato é possível afirmar que essas práticas privatistas irão disseminar, ampliar e agravar as inúmeras distorções existentes nesta área e que se transformaram em palco de debate recente entre os HUs do Estado de São Paulo, o Ministério Público e os órgãos de classe dos médicos, conforme amplamente divulgado na impressa.

Destas distorções cabe destacar o desrespeito aos princípios do SUS, em especial quanto à igualdade e gratuidade no atendimento. Mesmo pressupondo a igualdade dos atos técnicos (profissionais) prestados a pacientes, o que se tem observado na prática é a compra, em serviços públicos, do privilégio de "passar na frente" de outros nas filas de espera de atendimento, ou seja, de os pacientes pagantes ou de convênios/seguradoras serem atendidos com precedência sobre os demais, os tais "pacientes SUS". Esta prática, conhecida como "dupla porta de entrada" ou "apartheid", tem sido condenada pelo Ministério Público, pelo Conselho Nacional de Saúde e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, por diversas razões de ordem legal e ética.(HC, 1999; APARTHEID, 1999).

Não obstante isto, mesmo figuras respeitáveis, como o Prof. Adib Jatene, insistem em preservar a existência do atendimento diferenciado em HUs públicos sob argumento de que seria um contra-senso impedir que os professores universitários médicos pudessem atender a uma clientela diferenciada, ou seja, "profissionais preparados e competentes só poderiam

atender aos clientes do sistema público, impedidos de oferecer seus conhecimentos (...) a pessoas ou instituições que pudessem remunerar os serviços de maneira consentânea à da iniciativa privada." (JATENE, 1999). Ora, tal argumento é uma falácia pois, sendo o atendimento do SUS universal, a tal "clientela diferenciada" não está impedida de freqüentar qualquer serviço do SUS. De fato, o que se quer garantir com a "dupla porta de entrada" é o acesso privilegiado de "pessoas diferenciadas", mediante pagamento. Ou seja, não se paga propriamente pelo serviço, já que este é universal, mas pelo privilégio de uma "porta" diferenciada.

Em debate promovido pelo jornal Folha de São Paulo, em outubro de 1999, entre especialistas na área da saúde, prevaleceram as idéias de que: "os hospitais públicos não devem manter a diferenciação de atendimento para a clientela privada"; "a segunda porta carece de suporte legal, moral e constitucional"; "em vez de permitir a prática da 'dupla porta', com privilégios para os que pagam, os hospitais devem procurar outras formas de financiamento para incrementar seus recursos, seja cobrando dos convênios de saúde o atendimento de pacientes tratados hoje gratuitamente, seja buscando apoio da sociedade civil"; "há uma necessidade urgente de se estabelecer uma vinculação de recursos fixos - seja do Orçamento, da Previdência Social ou do PIB (Produto Interno Bruto) - para o sistema de saúde". (EVENTO, 1999).

Não obstante as inúmeras manifestações em contrário, a "dupla porta" poderá ser regulamentada em forma de lei, conforme iniciativa do próprio Jatene, junto ao Congresso Nacional, sob argumentos de que "sem os recursos vindos dos convênios e dos particulares, não há condições de os hospitais se sustentarem, os recursos vindos do SUS não são suficientes" (ATENDIMENTO, 1999); ou ainda: "O hospital público universitário no Brasil só atende pobre". Também o ministro José Serra diz ser a favor do projeto: "É muito importante manter a qualidade de atendimento nesses hospitais para carentes. E as pessoas que podem pagar ajudam pagando para quem não pode". (ATENDIMENTO, 1999). Ora, esses argumentos são a própria negação do conceito de que "a saúde é direito de todos e dever do Estado" (BRASIL, 1988) e dos princípios da universalidade e da igualdade do atendimento. São a reafirmação da política de que os serviços públicos gratuitos devem focar atenção nos pobres, cabendo àqueles que "podem pagar" o dever de auxiliar o Estado nesta tarefa. São reflexos da universalidade excludente, que ainda

concebe o sistema público de saúde como "hospitais para carentes" e não como "serviços para cidadãos".

Outro ponto a se considerar é a perda do já reduzido controle social sobre as atividades e o uso do dinheiro público, em instituições públicas que se pretende privatizar sob o véu de organizações sociais, de caráter privado, embora se que queira sofismaticamente alcunhá-las de "públicas não-estatais".

Por fim, esquecem-se muitos que estas ações são dirigidas hoje aos HUs, pela importante fatia que representam no orçamento das universidades, a despeito do flagrante desrespeito às leis vigentes. Amanhã, com certeza e com mais facilidades, outros setores serão envolvidos em argumentos e propostas de igual teor: porque não submeter às leis de mercado e aos contratos de gestão orquestras sinfônicas, rádios universitárias, laboratórios de bioquímica, fazendas, etc.?

6. Considerações finais e propostas

Nestes tempos de grave crise, em que o futuro das instituições está em jogo, é fundamental que saibamos separar o joio do trigo, o essencial do acessório, o estrutural do conjuntural. Nas horas de crise, afloram à discussão todas as mazelas, que em tempos de bonança são toleradas. Questões trabalhistas, corporativistas, de produtividade, distribuição de recursos, pagamento de bonificações a docentes e funcionários, papel das fundações de apoio, etc., tudo isto tem vindo à mesa de debates sobre os HUs. São evidentemente questões relevantes a exigir uma discussão séria e a busca de soluções duradouras e democráticas. É preciso, porém, não se deixar enredar neste emaranhado que, a despeito de toda a importância que contenha, pode constituir uma cortina de fumaça a turvar nossa visão sobre as questões de fundo, que de fato ameaçam o futuro dos HUs como espaços públicos de ensino, pesquisa e prestação de serviços à sociedade.

É preciso, pois, delimitar uma pauta mínima de lutas, que deverá ter como eixo condutor os seguintes pontos:

1. Defesa intransigente do Sistema Único de Saúde - SUS - público, universal, equânime, gratuito, de qualidade e sob controle social;

2. Financiamento do SUS de acordo com o que determina a lei, com a fixação de fontes perenes e suficientes;

3. Aprofundamento da inserção dos HUs no SUS, e não no sistema privado;
4. Defesa da permanência dos HUs junto às universidades como unidades universitárias (públicas, gratuitas e autônomas) integrantes do SUS (e, assim, subordinadas a suas diretrizes e princípios), inseridas dentro do pacto estabelecido pelas instâncias decisórias do SUS (conferências e conselhos de saúde e comissões intergestoras)
5. Defesa do financiamento por fontes do SUS dos serviços prestados pelos HUs, além de recursos vindos da Educação e da C&T
6. Repúdio e ações contra as iniciativas de captação de recursos que estabeleçam atendimento diferenciado à clientela ("dupla porta de entrada"), por serem inconstitucionais, ilegais, lesivas ao interesse público e eticamente condenáveis. A este respeito ver iniciativa dos deputados estaduais Jamil Murad e Nivaldo Santana (PCdoB/ SP) e do presidente da Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas - São Paulo, requerendo à Procuradoria Geral de Justiça instauração de inquérito civil sobre a venda de serviços a planos de saúde privados no hospital, que redundou nas ações em curso, conforme noticiado pela imprensa e já referido.
7. Revisão do modelo de pagamento por produção que, além de conjunturalmente insuficiente, tende a distorções voltadas à rentabilidade que nem sempre, ou quase nunca, atendem ao perfil epidemiológico e às necessidades de saúde regionais, do ponto de vista da população e do próprio sistema de saúde.
8. Viabilização do ressarcimento dos serviços do SUS pelo atendimento prestado a clientes de planos e seguros de saúde.(ver a este respeito a Lei Estadual nº 9.058, de 29 de dezembro de 1994 , São Paulo, que dispõe sobre a obrigatoriedade do recebimento pelos órgãos e instituições do Sistema Único de Saúde do estado e dos municípios, a título de reembolso, de valores correspondentes a seguro-saúde e outras modalidades de medicina de grupo, e o Decreto nº 40564, de 20 de dezembro de 1995, que a regulamenta).

BIBLIOGRAFIA

"APARTHEID" em hospitais é investigado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jul 1999. Cotidiano, p.3/4.

ATENDIMENTO diferenciado pode virar lei. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jun 1999. Cotidiano, p.3/4.

BRASIL. Lei nº 9.637, 15 mai 1998. - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências [Online] Brasília, [1 nov.1999] http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9637.htm

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: IMESP, 1988.37p.

BRASIL. Ministério da Saúde - NOB-SUS. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília,1996. (mimeogr.).

BRASIL. Ministério da Saúde. Assessoria de Comunicação Social. - **Lei Orgânica da Saúde**. 2. ed. Brasília, 1991. 36 p.

CALDAS JR., A. L. – **Por que as organizações sociais afrontam o Sistema Único de Saúde?** SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE X ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, Debate realizado pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 1998 (mimeogr.)

COSTA, N.R. - O Banco Mundial e a política social nos anos 90. A agenda para a reforma do setor saúde no Brasil. In: COSTA, N.R.; RIBEIRO, J.M. - **Política de saúde e inovação institucional**: uma agenda para os anos 90. Rio de Janeiro, ENSP, 1996. p.13-29.

EVENTO reúne especialistas para discutir os problemas que comprometem os avanços no atendimento. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 out 1999. Cotidiano, p.4/4.

FARAVEST F., P., OLIVEIRA, P.J. - A universalidade excludente. Reflexões sobre as tendências do sistema de saúde. **Planej.Polit.Públicas**, 3: 139-62, 1990.

HC suspende atendimento diferenciado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 mai 1999. Cotidiano, p.3/6.

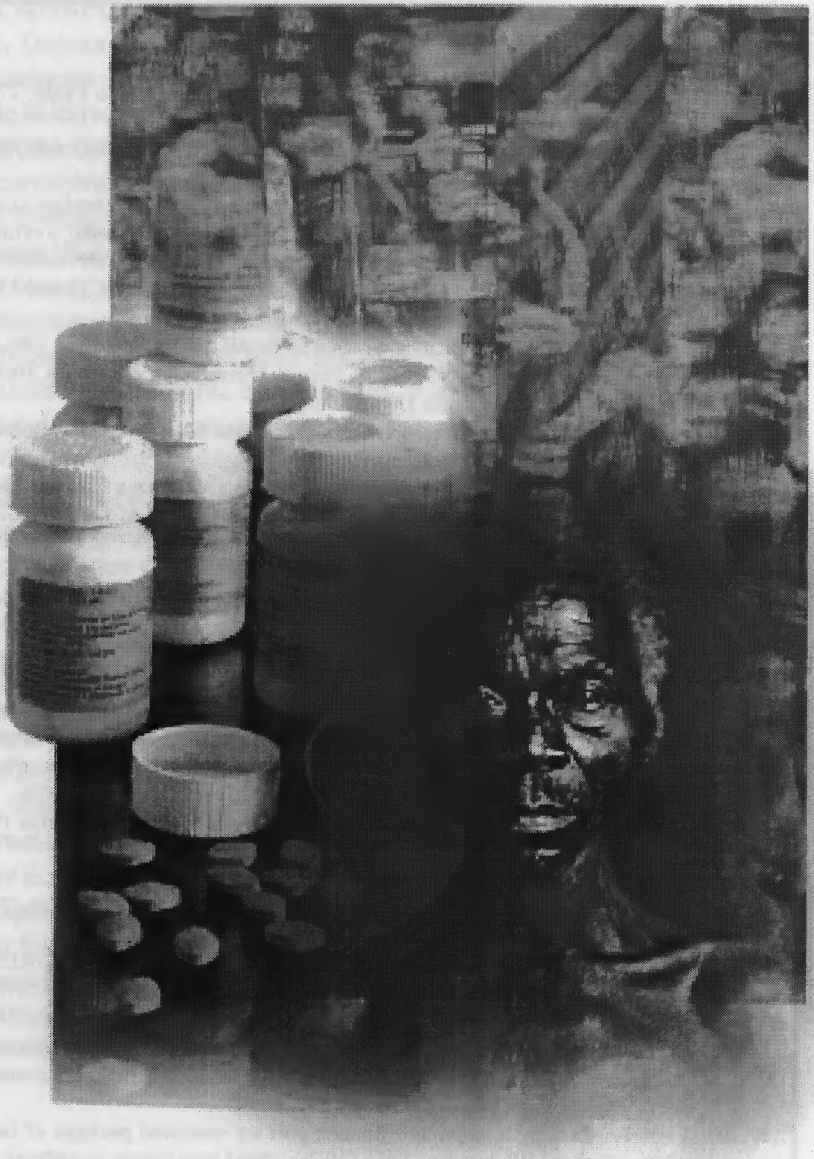
INFORMANDES, Brasília, ANDES-SN, 9 (88), 1998. 20p.

JATENE, A. - Dupla porta x dupla militância. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 mai 1999. Tendências/Debates, p.3.

LAURELL, A. - La globalización y las políticas de salud. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, CONGRESSO PAULISTA DE SAÚDE PÚBLICA, 5, 1997, Águas de Lindóia. **Anais**. Águas de Lindóia, 1997. p.25-41.

MELO, M.A.B. A., COSTA, N.R. - Desenvolvimento sustentável, ajuste estrutural e política social. As estratégias da OMS/OPS e do Banco Mundial para a atenção à saúde. **Planej.Polít.Públicas**. 11: 49-197, 1994.

WORLD BANK. Design, content and financing of an essential package of health services. [Online] Washington, USA [19 jun.1999] http://www worldbank.org/htm//extrd/hnp/health/hit_sucs/pack/htm.



Saúde com economia não dá

José Ribeiro de Paiva Filho
Professor aposentado do
Departamento de Medicina Preventiva - UFMG

"Os governos estão perdendo a última oportunidade de controlar as doenças infecciosas. Um grupo de enfermidades que mata 13 milhões de pessoas a cada ano, no mundo todo." A advertência é do alto comando da Organização Mundial de Saúde (OMS).

As doenças às quais se refere a OMS são a AIDS, tuberculose, malária, pneumonia e hepatite. No caso do Brasil, ainda devemos acrescentar o cólera, dengue, leptospirose e lepra. Boa parte dessas doenças constitui-se de enfermidades controladas ou já erradicadas, relegadas aos compêndios da história da Medicina, há muito tempo e na maioria dos países. Recentemente, em nosso meio, a incidência dessas doenças recrudesceu, como conseqüência do abandono ou descuido de nossa saúde pública e do agravamento da miséria. Elas retomaram o lugar de destaque entre nossos problemas de saúde pública.

Essas doenças, de um modo geral, são controláveis através de técnicas eficazes, preventivas ou curativas. É, portanto, lamentável que a população venha a sofrer seus efeitos por conta da insensibilidade de governos que, especialmente em nosso país, não conferem à saúde a devida importância.

Até recentemente, boa parte dessas enfermidades, embora hoje sejam reconhecidas como doenças da pobreza, eram chamadas, mesmo nos meios acadêmicos, de "doenças tropicais". Há mais de 40 anos o professor Amilcar Martins já se insurgia

contra essa expressão. Ele a considerava maldosa tentativa de gerar conformismo nas populações das regiões dos trópicos.

Vários países da Europa e os da América do Norte já erradicaram a maior parte dessas doenças. Coube a Cuba a primazia de demonstrar, de modo insofismável, a estreita ligação de sua incidência com a miséria e o subdesenvolvimento. Devido à prioridade absoluta conferida à saúde e à educação, tidas como dever do Estado, e, evidentemente, sem alteração alguma em seu tropicalíssimo clima, hoje é o único país da América Latina a erradicar essas doenças. Aquele país ainda se dá ao luxo de manter serviços hospitalares, de alta tecnologia, destinados ao tratamento de pacientes provenientes de outros países.

Nações como Canadá, Inglaterra e boa parte dos países da Europa, ao implantarem sistemas públicos de saúde de cobertura universal, baseados no princípio "saúde é direito da pessoa humana e dever do Estado" (incorporado à Carta das Nações Unidas em 1948), exibem hoje os mais elevados indicadores de saúde do mundo, onde essas doenças não mais interferem. Não há mistério nisso. Trata-se de governos comprometidos com a soberania e os interesses de seu povo. Despendem os 10% do PIB com saúde, conforme recomendação da OMS, e possuem as condições institucionais e legais necessárias. Em síntese: consideram a economia instrumento do bem-estar e a saúde componente essencial deste.

Nossos economistas, em geral, e os governantes comprometidos com eles seguem uma lógica diferente. Preocupam-se mais com a saúde da economia do que com a saúde da população. Adotam como dogma que "aplicar em saúde eqüivale a desviar recursos de investimento produtivo", e que a saúde é um subproduto do crescimento econômico. Este é o aspecto da relação da saúde com a economia que me parece mais relevante, pois de sua superação irá depender o volume de recursos destinados à saúde. O outro aspecto, geralmente considerado, se refere a gastos desnecessários, desperdícios, utilização de procedimentos onerosos, embora necessários. É questão menos complexa, ligada a gerenciamento, planejamento e incorporação nos serviços de preceitos ético-profissionais.

É, portanto, possível controlar efetivamente nossas doenças transmissíveis e melhorar os níveis de saúde da população em geral. Como primeira condição podemos apontar a implementação de um sistema eficiente

de saúde, de caráter universal e igualitário, conforme nossos preceitos constitucionais. A segunda condição consiste em ampliar para 10% do PIB as aplicações em saúde. A terceira condição, e possivelmente a mais difícil, é de natureza política, e consiste em alcançar um governo realmente comprometido com a soberania e os interesses da nação brasileira.

Finalmente, cabe enfatizar um ponto da maior relevância: lamentavelmente vivemos uma desumana inversão de valores. Saúde e educação deixaram de ser componentes do bem-estar e passaram a ser subordinadas aos interesses da economia, que, de meio, passou a ser um fim em si mesmo.

Em outras palavras, a questão não é mais trabalhar e produzir para viver, e sim viver para trabalhar e produzir. E o que é ainda mais grave: nem sempre a favor de nós mesmos.

CHARGE



Criação do jornalista Fritz Utzeri, de 1973 (tempos do presidente Médici), publicada pela primeira vez somente em 4 de novembro de 1999, no "Jornal do Brasil", e gentilmente cedida pelo autor para ilustrar esta edição.



Navegar é preciso

O Grande Khan já estava folheando em seu atlas os mapas das ameaçadoras cidades que surgem nos pesadelos e nas maldições: Enoch, Babilônia, Yahoo, Butua, Breve New Word.

Disse:

- É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito.

E Polo:

- O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (Italo Calvino,1998)[1]

O professor, por definição, dirige-se aos que ignoram, e por isto deve se assegurar da continuidade lógica das diferentes etapas da instrução. Ele terá de dar muita atenção às etapas introdutórias para possibilitar aos alunos assimilar, num ritmo razoável, todos os conhecimentos prévios necessários à compreensão dos problemas teóricos e práticos que coroam o aprendizado. (...) Esta indispensável progressividade é bem mais difícil de realizar em nossos dias na medida em

que se choca com o desejo legítimo dos estudantes, informados pela imprensa, pelo rádio e pela televisão, de ver constar do programa os desenvolvimentos mais recentes da matéria. (...) Assim sempre que é permitido ao professor escolher com toda liberdade seu programa, há um conflito entre a tentação de fazer concessões à atualidade e a preocupação com a progressividade. Mas quando se fazem muitas concessões à atualidade, o resultado são cursos superficiais e indigestos". (Wladimir Kourganoff, 1990).[2]

A Universidade, mais do que a escola primária ou o liceu, deve ensinar os estudantes a "pensar por si mesmos", de maneira independente, pois o desenvolvimento da percepção e do senso crítico é condição necessária (mas de modo algum suficiente) para a invenção e a descoberta. É preciso combater a despersonalização, a "dissolução no coletivo", o condicionamento de uma civilização de massa. O estudante deve aprender a resistir a todas as modas e a todas as pressões (...) No nível universitário, trata-se, sobretudo, de ensinar o estudante a se adaptar ao trabalho de equipe. É claro que o trabalho solitário não perdeu sua importância, pois é somente na concentração mais prolongada, no silêncio e no recolhimento mais absolutos que as idéias podem se cristalizar e se atualizar. Mas, diante de uma especialização cada vez mais estrita, sobretudo nas ciências, o trabalhador deve aprender a integrar, sem muitas vacilações, o produto de uma investigação solitária e de uma criação individual ao trabalho de equipe. Não se deva confundir autonomia de julgamento com individualismo, nem aptidão à comunicação com um perigoso conformismo. A independência do espírito não se opõe, de modo algum, ao domínio de si e à sociabilidade exigida pela participação em um obra coletiva.[3] (W. Kourganoff)

"O pesquisador desejoso de provar sua originalidade e de chegar antes dos outros é levado a diversas formas de dissimulação. Desde que inicia suas investigações, ele toma um cuidado extremo de não revelar a ninguém seus projetos. Esta tendência, admiravelmente descrita por George Duhamel (*Les maîtres*), por Sinclair Lewis (*Arrowsmith*) ou por Jules Ronmains (*Les hommes de bonne volonté*), se assemelha à do proprietário que mantém seu pomar sob a mais estrita vigilância até o final da colheita. (...) Há um certo grau de dissimulação entre os pesquisadores, que varia de acordo com os indivíduos, sobretudo quando se sabe que alguém poderia se interessar por seu trabalho em função de pesquisas semelhantes. Por isso há uma tendência

a evitar falar demais (...) A partir de minha experiência, o que me aborrece são os indivíduos que levantam todo tipo de questões indiscretas sobre seu trabalho e que arranjam um jeito de nada dizer sobre o seu próprio! A esta forma geral de dissimulação acrescenta-se outra, mais inconsciente ainda, mas mais específica no que diz respeito à diferença de atitude entre pesquisadores e professores. Com efeito, em suas publicações, os pesquisadores (teóricos ou experimentais) não comentam as astúcias do ofício, os golpes de sorte ou os detalhes quanto aos métodos e técnicas utilizados. É o que se chama de "apresentar os resultados de maneira elegante e condensada". Esse modo de exposição que tem como objetivo escamotear ao máximo as etapas intermediárias do raciocínio e os detalhes técnicos, é, por outro lado, encorajado, quando não imposto, pelos editores de periódicos científicos, que buscam economizar o número de páginas de cada artigo e que confundem a supressão de etapas intermediárias indispensáveis à clareza do texto com a indispensável sobriedade das frases (W. Kourganoff, 1990)[4]

Pode-se ser sábio ou erudito, ter desenvolvido "boas teses", tê-las defendido competentemente... e ser totalmente incapaz de comunicar o saber aos estudantes, de ministrar-lhes "bons cursos" e de estimular o seu trabalho. (J.W. Lapierre)[5]

Os elementos conjunturais que afetam a vida presente são expressão da crise estrutural. Identificam o fim de uma era, iniciada com a ascensão do capitalismo e marcada pelo surgimento dos Estados nacionais, pelo colonialismo, pelas lutas operárias e de libertação nacional e pela experiência do socialismo estatizante. No entanto, a nova era histórica não está ainda claramente definida. Ainda estão sendo gestados os novos elementos sociais e os valores morais. Porém, esta é uma revolução universal, cujos ingredientes podem alterar a continuidade da história humana, porque atingem o fundamento central sobre o qual erigiu-se a civilização desde seus primórdios. A civilização desenvolveu-se tendo como suporte o trabalho humano, isto é, a energia humana como fator direto e elementar da produção. O capitalismo dela se nutriu. Nem mesmo a proposição socialista deixou de sacramentar o trabalho do homem, quando propunha que de cada um conforme *sua potencialidade* e a cada um conforme *sua produtividade*. Esta relação basilar – *energia humana/ produção econômica* – não foi significativamente alterada pelas primeiras máquinas até o advento da informática e da robótica. Agora este eixo começa

a ser deslocado. A energia humana como fator direto da produção perde importância e passa a ser elemento complementar à capacidade produtiva da máquina informatizada. Emerge ao homem a função deliberativa ou administrativa do processo econômico. (...) Organizar esta nova sociedade passa a ser tarefa eminentemente politica. Sem dúvida, esta ação tem o mesmo conteúdo inovador da revolução científica tecnológica. A apropriação social desta revolução será o fulcro do embate político das próximas décadas. *Impõe-se, portanto, a retomada do pensamento dialético, para colocá-lo na vanguarda desse processo transformador.* Será preciso rever conceitos e/ou formular novos, capazes de embasar um teoria política apropriada aos novos tempos e de desdobrar-se na ação e chegar ao poder, reformando o Estado e seu instrumental jurídico, necessários para o ordenamento da nova sociedade, dentro da qual a democracia deve ser um valor cultural em permanente evolução. Para esta tarefa são chamados todos aqueles cuja inteligência tem contribuição a dar e que sabem que a humanidade ainda tem uma longa história a construir – assim como os brasileiros têm uma nação a desenvolver (Movimento Humanismo e Democracia).[6]

"O termo "globalização" é em grande parte um slogan e uma mistificação, não uma realidade nova. Estamos falando é da liberdade de movimento dos fatores de produção versus protecionismo. Isso tem sido uma questão há 500 anos. Países foram para um lado e para outro na questão, porque há vantagens em ambos, para todos (...) Quando você proclama que não há alternativas ao modelo neoliberal, o que está querendo dizer é que não deveria haver outras alternativas, mas, obviamente, elas existem (...) O livre comércio não é uma panacéia. A idéia de que você deve competir não tem nada de novo – o que é o capitalismo senão a teoria de que você tem de ser competitivo no mercado mundial? (...) A adesão formal a tratados de livre comércio não é nova. Mas certamente é algo que não é bom "per se": é bom para alguns e ruim para outros. (...) Os social-democratas vêm, cada vez mais, migrando para o centro, há cem anos. Essas pessoas querem capturar a posição liberal. Em parte é uma tentativa de conseguir mais votos. Acham que vão consegui-los no centro, sem perder votos na esquerda, por se proclamarem social-democratas. Mas não é a receita para o sucesso. Isso também não é novo: trata-se da clássica posição centrista, liberal, que vem se enfraquecendo nos últimos 30 anos... (...) Venho argumentado que o capitalismo está

acabando por causa dos limites impostos à acumulação de capital, de um lado, e do colapso da sua sustentação política, de outro. A sustentação política do capitalismo tem sido o liberalismo que tem especialmente por meio de seu avatar remido revoltas populares. Basicamente, em uma palavra, a sustentação política mais importante é a legitimação do Estado. E a legitimação do Estado passa pela promessa dos movimentos anti-sistêmicos de que o Estado seria uma ferramenta boa para transformar o mundo. Eu acho que isso acabou. Então vamos às bases econômicas do sistema. O sistema existe para a acumulação incessante de capital. O que venho argumentando é que isso está sendo prejudicado por três razões: 1°) o nível mundial de salários vem subindo e deve continuar crescendo por causa da desruralização do mundo – 2°) o preço da matéria-prima vem subindo por causa do fim da possibilidade de externalização barata dos custos, essa a crise ecológica – 3°) o preço da arrecadação de impostos vem subindo mundialmente, a porcentagem de dinheiro recolhido é destinada ao Estado, por aquilo que chamamos de democratização do mundo, à medida que a população pressiona o Estado para que este lhe propicie saúde, educação e renda perpétua. (...) Três fatores em escala mundial, que vêm encolhendo as margens de lucros e vão continuar a fazê-lo cada vez mais. (...) À medida que o sistema entra em colapso, a ordem social também rui, nacional e internacionalmente. Prevejo uma série de guerras sangrentas e inconcludentes, mas também tumultos sociais internos (...) esses tumultos normalmente associados a países de Terceiro Mundo, da periferia, agora vão acontecer no Norte. Especialmente nos Estados Unidos, mas também na Europa Ocidental, Japão, etc. Será um mundo desagradável para se viver; intelectualmente estimulante, politicamente muito interessante e pessoalmente muito difícil. (Immanuel Wallerstein)[7]

No meu romance *Ensaio sobre a Cegueira* tentei, recorrendo à alegoria, dizer ao leitor que a vida que vivemos não se rege pela racionalidade, que estamos usando a razão contra a razão, contra a própria vida. Tentei dizer que a razão não deve separar-se nunca do respeito humano, que a solidariedade não deve ser a excepção, mas a regra. Tentei dizer que a nossa razão está a comportar-se como uma razão cega que não sabe aonde vai nem quer sabê-lo! Tentei dizer que ainda nos falta muito caminho para chegar a ser autenticamente humanos e que não creio que seja boa a direção em que vamos. (José Saramago, 1999)[8]

Desgraçadamente estamos a passar das promessas do Estado-providência à realidade que é o Estado-vampiro. Ao mesmo tempo que os impostos directos e indirectos sobem, o Estado foge às suas obrigações e deixa os cidadãos nas mãos de empresas privadas que se regem exclusivamente por uma lógica de lucro. Auguro que mais cedo ou mais tarde o cidadão terá de fazer a si mesmo a pergunta "a quem está servindo um Estado que não nos serve?". Então alguma coisa poderá começar a mudar. (José Saramago)[9]

As pessoas vivem hoje sob a ameaça permanente do desemprego. Numa situação como esta não é fácil pensar em algo mais que sobreviver. Talvez isso explique a diminuição da capacidade mobilizadora dos sindicatos. Por outro lado, as indústrias de divertimento de massas, em particular a televisão e o futebol, vão anulando de forma insidiosa o que ainda restava de espírito cívico e de vontade de participação. Há milhões de espanhóis para quem o Barça e o Real Madri são importantes todos os dias da semana, há milhões de espanhóis para quem a Espanha não é importante um único dia do ano... (José Saramago)[10]

Deixemos de falar de utopias, se continuamos a chamar utopia ao direito de viver com dignidade, sem mais temores que os que resultam da precariedade da própria existência. Não se pode continuar a falar de esquerda quando os partidos socialistas europeus se converteram em partidos de centro: o Partido Trabalhista britânico acaba de mostrar até que ponto a idéia de socialismo foi pervertida. Há que inventar, sobre as novas realidades econômicas e sociais, uma esquerda nova, herdeira e continuadora das melhores tradições socialistas, capaz de levar os trabalhadores a uma reflexão sobre a situação concreta de um mundo sob o domínio de um neoliberalismo para quem o ser humano deixou de ter qualquer importância. (José Saramago)[11]

Miguel García Posada publica em *El País* de hoje um magnífico artigo sobre o livro *Terra*, de Sebastião Salgado, de que, com a vénia devida, me permito transcrever para aqui algumas passagens:

"Os irrestritos apologetas do capitalismo liberal deveriam ver estas fotografias, ainda que fosse só para perceberem que o mundo não se acaba em Hayek, Friedman ou Popper. É verdade que já conhecemos a cantilena apologética: no Brasil, como em outros países similares, não há autêntico capitalismo, mas sim uma conjunção de formas capitalistas não democráticas

e de resíduos feudais muito fortes. Certamente que é assim, certamente, mas vão lá explicá-lo às crianças que vivem em caixas de cartão, aos milhares de pessoas que dormem debaixo dos viadutos e das pontes nos subúrbios das grandes cidades, aos camponeses, crianças incluídas, que trabalham todo o dia em condições insuportáveis para ganharem um salário fraudulento, aos familiares dos dirigentes da reforma agrária assassinados pela polícia militar, aos que disputam aos abutres os desperdícios da opulência, aos famintos de pão e de dignidade. Tudo isso pode soar a social fora de moda, politicamente incorrecto e esteticamente reaccionário para alguns literatos. A moda é falar do pensamento único e da globalização. (...) O pior da injustiça é podermos acabar por acostumarmo-nos a ela. (...) 'Eu não aprendi a liberdade em Marx, mas sim na miséria', disse Albert Camus, uma testemunha da dignidade dos homens. Como o é Sebastião Salgado. Este seu livro é um livro necessário, feridor, justiceiro. Um livro para a guerra, não para a paz. Que se há-de fazer? Há a guerra da dignidade, há a paz dos sepulcros. Eu estou com a primeira."[12]

Morreu Paulo Freire, aquele grande e exemplar brasileiro autor da Pedagogia do Oprimido, título que poderia ser dado também à sua obra completa (..) Abro espaço nestes simples Cadernos a algumas palavras suas: 'Ler um livro não é passear pelas palavras. É relê-o, é reescrevê-lo. Não ensinar às crianças que ler e escrever são quase a mesma coisa, do ponto de vista do exercício intelectual e humano, é um grande erro.' 'O neoliberalismo ensina o operário a ser um bom mecânico, mas não a discutir a estética, a política e ideologia que há por trás da aprendizagem.' 'Não se pode mudar o sistema educativo se não se transforma o sistema global da sociedade"[13]

NOTAS

1. CALVINO, Italo. As cidades invisíveis (Le città invisibili). São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.150
2. KOURGANOFF, Wladimir. A face oculta da universidade. Tradução de Cláudia Schilling e Fátima Murad. São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista, 1990, p.38-9
3. Idem, ibidem, p. 40
4. Idem ibidem, p. 49-50
5. LAPIERRE, J.W. apud KOURGANOFF, Wladimir. A face oculta da universidade. Tradução de Cláudia Schilling e Fátima Murad. São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista, 1990, p.186
6. MOVIMENTO HUMANISMO E DEMOCRACIA. In: Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos - Ipso: A Revolução tecnológica e os novos paradigmas da sociedade. Belo Horizonte/São Paulo, Oficina de Livros, 1994, p.24-5)
7. Immanuel Wallerstein - em entrevista à Folha de São Paulo em17.10.99. Wallerstein é eminente sociólogo americano, autor da trilogia "The Modern World-System" que descreve o mundo capitalista do século 16 ao 19. Prevê em seu estudo que a humanidade atravessará 50 anos de convulsões sociais com a agonia do sistema capitalista.
8. SARAMAGO, José. Cadernos de Lanzarote II. São Paulo, Companhia de Letras, 1999, p. 233-4.
9. Idem, ibidem, p. 234-5.
10. Idem, ibidem, p. 235
11. Idem, ibidem, p. 235-6
12. Idem, ibidem, p. 364-5
13. Idem, ibidem, p. 366

POEMA

Salve a Pampulha
(Poema no estilo cancioneiro popular)

George W. G. Moraes
Professor aposentado do
Departamento Bioquímica – ICB – UFMG
Fundador do Grupo Pró-Pampulha

I

Pampulha, filha dileta de Belo Horizonte,
E de Curral Del Rei considerada neta,
Musa inspiradora de Brasília,
Marca de uma época e de um novo país que nascia.

Mas é bom que se atente,
Que a construção de Belo Horizonte só foi em frente,
Porque a República então nascente,
Deu o seu aval para a mudança da Capital.

E Afonso Pena, primeiro governador eleito,
Na época ainda chamado presidente,
Escolheu Aarão Reis, engenheiro probo e competente,
Para erigir a nova Capital.

E como fiel seguidor de Augusto Comte,
Com a Ordem e o Progresso em mente,
Criou uma cidade moderna e diferente,
Bonita, avançada e bem-traçada.

II

O primeiro meio século passou depressa,
E o prefeito Juscelino, com visão, audácia e raça,
Escolheu para a Pampulha o homem certo,
Oscar Niemeyer, o notável arquiteto.

Com ajuda de Portinari, Zé Pedrosa e Ceschiatti,
Fez a Igrejinha, o Cassino e o Iate,
Criando uma arquitetura moderna e nacional,
Sem as telhas francesa e colonial.

E nisto estava embutido um outro gesto,
O da independência nacional.
Libertando o nosso Brasil,
Da arquitetura tradicional.

E Belo Horizonte perdeu seu ar provinciano,
E a Lagoa da Pampulha, com sua moderna arquitetura,
Virou ponto de turismo e de debate,
Alcançando com isto fama mundial.

III

Passou então mais meio século,
E apresentam para a Pampulha novo projeto,
Onde não há nenhum lugar decente,
Pra árvore, bicho ou gente.

E as lindas sapucaias, palmeiras e acácias,
Muitas delas cinqüentenárias,
Serão inicialmente podadas e depois cortadas,
Para que o automóvel, onipresente, possa seguir em frente.

E ocuparão com construções toda sua orla,
Porque segundo eles chegou a hora,
De encher todo o seu espaço circundante,
Com projetos mirabolantes, que não irão construir.

Mas eles se esquecem que são os amplos espaços vazios,
Que dão a grandeza e a imensa beleza do lugar,
Mas pra eles que adianta tudo isto,
Se lucros não consegue gerar.

IV

Mas isto é só o começo,
Depois do gerar virá o projeto verticalizar,
E o destino de nossa Pampulha,
Será o de Copacabana, entretanto sem o mar.

E o pior de tudo isto é que tem gente,
Que defende estes projetos,
E diz que está do lado certo,
Pensando que o povo não sabe o que é correto.

É o caso do PIC Cidadania, do Conapam e do César Masci,
Mas a gente sabe que tudo é só interesse particular,
E também que luxo e eleição custam dinheiro,
E que nessa hora é preciso arranjar um bom parceiro.

Chegou portanto a hora de falar abertamente,
De defender a Pampulha corajosamente,
Porque ela tem história e foi feita por um dirigente,
Que amava seu país e acreditava em sua gente.

Impresso nas oficinas da
SEGRAC • Tel.: (31) 411-7077 - e-mail: segrac@net.em.com.br

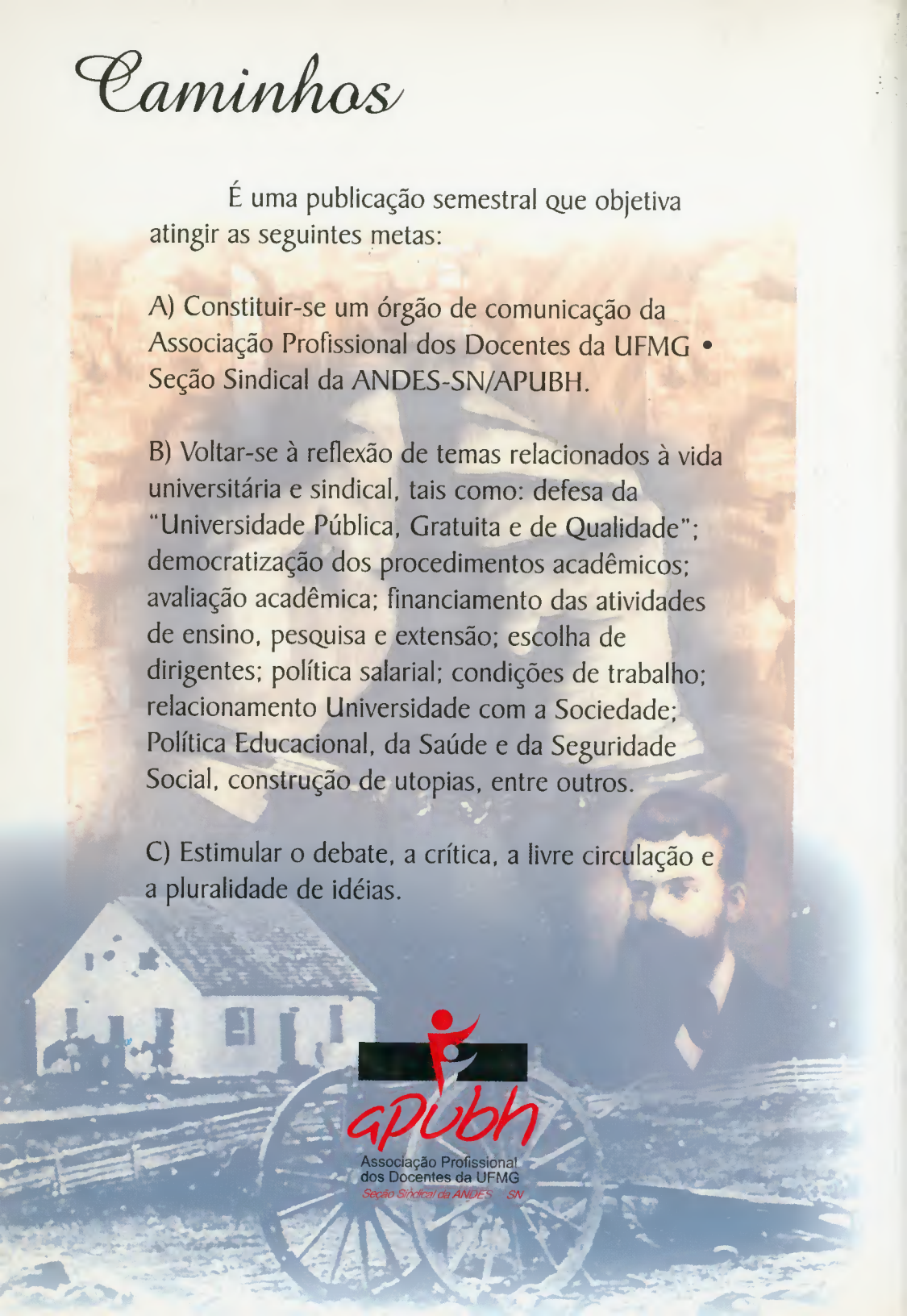
Caminhos

É uma publicação semestral que objetiva atingir as seguintes metas:

A) Constituir-se um órgão de comunicação da Associação Profissional dos Docentes da UFMG • Seção Sindical da ANDES-SN/APUBH.

B) Voltar-se à reflexão de temas relacionados à vida universitária e sindical, tais como: defesa da "Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade"; democratização dos procedimentos acadêmicos; avaliação acadêmica; financiamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; escolha de dirigentes; política salarial; condições de trabalho; relacionamento Universidade com a Sociedade; Política Educacional, da Saúde e da Seguridade Social, construção de utopias, entre outros.

C) Estimular o debate, a crítica, a livre circulação e a pluralidade de idéias.



apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN